

PEDRO RICARDO DÓRIA



**LIDERANÇA, AUTORIDADE E CONTEXTO POLÍTICO:
O caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

**CURITIBA
2001**

PEDRO RICARDO DÓRIA

**LIDERANÇA, AUTORIDADE E CONTEXTO POLÍTICO:
O caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre, Curso de Pós-
Graduação em Sociologia, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto

**CURITIBA
2001**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 916 Fone e fax : 360-5173

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a arguição da Dissertação do aluno PEDRO RICARDO DÓRIA, sob o título “LIDERANÇA, AUTORIDADE E CONTEXTO POLÍTICO: o caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001)”, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, APROVADO..... o candidato com conceito “.....A.....” sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre.**

Curitiba, 09 de agosto de 2001.

Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto (orientador)

Prof. Dr. Ricardo Silva

*À Nilza,
companheira de toda uma vida.*

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros e maiores agradecimentos são dirigidos ao Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto, a cujo trabalho como Orientador se devem, em grande medida, os aspectos válidos da presente dissertação. Cabe destaque à sua capacidade de conciliar o zelo e a dedicação no seu mister com os estímulos ao trabalho autônomo do mestrando.

Merecem também especiais agradecimentos os demais membros da Banca Examinadora para a Qualificação: o Prof. Dr. Dennison de Oliveira e o Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. O Prof. Dennison, com suas observações pertinentes e oportunas, ensejou a busca de melhor fundamentação teórica para o estudo.

Todos os professores do Curso de Mestrado são também merecedores dos meus agradecimentos, porquanto seus empenhos ajudaram a sedimentar os esforços finais da presente dissertação.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS	19
CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTISMO, AUTORITARISMO E TECNOCRACIA: INÍCIO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JAIME LERNER	23
1.1 CONTEXTO POLÍTICO E SUA DINÂMICA: LERNER COMO TECNOBUROCRATA, DENTRO DO <i>NEYISMO</i>	23
1.2 PREFEITO DE CURITIBA DESIGNADO POR GOVERNADOR DA ARENA (1971-1975)	27
1.3 AFASTADO DA PREFEITURA DE CURITIBA, LERNER ACEITA CONVITE DO GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO	28
1.4 NEY RECONDUZ LERNER AO CARGO DE PREFEITO DE CURITIBA (1979-1983)	31
1.5 TRADICIONALISMO POLÍTICO E DESENVOLVIMENTISMO INDUSTRIALISTA	33
1.6 AÇÃO POLÍTICA DE LERNER E BUROCRACIA ESTATAL	36
CAPÍTULO 2 - ATUAÇÃO DE JAIME LERNER NO INÍCIO DO CONTEXTO POLÍTICO DEMOCRÁTICO	39
2.1 CONTEXTO POLÍTICO DEMOCRÁTICO	39
2.2 PANO DE FUNDO DO NOVO MULTIPARTIDARISMO E TENTATIVA ELEITORAL NÃO CONCRETIZADA	43
2.3 AFASTAMENTO DE NEY E DO PDS, VÍNCULOS COM BRIZOLA, MOVIMENTAÇÕES PARTIDÁRIAS: OPÇÃO PELA SOCIAL-DEMOCRACIA?	45
2.4 DUAS DERROTAS ELEITORAIS: PARA PREFEITO DE CURITIBA (1985) E PARA VICE-GOVERNADOR (1986)	50

CAPÍTULO 3 - VITÓRIAS ELEITORAIS SEGUIDAS DE QUEDA NA APROVAÇÃO POPULAR.....	54
3.1 ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE CURITIBA (1988) INICIA NOVA FASE DE ÊXITOS ELEITORAIS	54
3.2 CAMPANHA E ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR (1994) RATIFICAM NOVA FASE.....	60
3.3 CONOTAÇÕES POLÍTICAS DA PROPOSTA ELEITORAL DE GOVERNO.....	69
3.4 REFLEXOS DA ATUAÇÃO DE LERNER NA EXPANSÃO DO PDT (1988-1996) E SEGUNDA VITÓRIA NA ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE CURITIBA (1996)	71
3.5 MUDANÇA RADICAL DE PARTIDO E INÍCIO DE QUEDA NOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO DO GOVERNO (1997).....	74
3.6 LERNER: ENTROSADO NACIONALMENTE NA COLIGAÇÃO PRÓ-CARDOSO, REELEIÇÃO FACILITADA E QUEDA NO PRESTÍGIO POPULAR.....	82
 CAPÍTULO 4 - BUSCA DO PODER FEDERAL E AMEAÇAS AO PROJETO POLÍTICO DE LERNER.....	 92
4.1 COMPLICAÇÕES MAIORES E TAREFA MAIS DIVERSIFICADA NO GOVERNO	92
4.2 PDT ENCOLHE E PFL CRESCE, MAS INGRESSO DE LERNER AGORA TEM EFEITOS MENORES (1996/2000).....	95
4.3 SEGUNDO GOVERNO CONFIRMA A QUEDA NA APROVAÇÃO POPULAR (1999/2000)	101
4.4 DEPOIS DO POSTO MÁXIMO NO PARANÁ, LERNER VOLTA-SE AO PODER FEDERAL.....	103
4.5 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: PROJETO OU SONHO?	107
 CAPÍTULO 5 - ANÁLISE DA TRAJETÓRIA E DA LIDERANÇA DE JAIME LERNER, NO SEU CONTEXTO	 110
5.1 LIDERANÇA, PERSONALISMO, BUROCRACIA ESTATAL E PARTIDOS	110
5.2 COMPETIÇÕES ELEITORAIS NO COMPLEXO DE INTERAÇÕES	113

5.3 ASPECTOS EMBLEMÁTICOS DA ATUAÇÃO DE LERNER	118
5.4 FATORES DE REVERSÃO DOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO DO GOVERNO LERNER.....	127
CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS.....	141

LISTA DE SIGLAS

AMA	- Autarquia Municipal do Ambiente
AMFORP	- American Foreign Power
APPUC	- Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
BADEP	- Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná
BANESTADO	- Banco do Estado do Paraná S.A.
CIC	- Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR	- Companhia Paranaense de Desenvolvimento
COMURB	- Companhia Municipal de Trânsito e urbanização
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
CPI	- Comissão Parlamentar de Inquérito
DER	- Departamento de Estradas de Rodagem
FDE	- Fundo de Desenvolvimento Econômico
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FUNDREM	- Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana
GEC	- Grupo de Empresários de Curitiba
HSBC	- Hong Kong-Shanghai Bank Corporation
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IUPERJ	- Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro
LIGHT	- Canadian Light and Power
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PDC	- Partido Democrata Cristão
PDS	- Partidos Democrático Social
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PFL	- Partido da Frente Liberal
PL	- Partido Liberal
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	- Partido Popular
PP	- Partido Progressista
PPB	- Partido Progressista Brasileiro

PPS	- Partido Popular Socialista
PR	- Partido Republicano
PRN	- Partido de Renovação Nacional
PSC	- Partido Social Cristão
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PSOE	- Partido Socialista Operário Espanhol
PST	- Partido Social Trabalhista
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	- Partido Trabalhista Nacional
SNI	- Serviço Nacional de Informações
TELEPAR	- Companhia Telefônica do Paraná
TRE	- Tribunal Regional Eleitoral
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UDN	- União Democrática Nacional
UDR	- União Democrática Rural
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
URBS	- Urbanização de Curitiba S.A.
USP	- Universidade de São Paulo

RESUMO

O objeto da presente dissertação consiste no estudo de liderança, autoridade e contexto político, tomando-se como referência o caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001). Procura-se apreender o ator político como líder e como governante e a análise sociológica focaliza o ator inserido no contexto político paranaense contemporâneo, destacando-se os antagonismos do processo competitivo-eleitoral. Recorre-se à conceituação de Maurice Duverger relativa à liderança: força que se deve ao prestígio e é admitida voluntariamente pelos liderados, em oposição a autoridade. Ao enfoque de Duverger se adicionam as contribuições de Charles T. Lindholm e de Orazio M. Petracca, os quais ressaltam os esforços crítico-científicos mais recentes relativos à liderança. Lindholm resalta que a abordagem da liderança se caracteriza por “estudos situacionais e interativos” e Petracca observa que as variáveis do papel de líder se relacionam com o contexto. A breve revisão bibliográfica, mesmo considerando que a trajetória política de Jaime Lerner não foi antes estudada, refere-se a estudos significativos para se compreender a política paranaense contemporânea. Os primeiros quatro capítulos da dissertação apresentam a atuação de Lerner como líder e como governante, evidenciando-se as sucessivas etapas nas quais o tecnoburocrata se transmuta em político. Começa-se pelo contexto em que se mesclam desenvolvimentismo, autoritarismo e tecnocracia, dentro do *neyismo*. Em seguida, examina-se a atuação de Jaime Lerner no início do contexto político democrático, tendo por pano de fundo o multipartidarismo iniciado em 1979-80. Com a derrota do *neyismo*, Lerner se desloca para o Estado do Rio de Janeiro (1983) e deixa o PDS (de Ney Braga), ingressando no PDT (de Leonel Brizola). Inicialmente, Lerner colheu duas derrotas eleitorais. Após, elegendo-se Prefeito de Curitiba (1998), ele inicia nova etapa de êxitos, conducentes ao cargo de Governador do Paraná. Suas relações personalistas com os partidos completam um ziguezague ideológico: ao sair do PDT, Lerner se filia ao PFL. Diante de queda na aprovação popular do Governo Lerner, configuram-se ameaças ao seu projeto político. Mesmo assim, tendo em vista a aproximação do término do seu segundo mandato de Governador, Lerner busca o poder federal, iniciando campanha como pré-candidato do PFL a Presidente da República. O quinto capítulo analisa os momentos mais significativos da trajetória política de Lerner e as características mais relevantes do papel de líder por ele desempenhado. Depois dos aspectos emblemáticos da atuação de Lerner, apreciam-se os principais fatores determinantes da continuidade de reversão dos índices de aprovação do seu Governo. Por fim, resumem-se as conclusões, centrando-as nos conceitos de liderança, autoridade e contexto político e nos elementos contextuais que influenciaram a carreira de Jaime Lerner. Os referidos elementos contribuíram poderosamente para determinar a sua ascensão e a sua consolidação como líder e como governante. Contrariando o senso comum político, a dissertação mostra que os êxitos de Jaime Lerner não dependeram somente das suas características de personalidade, desde que são relevantes as circunstâncias que envolveram a sua trajetória.

ABSTRACT

The present dissertation subject is a study on political leadership and authority, citing Jaime Lerner's (1971-2001) case in Paraná as a reference. We try to understand the politician as a leader and a person who governs, and the sociological analysis focus his role in Paraná contemporary political context highlighting the antagonisms of the voting-competitive process. We recall Maurice Duverger leadership concept: power due to prestige and which is voluntarily admitted by those who are led, in opposition to authority concept. We can add, to Duverger viewpoint, Charles T. Lindholm and Orazio M. Petracca contributions highlighting the most recent critical-scientific efforts concerning leadership. Lindholm emphasizes that the leadership approach is characterized by "situational and interactive studies", and Petracca considers that leadership roles are linked to contexts. This dissertation brief bibliographic review refer to studies that are important to understand current Paraná politics, even taken into consideration that Jaime Lerner's political history has not been studied yet. The first four chapters show Lerner's performance as a leader and governor, emphasizing the successive stages in which the tech-bureaucrat becomes a politician. It starts with a context that mixtures development, authority and technocracy within *neyism*. Then follows Lerner's performance in the beginning of a political-democratic context having as backdrop the multi-partisanship started in 1979-80. After *neyism* was defeated, Lerner moved to the State of Rio de Janeiro (1983), leaving PDS (Ney Braga's) and joining PDT (Leonel Brizola's). Firstly, Lerner was defeated in two elections. Afterwards, being elected Curitiba Mayor (1998), he started a new stage plenty of success that led him to be elected Paraná Governor. His personal relations with different parties end up being an ideological zigzag: leaving PDT, Lerner joined PFL. Due to the decrease of popular approval to Lerner Government, his political project is threatened. Even so, seeing that his second mandate as Governor is near its end, Lerner looks for power at federal level beginning his campaign as PFL pre-candidate for Brazil Presidency. Chapter five analyses the most significant moments of Lerner's political history and the most relevant characteristics of his role as a leader. After the emblematic aspects of Lerner's performance, comes the appraisal of main factors that determined his government approval rate reversion to continue. Finally, the conclusion summary concentrates on leadership, authority and political context concepts, and on the contextual elements which influenced Jaime Lerner's carrier. The referred contextual elements greatly contributed to determine his being consolidated as a leader and governor. Opposed to politics common sense, the present dissertation shows that Jaime Lerner's success did not depend only on his personality characteristics, since the circumstances surrounding its political carrier are rather relevant.

INTRODUÇÃO

O objeto desta dissertação, consoante está expresso no seu título, consiste no estudo de liderança, autoridade e contexto político, tomando-se como referência o caso proeminente de Jaime Lerner, que alcançou o mais alto posto de poder no Paraná, elegendo-se por duas vezes consecutivas Governador do Estado. Atenta-se para o contexto político dessa atuação, no período 1971-2001, ou seja, desde a sua primeira gestão como Prefeito de Curitiba (1971-1975) até os dias atuais. Essa atuação exponencial da política paranaense contemporânea ainda não foi objeto de análise sócio-política, justificando-se, portanto, que se empreenda pesquisa visando caracterizá-la enquanto liderança e exercício do poder, no contexto político.

Considerando-se o processo social de interações, procura-se apreender o ator político como *líder* – que depende do assentimento dos liderados para ser investido em função de autoridade política – e como *governante* – que exerce o poder (desde que investido de autoridade). Ênfases são dadas aos mais expressivos momentos, que dizem respeito sobretudo à conquista do poder vinculada ao sistema partidário-eleitoral – seja dos atores individuais, seja das organizações partidárias. No processo competitivo-eleitoral, os contendores dependem da avaliação pelos cidadãos, que expressam sua preferência. Na seqüência, a atuação no governo também é avaliada (pelos cidadãos), podendo ou não contribuir para a consecução de manutenção no poder e/ou de nova conquista. Agrega-se, assim, à força de liderança, nas disputas empreendidas na arena política.

Nesta dissertação, não se sobrestimam os componentes pessoais da biografia (atuação) política de Jaime Lerner. A análise sociológica, respeitante à ação/interação social, apreende o ator inserido no ambiente e/ou contexto político, onde – ademais

dos papéis articulados e mutuamente “cooperativos” do líder e dos liderados – são ponderáveis as relações de antagonismo, inerentes ao processo competitivo-eleitoral.¹

O caráter antagonístico das relações/interações que desenham o contexto político democrático põe em evidência os partidos, instrumentos socialmente construídos para o reconhecimento da autoridade política ou da investidura no poder. Cada organização partidária moderna se constitui e opera como uma burocracia, legalmente necessária para que o ator político individual possa participar das disputas eleitorais, além de serem referências para a organização e o funcionamento das instituições legislativas.² Assim, no complexo de interações mediante o qual se traduz a vida política, atores individuais e partidos (entidades/atores coletivos, ou institucionais) desempenham papéis distintos e complementares. No presente estudo consideram-se, pois, os padrões de relações de um determinado político personalista e proeminente (em particular do seu peso) com os partidos nos quais tem atuado e, por consequência, com o sistema partidário-eleitoral brasileiro (e paranaense), componente relevante do contexto político.

A propósito da presente experiência brasileira de multipartidarismo, desde logo cabe aludir a duas pesquisas que apresentam visões positivas dos partidos políticos, dentro da atual e incipiente democracia: de Jairo Marconi Nicolau e de

¹A escolha partidária de candidatos também implica competição interna entre aspirantes à indicação. Na vida e na mecânica internas dos partidos destacam-se seus dirigentes, que exercem influência nas decisões coletivo-partidárias.

²A Constituição brasileira de 05.10.1988 dispõe (em seu Art. 14, parágrafo terceiro) que a filiação partidária é uma das condições de elegibilidade e, no capítulo em que estabelece especificamente os fundamentos dos partidos políticos, determina a observância, entre outros preceitos, do funcionamento parlamentar. Já a Lei n.º 6.096 (19.09.1995) regulamenta as disposições constitucionais relativas aos partidos, dedicando capítulo próprio (IV, do Título II) ao funcionamento parlamentar: “o partido político funciona, nas Casas Legislativas, por intermédio de uma bancada”.

Rachel Meneguello.³ E, tendo em vista que esta dissertação se volta para a atuação de Jaime Lerner no Paraná, inserida na atual experiência brasileira de multipartidarismo, torna-se relevante o que o próprio Nicolau explicita, chamando a atenção para a existência de *sistemas partidários estaduais*:

Existem diversas evidências acerca do descolamento do sistema partidário nacional dos sistemas partidários estaduais. (...) A existência de divisões políticas específicas nos estados (conflitos familiares ou pró/antilideranças) e os diferentes posicionamentos das seções estaduais dos partidos no eixo direita-esquerda produzem alinhamentos ideológicos diferenciados nas diversas unidades da Federação. Os partidos brasileiros são desigualmente distribuídos pelo território nacional, quer em termos organizacionais, quer em termos eleitorais. (NICOLAU, 1996, p. 81).⁴

A conveniência de aqui atentar para as mais recentes pesquisas sobre o atual multipartidarismo impõe outra referência ao livro de Rachel Meneguello, o qual busca, sobretudo, uma complementação, com sentido oposto, às abordagens correntes relativas à fragilidade dos partidos brasileiros, embora assinale que, tendo-se iniciado recentemente, a experiência partidária não autoriza afirmações incisivas.⁵ A autora se mostra, assim, claramente aberta a um processo crítico-científico, em relação ao qual um dos modos/caminhos possíveis é o desta dissertação, que se põe na rota da

³Jairo Marconi Nicolau, no livro *Multipartidarismo e democracia – Um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)*, salienta que uma emenda constitucional, em maio de 1985, “além de incluir uma série de medidas liberalizantes, aboliu a fidelidade partidária”. Em capítulo relativo aos efeitos da legislação eleitoral, Nicolau cuida especificamente das trocas de legendas. (NICOLAU, 1996, p. 63-80). Rachel Meneguello, por sua vez, empenha-se em mostrar a importância dos partidos políticos brasileiros “na organização e no funcionamento dos governos democráticos do período pós-1985”. Uma preocupação explícita da autora consiste em colaborar “para a compreensão do desenvolvimento da democracia brasileira no seu período mais recente”. “Ao focar a participação dos partidos na arena governamental [acentua Meneguello] este trabalho procura contribuir para o conhecimento de uma das faces do processo democrático.” (MENEGUELLO, 1998, p. 17).

⁴O principal escopo do livro de Jairo Nicolau consiste em formular explicações diferentes da interpretação tradicional, segundo a qual a representação proporcional seria a principal responsável pela fragmentação partidária brasileira. “A relação entre representação proporcional e alta fragmentação (...) está longe de ter força de lei.” (NICOLAU, 1996, p. 106).

⁵Raquel Meneguello coloca sua advertência de modo claro: a experiência democrática brasileira ainda é recente, não permitindo, em consequência, afirmações incisivas sobre o desenvolvimento partidário, mas “a significativa centralidade readquirida pelas nossas agremiações nos processos políticos indica passos no sentido de sua consolidação”. (MENEGUELLO, 1998, p. 166).

identificação de peculiaridades de determinado sistema partidário *estadual* (segundo a já referida expressão adotada por Marconi Nicolau).

Em acréscimo à incipiência assinalada por Meneguello, impõe-se aqui destacar que o desenvolvimento dos partidos ostenta como agravante o fato de que entre as duas experiências republicanas de múltiplos partidos de âmbito nacional se interpôs o já mencionado hiato de bipartidarismo, autoritariamente instituído. O encadeamento histórico foi especialmente adverso, em razão de que: (1) de um lado, o início daquele interregno resultou de imposição autoritária – a extinção dos partidos existentes e a reacomodação dos políticos em duas novas organizações; (2) doutro lado, no retorno ao multipartidarismo – novamente em boa dose por indução autoritária –, os mesmos políticos, antes enquadrados nos dois partidos existentes (com mais alguns líderes com direitos políticos cassados e que, em geral, encontravam-se exilados), dispersaram-se, de forma ainda contida, em seis outros novos.⁶ Verifica-se, portanto, que a possibilidade de uma persistente identificação dos atores individuais com as organizações foi afetada por fatores contraditórios ao processo democrático, cuja dinâmica implica a livre associação na esfera política.

Em vista dos aspectos cruciais da realidade política referidos, a hipótese do fortalecimento dos partidos, sustentada por alguns autores, precisa ser empiricamente considerada, diante da persistência de manifestações de personalismo, tal como o significativo caso de Jaime Lerner, no contexto paranaense.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O exame da atuação política de Jaime Lerner, enquanto líder e autoridade, requer adequadas e modernas conceituações empírico-sociológicas. Primeiro, há que

⁶Ainda com respeito ao contexto nacional, deve-se observar que depois da eleição presidencial de 1989 – quando sobressaiu o protagonismo personalista de Fernando Collor de Mello –, foram realizados mais dois pleitos similares e em nenhum deles voltou a preponderar o fenômeno de liderança personalista, à margem e ao arpejo dos principais partidos.

se recorrer à conceituação de Maurice Duverger relativa à liderança, inserida em sua obra referente à Sociologia Política, em seu conjunto, na qual focaliza esse conceito no capítulo III, *Hierarquias e poderes*.

No mencionado capítulo, o autor de início assinala que “o primeiro elemento da estrutura social é a desigualdade”, que se apresenta sob duas formas diferentes: (1) a desigualdade individual – entre líderes/chefes e os demais membros do grupo; (2) a desigualdade social – entre as classes ou castas (hierarquias hereditárias). Essa distinção preside a definição de duas partes do capítulo (1. *Poder e autoridades* e 2. *Classes sociais*) e Duverger trabalha com o conceito de poder partindo da noção de influência.⁷

Buscando conferir maior precisão ao conceito de poder, a partir da noção de influência, Maurice Duverger lembra Robert Alan Dahl.⁸ Importa aqui explicitar que Dahl, ao tratar precisamente de influência política, assinala: “A noção de política, e de sistema político, pressupõe que termos como ‘controle’, ‘poder’, ‘influência’ e ‘autoridade’ tenham um sentido definido. Na verdade, porém, estas palavras são ambíguas; seu significado é complexo.” (DAHL, 1988, p. 33). Mais adiante, justamente ao desenvolver sua conceituação de influência, esse autor americano frisa:

⁷Na primeira grande divisão do capítulo (1. *Poder e autoridades*), Duverger acentua: “As desigualdades individuais encontram-se em todos os conjuntos humanos, quer se trate de sociedades globais quer de diversos grupos.”

A citada primeira grande divisão do capítulo em tela – onde a noção de liderança é focalizada ao lado de conceitos como influência, autoridade, poder e coerção – desdobra-se segundo duas diferentes ordens de considerações teóricas: I. *Desigualdade e poder* e II. *As autoridades*. “Para precisar o conceito de poder podemos partir da noção de influência tal como a utilizam os sociólogos e politicólogos americanos” – observa o autor. (DUVERGER, 1983, p. 143-144).

⁸Duverger faz duas citações de Dahl, utilizando uma tradução francesa de 1973 (*L'analyse politique contemporaine*). Ocorre que *Modern political analysis*, de Dahl, além de suas edições de 1963 e de 1970, teve outra, revista, em 1976, na qual: a) foi adicionado um capítulo (II. *A análise política*); b) na terceira edição o capítulo III. *A influência política* foi revisto. Torna-se conveniente, portanto, para lembrar Dahl mais adequadamente, que aqui se utilize o texto revisto, encontrado na segunda edição brasileira do seu livro, a qual corresponde à tradução do original americano de 1976. (DAHL, 1988).

o que nos interessa mais é o fato que um dos participantes dessa interação consiga o que deseja (ou pelo menos se aproxime disso) fazendo que a outra aja de determinada maneira. Queremos chamar a atenção para a relação causa-e-efeito (...). Recentemente, Nagel⁹ propôs uma formulação que acentua especificamente estes aspectos. Tal formulação, parafraseada, é a seguinte: “Influência é uma relação entre atores tal que os desejos, preferências ou intenções de um ou mais atores afetam a conduta, ou a disposição de agir, de um ou mais atores distintos.” (p. 36).

Duverger também identifica o conceito de Dahl com o de Laswell e Kaplan (que, noutros termos, expressam a mesma idéia). Torna-se também oportuno, pois, mencionar aqui os termos desses dois outros autores: “É a ameaça de sanções que diferencia o poder da influência em geral. O poder é um caso especial de exercício da influência: é o processo de afetar as políticas dos outros com a ajuda de privações severas (efetivas ou ameaçadas) se não se conformarem às políticas pretendidas.” (LASSWELL e KAPLAN, 1998, p. 111).

Força (ou influência), ressalta Duverger, verifica-se numa relação ou interação social: “é uma situação de fato: aquela em que se encontra aquele que pode impor, pelo menos parcialmente, o seu ponto de vista ao outro (ou aos outros)”. (DUVERGER, 1983, p. 151). Com respeito à força, ou influência, esse autor considera importante distinguir, de um lado, quando ela se fundamenta na ação ou violência e, doutro lado, quando a força é fundamentada no prestígio. (p. 152).

Mais adiante, cuidando de modo específico da noção de liderança (*leadership*), Duverger acrescenta que, numa série de situações, a coação nem está presente

quando a força se deve ao prestígio, ao ascendente, quer dizer, a uma espécie de superioridade moral, admitida voluntariamente por aquele que a ela se submete. Sabe-se que aquele que exige não tem o direito de exigir, que não possui um poder; vergamo-nos às suas exigências porque lhe reconhecemos a capacidade de melhor ajuizar, de melhor compreender, de melhor esclarecer. Assim, (...) o ignorante segue o sábio cujo saber reverencia. A noção de **leadership** corresponde, pouco mais ou menos, a esta situação. O líder é obedecido devido ao seu prestígio, e não devido a um poder que a coletividade lhe reconhece oficialmente. (p. 153).

⁹Dahl se refere a Jack A. Nagel: *The Descriptive Analysis of Power*, Yale University Press, 1975, p. 29.

Desenvolvendo essas considerações, o autor procura enfatizar as distinções:

A linha de divisão entre o poder e a força de valor positivo continua, contudo, discernível. Obedece-se à segunda por se querer, devido ao prestígio que se atribui à personalidade (...); mas sabe-se que não se é obrigado a obedecer de direito, quer dizer, conformemente às normas e valores estabelecidos. Sabe-se que o líder não é uma autoridade legítima: quer dizer que não tem um poder. Há poder, somente, se o seu titular é considerado como tendo o direito de requerer obediência, de dar diretivas, de ordenar. (DUVERGER, 1983, p. 154-155).

No entanto, em situações concretas, sobretudo nas sociedades complexas, é pouco provável que a figura do líder, dotada de brilho e prestígio próprios, não encarne, ao mesmo tempo, a figura de uma autoridade. Ao formular, na seção específica, suas considerações teóricas relativas a autoridades, Maurice Duverger começa esclarecendo: “autoridades (no plural) são os titulares do poder (...), sendo a autoridade (no singular) sinônimo do próprio poder”.¹⁰ Para abordar mais diretamente o conceito de líderes – em tópico específico, no qual relaciona *autoridades e líderes* – o autor compara-o com o de autoridade: os líderes são seguidos devido ao seu prestígio, ascendente, brilho pessoal; já autoridade é um conceito oposto, porquanto designa “aqueles que são obedecidos devido ao poder”. Esses dois papéis, contudo, adverte Duverger, podem se interpenetrar, em certos casos. Em bandos e outros grupos elementares o líder se torna autoridade, “na ausência de qualquer outro papel de autoridade preexistente”. (DUVERGER, 1983, p. 160-161).

Por outro lado, conforme assinala esse autor, em que pese “o caráter institucional duma autoridade, não se pode impedir que os membros da coletividade que se submetem ao seu poder considerem também o seu prestígio pessoal”. Desenvolvendo as suas concepções teóricas, Duverger precisa:

¹⁰De imediato, entretanto, nosso autor torna explícito que outros adotam terminologia discrepante da sua, “chamando autoridade ao que nós chamamos poder (quer dizer, força ou influência quando é considerada legítima), e poder à capacidade de uma pessoa coagir outras a submeter-se à sua vontade pela ameaça de sanções severas (aquilo que chamamos coerção)”. (DUVERGER, 1983, p. 159-160). A propósito, Duverger ressalta que é provável que essa incerteza terminológica traduza um fato: de a sociologia ocidental contemporânea tender a negligenciar o conceito de poder, em razão da predominância dos enfoques funcional e sistêmico.

Quer se trate de monarcas tradicionais com poderes absolutos, quer de governantes-funcionários de regimes democráticos, as suas competências distinguem aqueles que têm um brilho pessoal daqueles que não o têm, por detrás da coroa e das regras legais. Os primeiros são mais facilmente obedecidos que os segundos e podem reclamar mais sacrifícios. Deste modo as autoridades tentam, geralmente, acrescentar ao poder legítimo o prestígio do líder, que o reforça.

(...)

Denomina-se “personalização do poder” esta tendência das autoridades para acrescentar ao seu poder propriamente dito um prestígio e um brilho individuais que relevam da **leadership**. Nas coletividades restritas, ela toma a forma de laços diretos entre as autoridades e os membros do grupo (...). Nas grandes nações modernas, os meios de comunicação de massa dão à personalização um outro caráter (...). Chega-se (...) a uma pseudo-personalização porque a imagem publicitária do homem político pouco ou nada corresponde à sua personalidade real. (DUVERGER, 1983, p. 163-164).

Mostra-se conveniente adicionar ao enfoque de Duverger (direcionado ao conceito de liderança) as contribuições de Charles T. Lindholm e de Orazio M. Petracca,¹¹ ressaltando desde logo que ambos evidenciam que os esforços crítico-científicos mais recentes, no tocante ao conceito de liderança, têm garantido resultados válidos para o labor das ciências sociais (malgrado divergências que têm prevalecido entre alguns teóricos).

Lindholm sustenta o imperativo de avançar em relação aos estudos clássicos – concentrados, basicamente, nas personalidades dos grandes homens. (LINDHOLM, 1996, p. 426). Assim, durante a Segunda Guerra Mundial, “o debate entre os adoradores do herói e seus demonólogos (...) foi deixado de lado em favor da mera concentração pragmática nas necessidades e nas estruturas do grupo e do contexto situacional que o cercava, e na resultante dinâmica entre líderes e seguidores”. (LINDHOLM, 1996, p. 426-427). Petracca, a seu turno, assinala a relevância de contribuições das modernas análises psicológicas, sociológicas e da ciência política. (PETRACCA, 1997, p. 715).

No verbete de sua autoria, Charles T. Lindholm inicialmente cita uma afirmação pessimista sobre uma suposta perda do valor do conceito de liderança para as ciências sociais, mas ressalta que o tema não só sobrevive como estimulou dois

¹¹Cada um deles é autor do verbete *liderança* nos dicionários de BOBBIO et al. (1997) e OUTHWAITE e BOTTOMORE (1996).

modos rivais de abordagem: (1) das personalidades dos grandes homens, retratados como figuras singulares e heróis; (2) diferentemente dos autores e estudos clássicos, os líderes, em vez da sua fisionomia positiva, passaram a ser mostrados como “figuras teatrais irracionais e carregadas de emoção”. Lindholm observa que a idéia do líder “ativo dominando um público passivo permaneceu básica no século XIX e início do século XX” (Gustave Le Bon, Gabriel Tarde e Sigmund Freud), porém, diferentemente da tradição, os líderes deixaram de ser retratados positivamente (por causa dos teores de irracionalismo e emoção mencionados).

Lindholm ressalta que a abordagem da liderança passou a se caracterizar, de modo progressivo, pela índole técnica “dos estudos situacionais e interativos”. A influência do líder não é retratada como sinal de carisma, mas sim “como indício de distúrbio psicológico” (reitera-se, assim, o antes aludido desencanto da psicologia de massa). Estudos posteriores, segundo assinala o autor, têm revelado persistência no seguir as mencionadas dicotomias de abordagem da liderança. Têm-se concentrado: (1) “ou na categorização de situações e em questões pragmáticas sobre a influência do líder”; (2) ou na psicologia das motivações do líder.¹²

É preciso observar, no entanto, que o conceito de liderança não exige necessariamente que se leve em consideração tão-somente os traços pessoais do líder. Como nota Orazio M. Petracca, o conceito de liderança foi por muito tempo discutido à luz de uma orientação que restringia esse fenômeno à biologia específica do líder, reduzindo este último a um ‘herói’ carismático.¹³ Contudo, lembra esse autor, que parece ser mais fecundo, do ponto de vista sociológico, “considerar a liderança como

¹²Não é grande o número de tentativas de conciliar as divergentes tendências teóricas. Alguns autores têm produzido uma síntese. (Lindholm cita: Kracke, 1978; Tucker, 1981; Willner, 1984). Outros empenham-se em combinar (a) uma percepção psicológica do caráter dos líderes e dos seguidores, (b) a consciência do contexto sociocultural em que a liderança se manifesta e (c) o quadro comparativo que pretende transcender o tipológico.

¹³Petracca alude à definição de Robert Morrison Mac Iver e C. H. Page: “capacidade de persuadir ou dirigir homens, resultado de qualidades *pessoais*, independentemente da função exercida”. (PETRACCA, 1997, p. 713).

um papel”, que se desenvolve “num contexto específico de interações” e “reflete em si mesmo (e em sua tarefa) a ‘situação’ desse contexto”. Consoante esse modo de considerá-la, a liderança não só “manifesta determinadas motivações do líder” como também “exige atributos peculiares de personalidade e habilidade, além de recursos específicos”. Esclarece Petracca que tais recursos, motivações e habilidades são “variáveis do papel, relacionadas com o contexto”, formando um conjunto que, por outro lado, também se relaciona “com as expectativas dos liderados, seus recursos, suas aspirações, suas atitudes”. (PETRACCA, 1997, p. 713).¹⁴

Petracca adverte, todavia, que não pretende negar “que a personalidade do líder seja fator de importância relevante; tampouco pode ser ignorado que a figura do líder tenha conotações específicas em relação à figura de seus liderados. Queremos dizer que os aspectos pessoais da liderança não podem ser objeto de generalizações (...). No máximo podemos concordar com H. D. Lasswell e A. Kaplan.” (PETRACCA, 1997, p. 714-715). Registrem-se os termos com os quais esses dois autores, focalizando especificamente os conceitos de líder e de liderança, sustentam: “O traço distintivo de personalidade política, comum a todos os líderes, é uma reivindicação enfática por deferência – principalmente sob as formas de poder e respeito (...). O líder, como tipo de personalidade, orienta-se por considerações sobre a aquisição e a fruição da deferência.” (LASSWELL e KAPLAN, 1998, p. 191).

Deve-se observar, ainda, que ao discorrer a respeito das qualidades de liderança, Lasswell e Kaplan citam Robert Michels, que, na sua célebre obra

¹⁴Petracca frisa, porém, que entender a liderança como papel não representa “eliminar a possibilidade de o líder vir a elaborar (...) seu papel (...) e até promover a formação do contexto onde ele se situa”. Sua real intenção consiste, justamente, em distinguir “liderança definida pelo papel e um líder que determina o papel”. Considera que existem líderes que não elaboram seu papel – limitando-se a desempenhar um papel-guia de uma instituição –, nem o respectivo contexto, em contraste não só com outros que inovadoramente reelaboram o papel-guia, como sobretudo com os integrantes de uma terceira modalidade, os quais criam seu papel e o contexto. (p. 714).

sociológica sobre os partidos políticos, destaca, entre outras, as qualidades de força de vontade e de auto-suficiência.¹⁵

Alguns autores tratam do caráter “efetivo” da liderança e do poder do líder, tal como se constata na contribuição teórica de Lasswell e Kaplan.¹⁶

O entendimento da liderança como um papel – conforme tem sido assinalado – implica, frisa-o bem Petracca, variáveis que se relacionam com um contexto específico, significando o reconhecimento do peso dos liderados (expectativas, recursos, aspirações e atitudes). Observe-se, pois, que essa acepção fica bem evidente quando prevalece o processo competitivo-eleitoral. Está na essência da conceituação de liderança (como papel), que nesta dissertação se pretende reter, que ela consiste no poder de alguém que encontra legitimação na sua correspondência às expectativas do grupo. (PETRACCA, 1997, p. 716). Ficam bem ressaltadas as interações entre o ator político e a comunidade onde atua – em particular o peso das expectativas desta, em determinadas circunstâncias e/ou contexto. Verifica-se, assim, que as análises de Lindholm e de Petracca complementam e reforçam a contribuição teórica de Maurice Duverger (com a particularidade de agregarem os aportes de vários outros autores).

¹⁵“Numerosas e variadas são as qualidades pessoais, graças às quais certos indivíduos conseguem submeter as massas ao seu poder. Não é necessário, aliás, que essas qualidades, que podem ser consideradas como as qualidades específicas dos chefes, se encontrem todas reunidas na mesma pessoa. Entre essas qualidades, o primeiro lugar recai sobre a força de vontade que reduz sob sua dominação as vontades menos fortes. Vêm em seguida a superioridade do saber que se impõe aos outros; uma firmeza catoniana de convicções; uma fé em suas idéias que enfatiza, com freqüência, o fanatismo e que, pela sua intensidade, inspira o respeito nas massas. A todas essas qualidades acrescentem-se, enfim, em certos casos esporádicos, a bondade de alma e o desinteresse, qualidades que lembram às massas a figura de Jesus Cristo e despertam nelas os sentimentos religiosos adormecidos, mas não apagados.” (MICHELS, 1982, p. 46).

¹⁶“Os líderes de um grupo são os seus detentores de poder mais ativos, tanto efetivamente quanto em relação às perspectivas do grupo. (...) A liderança (...) se refere portanto tanto ao poder formal quanto ao poder efetivo. O líder exerce poder, e este fato está conforme com as identificações, as reivindicações e as expectativas do grupo. Onde existem expectativas, mas pouco poder efetivo é de fato exercido, falamos de autoridade formalista e não de liderança. No caso inverso, onde o poder efetivo não estiver formalizado pelas perspectivas de autoridade, falamos de padrões.” (LASSWELL e KAPLAN, 1998, p. 190).

O nosso objetivo consiste em mostrar que Jaime Lerner constitui-se num líder e numa autoridade que nasce e consolida-se graças ao conjunto de determinações apontadas pelos conceitos aqui discutidos (liderança e autoridade). Pretendemos avançar a hipótese de que Lerner angariou o prestígio típico do líder a partir de um desempenho positivo no mundo da tecnocracia estatal e privada. Tal prestígio, contudo, teve efeitos multiplicativos exatamente por encontrar no contexto político da época (do autoritarismo militar) um ambiente propício para crescer. Jaime Lerner, entretanto, não se limitou à condição de líder de prestígio e soube, em grande parte graças ao contexto político, traduzi-lo em posições de autoridade, angariando o apoio político para ocupar cargos relevantes. Acreditamos, por conseguinte, que Lerner concentra em si os atributos típicos identificados pelos conceitos aqui discutidos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Enquanto fontes primárias relativas à política paranaense contemporânea, devem ser destacados os depoimentos colhidos no *Projeto Memória Viva do Paraná* – ora sob a custódia da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná. Tendo em vista a presente dissertação tais depoimentos foram pesquisados, mas se impõe notar que todos foram colhidos antes da primeira eleição de Jaime Lerner para Governador do Paraná (outubro de 1994), evento relevante de sua atuação político-eleitoral. Acresce que o depoimento de Jaime Lerner (julho de 1993), em particular, praticamente se restringe às suas experiências no planejamento urbano. Em seu conjunto, os depoimentos não contribuem significativamente para o objeto desta dissertação, centrada na análise da atuação de um político vinculada a competições eleitorais.

Deve-se adicionar que na coletânea de depoimentos de ex-governadores do Paraná, numa série de programas de televisão, editada em livro – *Governadores do Paraná: a História por quem construiu a História* (FARIA e SEBASTIANI, 1997) –, destaca-se a entrevista de Lerner, a qual oferece aspectos políticos utilizados na presente dissertação. Considerados genericamente, trata-se de um repositório de

considerações centradas nas personalidades dos depoentes e dentro dos limites que cada um deles julga convenientes para a fixação de sua imagem. Essa coletânea serve como provedora de subsídios para apreciações panorâmicas da política paranaense, mas sua utilidade é bastante limitada para o caso objeto deste estudo.

Na revisão bibliográfica emergem duas dissertações de mestrado, ainda que seus objetos não coincidam com o do presente trabalho.

Uma delas é de autoria de Francisco Moraes Paz e focaliza Jaime Lerner sob o título *As artimanhas da política no jogo eleitoral*. Essa dissertação foi apresentada, em agosto de 1989, no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Trata especificamente da eleição para Prefeito de Curitiba de novembro de 1988, quando Lerner alcançou sua primeira vitória eleitoral.

O trabalho de Francisco Paz analisa, a partir das eleições municipais de 1988, “algumas artimanhas da política brasileira e os recortes produzidos pela história. As organizações partidárias (...) foram privilegiadas no texto. (...) Sua importância reside (...) no papel que buscam ocupar dentro de um processo político mais amplo (...)”. (PAZ, 1990, p. 5).

Há que se notar que, centrado na vitoriosa campanha eleitoral de Jaime Lerner para Prefeito de Curitiba, o estudo de Francisco Paz revela preocupação estritamente histórica e limitada àquele episódio, em que era incipiente a atuação competitivo-eleitoral de Lerner. Essa contribuição serve como uma referência para a análise da atuação personalista de Jaime Lerner na política paranaense, ainda que – diferentemente desta dissertação –, seja restrita a Curitiba e àquele momento histórico.

A outra dissertação de mestrado, apresentada no mesmo Curso, é de Isabel Cristina Couto: *Ação política empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990/1998*. (COUTO, 1998). O enunciado do tema não se refere a Jaime Lerner. O GEC é um grupo de empresários e/ou de seus representantes que, nos anos 1990, com base em Curitiba, desenvolveram atuação política e alguns dos seus membros teriam atuado como financiadores da campanha de Jaime Lerner, na eleição de 1994, para o Governo do Estado. Segundo reconhece Couto, tratava-se de um grupo

informal, mas, assim mesmo, foi por ela denominado Grupo de Empresários de Curitiba. Em termos de ação política em sentido mais estrito, os integrantes do GEC formularam reivindicações, tais como: fim da atuação empresarial do Estado, privatizações e ajuste fiscal. A dissertação de Isabel Couto tem por objetivo declarado resgatar a ação política empresarial do GEC, no período 1990-1998.

Na verdade, embora o nome de Jaime Lerner não esteja contido no enunciado do tema da dissertação de Isabel Cristina Couto, esse trabalho tem muito a ver com determinados aspectos da sua atuação como ator político eleitoralmente bem-sucedido (a partir de 1988). De cunho eminentemente histórico, o estudo contribui para situar apoios recebidos por Jaime Lerner na eleição para Governador, em 1994. Não se estende, porém, aos aspectos específicos da atuação político-eleitoral.¹⁷

Ainda no que tange à História Política, outro importante estudo universitário recente deve ser mencionado. Trata-se do livro *Curitiba e o mito da cidade modelo*, de Dennison de Oliveira, editado em 2000. Esse trabalho resultou de uma tese de doutorado, defendida em 1995, na Unicamp. Focaliza o que o autor denomina “uma certa tradição de planejamento urbano” – a de Curitiba –, em relação à qual o engenheiro e arquiteto Jaime Lerner tem recebido os maiores créditos.

A tese de Oliveira consiste na elaboração de uma análise histórica, ou, mais especificamente, numa análise histórica comparativa, posto que a experiência de planejamento urbano de Curitiba, substantivamente creditada a Jaime Lerner, é

¹⁷Em seguida à introdução e a um relativamente breve capítulo relativo à conjuntura histórica dos anos 90, no Brasil e no Paraná, o trabalho de Isabel Cristina Couto se adensa no segundo e nuclear capítulo, intitulado “O GEC e sua trajetória histórica” (78 páginas, do total de 123). Duas seções preambulares antecedem aquela que trata das “trajetórias individuais dos membros do GEC” (absorve 52 páginas). Do ponto de vista estritamente político, importa assinalar a subdivisão dessa seção referente a alianças com políticos, a qual se traduz em quatro perfis de empresários que se destacaram politicamente, começando por Jaime Lerner e se estendendo a José Richa, Jaime Canet Júnior e João Elísio Ferraz de Campos. Ora, Lerner é reputado pela autora como o mais importante componente desse quarteto de notáveis. Na descrição da trajetória e/ou do perfil de Jaime Lerner, são utilizadas 12 páginas (cabendo aos três outros, na soma, apenas nove). Acontece, todavia, que mesmo no texto de Isabel Couto, Lerner não é efetivamente caracterizado como empresário, consoante o propósito expresso pela autora. Na verdade, ele é tratado como o político em que se tornou e em cuja carreira tem sido alvo, por certo, da simpatia e de apoio de empresários paranaenses.

cotejada com outras experiências brasileiras, tais como a de São Paulo e a da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo do estudo consiste numa “interpretação do papel desempenhado por um determinado contexto institucional”. Precisando-se mais, Oliveira examina, no interior desse contexto, os diversos grupos dominantes em nível da capital paranaense e do Estado. Ressalta como tais grupos contribuíram para a tradição de planejamento urbano em causa. E, mais importante, o autor, acuradamente, alude ao fato de que essa mesma tradição de planejamento urbano constituiu um verdadeiro alicerce para um bem-sucedido projeto político, que acabou transcendendo os limites da capital do Paraná.

O trabalho em apreço se reveste de excelentes suportes histórico-factuais e apresenta pertinentes enfoques analíticos. A referência ao chamado “projeto político”, centrado na figura dominante de Jaime Lerner, em particular, torna esse trabalho especialmente sugestivo para o desenvolvimento de abordagens mais estritamente sociológicas. Dennison de Oliveira destaca, por sinal, que “o sucesso de Jaime Lerner no campo do planejamento urbano tem no êxito político-partidário o seu corolário”. (OLIVEIRA, 2000, p. 15).

Outra dissertação, mais recente, consiste no trabalho *Ney Braga: trajetória política e bases do poder*, de José Pedro Kunhavalic, apresentado no Curso de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Com respeito a Jaime Lerner, esse estudo expressamente alude à sua inserção no *neyismo*.

O trabalho de Kunhavalic, abordando o perfil de membros do *neyismo*, assinala: “Importantes membros do *neyismo* mantêm um certo vínculo e uma influência no período de domínio político de Jaime Lerner na política paranaense.” (KUNHAVALIC, 1999, p. 206). Na verdade, embora o objeto do estudo não seja a atuação política de Jaime Lerner, focaliza o *neyismo*, onde Lerner emergiu e cujos remanescentes em geral têm atuado em favor dos seus êxitos competitivo-eleitorais.

Numa espécie de síntese-conclusiva relativa aos revistos trabalhos que focalizam a política paranaense, impõe-se assinalar que, como estudo de caso, a presente dissertação se mostra, no tocante à atuação política de Jaime Lerner, como

um tipo de aditamento aos trabalhos de Francisco Moraes Paz, de Isabel Cristina Couto e de Dennison de Oliveira. A dissertação de Paz focalizou especificamente Jaime Lerner, porém de modo restrito ao episódio de sua eleição para Prefeito de Curitiba, em 1988. Já o trabalho universitário de Isabel Cristina Couto salienta, declaradamente, um grupo de empresários e não um determinado ator político, porém inclui referências algo detidas a Jaime Lerner, como se mostrou. Quanto à tese de Oliveira, seu enfoque é específico: estudo histórico-comparativo da experiência de planejamento urbano de Curitiba, na qual sobressai a contribuição de Lerner. Sob determinado ponto de vista, porém, esta dissertação sobretudo se acrescenta ao estudo de José Pedro Kunhavalic a respeito da trajetória de Ney Braga e do *neyismo*. Na verdade, Lerner e o *lernismo* têm sua matriz geradora na atuação de Ney Braga. A presente dissertação e as de Francisco Paz e de Kunhavalic incidem num determinado ator político, como recorte para focalizar a política paranaense contemporânea, mas, comparando-se, evidenciam-se distinções significativas, a saber: 1) diferente do presente, os trabalhos de Paz e Kunhavalic não têm por objeto *liderança, autoridade e contexto político*; 2) esta dissertação cuida de toda a etapa competitivo-eleitoral de Lerner, ao passo que a de Paz se restringe a determinados aspectos históricos do episódio da eleição de 1988; 3) em sua dissertação, Kunhavalic trata de Ney Braga, não de Jaime Lerner. O objeto da presente dissertação se identifica mais com o trabalho de Kunhavalic, mormente na medida em que privilegia, como estudos de casos, a atuação de dois atores cujas proeminências se sucederam, num mesmo contexto: a política paranaense. Os dois trabalhos se completam, dado que examinam etapas que se sucedem e, de certa forma, se encadeiam. O *lernismo* de algum modo se afigura como uma revivescência do *neyismo*, ainda que ajustada às novas circunstâncias e aos novos tempos. A propósito, cabe lembrar que Isabel Cristina Couto justamente assinala que em meados dos anos 90 ocorreram, nos processos históricos do Brasil e do Paraná, transformações que a autora chegou a elevar ao grau de revolução. A presente dissertação, em conseqüência, mantém-se atenta às mutações havidas com o evoluir histórico-sociológico, sobretudo nos cenários políticos do país e

do Estado, sem as quais fica difícil compreender a atuação mesma de Jaime Lerner, no contexto em que se desenrola.

Três outros trabalhos, ainda que focalizando a política brasileira, guardam proximidade com a presente dissertação, na medida em que, tendo como propósito o exame do processo político, também privilegiam atuações de determinados atores políticos personalisticamente proeminentes, a saber: Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Leonel Brizola. As inserções desses três eminentes personagens do cenário brasileiro recente e atual situam-nos até mesmo como indutores do comportamento de outros políticos, que, consciente ou inconscientemente, vêem nos êxitos por eles alcançados motivos para, no que for possível, tomá-los como modelo.

Getúlio Vargas e o varguismo são objeto do estudo de Maria Helena Rolim Capelato, a partir do uso da propaganda política (comparativamente a Peron e ao peronismo). Trata-se de tese de livre-docência em História das Américas (dezembro de 1997), apresentada na USP. Na verdade, Vargas, além de marcar uma “era da política brasileira” (conforme se reconhece), estabeleceu um paradigma (CAPELATO, 1998). De um lado, é certo que foi o político que exerceu o poder com mais extensa duração e com maior plenitude, em toda a vida republicana brasileira (incluídos os dois momentos discricionários do primeiro período varguista, que se estende de 1930 a 1945). De outro lado, Vargas, por seu estilo (e seus êxitos), apresenta-se como o político que talvez mais se imponha à imitação (consciente ou inconsciente), por parte de atores contemporâneos e de gerações seguintes.¹⁸

Por outro lado, a tese de doutorado de Vera Lúcia Michalany Chaia (professora do Departamento de Política e do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*, foi apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de

¹⁸No imaginário sociológico brasileiro, Vargas corresponde a um padrão de líder que conseguiu seduzir não só integrantes das classes assalariadas como também os vários segmentos empresariais. Revela-se, portanto, como o ator mais bem-sucedido, sendo considerado, assim, o mais competente de todos.

São Paulo. E o que pretende o estudo de Vera Chaia? A resposta é dada pela própria autora, nos seguintes termos: “entender os fatores que sustentaram a continuidade da liderança de Jânio: a base eleitoral janista, as características pessoais do líder e a presença (constante e atuante) de um quadro administrativo”. (CHAIA, 1991, p. 13). Não se revela, contudo, ao longo de todo o estudo, qualquer propósito de Chaia no sentido de dialogar com teorias sociológicas pertinentes ao exercício da liderança política, em geral, bem como da liderança carismática, em particular. Sobreleva, na tese em apreço, por certo, o levantamento histórico básico.¹⁹

Ao final de suas conclusões, Vera Chaia assinala que o fenômeno do janismo tenderia a subsistir, “sob a circunstância em que reine o princípio da autoridade pessoal do governante, a desvalorização das regras políticas democráticas, a desconsideração pelas organizações políticas e o distanciamento das forças atuantes da sociedade civil”. (CHAIA, 1991, p. 313).²⁰

João Trajano Sento-Sé, a seu turno, elaborou um estudo da atuação de Leonel Brizola sob um ângulo que o autor procura evidenciar no título de seu livro: *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Sento-Sé desde logo resume o objeto específico de sua análise: “chamo de brizolismo os discursos acerca de Brizola, o significado atribuído à sua liderança ao longo dos últimos anos, a forma como foi

¹⁹Quanto à referida base eleitoral, diz Chaia: “no começo da sua carreira, era formada por setores da classe trabalhadora e que possuíam motivações voltadas à moralização do sistema político e à aplicação da lei e da justiça. Já nas eleições de 1985, para a Prefeitura de São Paulo, Jânio Quadros contou com o apoio da classe média de tendência conservadora.” Observa Vera Chaia que, em todos os períodos, mostra-se comum à base janista “a sua reverência e lealdade à figura de Jânio Quadros. A força do seu carisma permaneceu, bem como a crença de que este líder poderia resolver os problemas nacionais”. No que tange ao quadro administrativo, outro fator de continuidade do janismo, Chaia assinala que “Jânio Quadros e seu grupo sempre se arrogaram uma postura de autonomia face aos partidos políticos; sua candidatura podia ser abrigada por qualquer facção. Seu *staff* supre, de certa forma, a não-vinculação partidária de Jânio Quadros, estabelecendo a intermediação entre ele e a sociedade”. (1991, p. 14).

²⁰A autora, nas suas considerações conclusivas, toma explicitamente por base apenas os capítulos do seu livro, todos consubstanciados na narração (descrição) das sucessivas etapas e de múltiplos episódios da trajetória de Jânio, até sua derradeira tentativa de novamente candidatar-se a Presidente da República, em 1989 (não ratificada).

percebida por aqueles que são ou foram a favor dele e por aqueles que a ele se opuseram”. (SENTO-SÉ, 1999, p. 17). Trata-se de versão modificada de tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), em dezembro de 1997.²¹

A informação do próprio autor se mostra relevante: “em face da existência de vários brizolismos possíveis, concentrei a pesquisa nos significados atribuídos à sua atuação no Rio de Janeiro”. (p. 17). Importa aqui notadamente ressaltar que, nas conclusões, Sento-Sé assinala em Leonel Brizola dois ângulos: 1) o fato de que a sua figura pública “alimentou e foi alimentada pelo apelo à emancipação”; 2) “o problema do líder carismático”.

Estão contidos nessa obra de Sento-Sé, como se vê, aportes que devem ser considerados pertinentes às reflexões objetivadas pela presente dissertação, ao focalizar a atuação política de Jaime Lerner, inserida na realidade paranaense contemporânea que, à sua vez, integra-se no contexto do processo político brasileiro em curso.

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Nesta dissertação, a construção da trajetória de Jaime Lerner comporta quatro capítulos, em que predominam descrições de como evoluíram os acontecimentos, seguidos de um quinto, dedicado a análises, que conduzem à conclusão. O enunciado dos títulos dos primeiros quatro capítulos enseja uma apreensão genérica dos respectivos conteúdos, como segue:

²¹Em contraste com o trabalho similar de Vera Chaia, no estudo do *brizolismo* se encontram desenvolvimentos teóricos pertinentes à liderança política personalista-carismática. Vai ainda até bem além, portanto, de levantamentos históricos, caracterizando-se, em verdade, pela complexidade de suas intenções discursivas, conforme foi assinalado pelo professor-orientador da tese, Luiz Eduardo Soares. No prefácio do livro, Soares observa que o autor “combina recortes historiográficos, etnografia, reflexões teóricas derivadas da filosofia política clássica e moderna, discussões sobre teorias políticas contemporâneas, abordagens sociológicas e antropológicas, e alguns *insights* provenientes da teoria literária”. (SOARES, 1999, p. 16).

1. Desenvolvimentismo, autoritarismo e tecnocracia: início da trajetória política de Jaime Lerner.
2. Atuação de Jaime Lerner no início do contexto político democrático.
3. Vitórias eleitorais seguidas de queda na aprovação popular.
4. Busca do poder federal e ameaças ao projeto político de Lerner.

No primeiro capítulo, inicia-se a focalização da trajetória política de Jaime Lerner, desde as suas origens como funcionário da Prefeitura de Curitiba e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), vinculando-o a três vertentes: desenvolvimentismo industrialista, autoritarismo e tecnocracia. Após uma passagem relativamente breve pela presidência do IPPUC, Lerner ascendeu ao cargo de Prefeito de Curitiba, designado pelo Governador do Estado (período: 1971-1975). Deixando esse cargo, com a mudança de Governador, Lerner aceita convite para trabalhar no Governo do Estado do Rio de Janeiro, numa experiência frustrada (limitada a 35 dias). Ney Braga, voltando ao Governo do Estado (mandato: 1979-1983), designa novamente Jaime Lerner Prefeito de Curitiba. Fechando esse primeiro capítulo, são feitas considerações a respeito do vínculo de Jaime Lerner ao desenvolvimento industrialista e de sua ação política com origem na burocracia estatal, não na militância partidária.

As duas primeiras disputas eleitorais de Jaime Lerner, inaugurando o contexto político democrático da sua atuação, são focalizadas no capítulo 2. Faz-se primeiramente alusão a uma tentativa eleitoral não concretizada (1982), atentando-se para o fato de que esse primeiro teste de seu prestígio (eleitoral) como líder político aconteceu no contexto do retorno do multipartidarismo no Brasil. O viés político do ator fica, assim, nitidamente caracterizado. Com a vitória da oposição (PMDB) nas primeiras eleições diretas para Governador do Estado (1982), Jaime Lerner se afastou do PDS (e de Ney Braga) e foi trabalhar no Governo do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo vínculos com Leonel Brizola (vitorioso em 1982). Na dimensão mais estritamente política, verifica-se o ingresso de Lerner no PDT de Brizola, o que leva o ex-Prefeito de Curitiba, por vezes, a proclamar uma opção pela “social democracia

trabalhista”. Nas duas primeiras disputas eleitorais, mesmo tendo conseguido somar sua inserção no *brizolismo* com a continuidade do apoio de Ney Braga (então no PFL), Jaime Lerner só colheu derrotas: para Prefeito de Curitiba (1985) e para Vice-Governador do Estado (1986).

O capítulo 3 cobre o período posterior, de vitórias eleitorais, iniciadas com a eleição para Prefeito de Curitiba (1988). Destaca-se, a seguir, a primeira eleição para Governador do Estado (1994), cuja proposta de campanha eleitoral tem suas principais conotações políticas examinadas. Na seqüência, focalizam-se os reflexos da atuação de Lerner na expansão do PDT no Paraná (1988-1996). Ocorre que em meio ao primeiro mandato de Governador já começam a ser conhecidos sinais de queda nos (altos) índices de aprovação do Governo Jaime Lerner. Nesse clima, após tentativa frustrada de aderir ao PSDB, partido do Presidente da República, Lerner ingressa no PFL (1997). Em 1998, entrosado nacionalmente na coligação pró-reeleição de Fernando Henrique Cardoso, Lerner tem sua reeleição facilitada, malgrado o continuado declínio no prestígio popular.

A fase mais recente é focalizada no capítulo 4. Inicialmente é cotejada a tarefa antes enfrentada por Lerner à frente da Prefeitura de Curitiba com aquela, mais diversificada e complexa, com que se defronta na chefia do Poder Executivo estadual. Em seguida, efetua-se a avaliação da segunda mudança de partido por parte de Jaime Lerner: o aumento do número de prefeitos eleitos pelo PFL foi menor do que a perda do PDT. Ilustrando as complicações políticas bem maiores, são mencionadas a atuação do MST e o crescimento do PT nos principais centros urbanos do Paraná, nas eleições municipais de 2000. Desde que persistiu a tendência de queda nos índices de avaliação popular do Governo de Jaime Lerner, passou a se configurar uma visível ameaça ao seu projeto político. O ator, entretanto, não se mostra tolhido e inicia campanha como pré-candidato do PFL a Presidente da República. Daí a pergunta: projeto ou sonho?

Na abertura do quinto capítulo define-se seu objetivo: analisar os momentos mais significativos da trajetória política e as características mais relevantes do papel de líder desempenhado por Jaime Lerner, considerando o respectivo contexto. O discurso

do ator põe ênfase na eficiência técnica, como meio para legitimar-se como político, nas competições eleitorais, desenroladas num complexo de interações. Depois do enfoque relativo aos aspectos emblemáticos da atuação de Lerner, empreende-se a análise dos principais fatores determinantes da continuidade de reversão dos índices de aprovação do seu Governo, salientando-se o fato de que a simbiose do técnico e do político tem a ver com o *marketing* político. O sentido da liderança e da trajetória de Jaime Lerner e seus limites ficam evidenciados, assim, à luz das formulações teóricas pertinentes, com base no levantamento histórico-concreto efetivado.

A conclusão fica, portanto, facilitada, de modo que os seus principais aspectos podem ser apresentados de forma resumida, centrando-os nos conceitos de liderança, autoridade e contexto político. Orientam-se pelas sucessivas etapas da trajetória política de Jaime Lerner, salientando-se a mutação do tecnoburocrata em político, desejoso de afirmar sua liderança, no processo competitivo eleitoral. A mudança ocorrida no contexto político brasileiro induz Lerner a se deslocar para o Estado do Rio de Janeiro, deixando o PDS (de Ney Braga) e ingressando no PDT (de Leonel Brizola). Superando percalços de duas derrotas eleitorais, com sua eleição para Prefeito de Curitiba (1988), o ator inicia nova etapa marcada por vitórias eleitorais sucessivas, conducentes ao posto máximo do poder no Paraná. Suas relações personalistas com os partidos ficam caracterizadas pelo desenho de um autêntico ziguezague político-ideológico, com sua saída do PDT e filiação ao PFL. Quedas gradativas na avaliação do Governo Jaime Lerner começam a delinear ameaças ao seu projeto político, mas ainda assim ele alardeia o início de uma pré-campanha como candidato do PFL a Presidente da República. Como uma espécie de conclusão-síntese, ao final salientam-se os principais elementos contextuais que influenciaram a carreira de Jaime Lerner: contraria-se o senso comum político, evidenciando que seus êxitos não dependeram somente das características de personalidade do próprio Jaime Lerner, tornando-se evidente como é relevante o contexto político no qual se desenvolveu a sua trajetória.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTISMO, AUTORITARISMO E TECNOCRACIA: INÍCIO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JAIME LERNER

Entre os clássicos do pensamento político há tanto escritores realistas quanto escritores idealistas, ou – melhor explicando – tanto aqueles que tentam manter uma certa impassibilidade ao olhar o “vulto demoníaco do poder” quanto aqueles que fizeram propostas mais ou menos razoáveis e aplicáveis para torná-lo mais humano.

(...)

(...) apenas um comportamento realista diante da política permite submetê-la a uma reflexão objetiva, distanciada, “desencantada” – em uma palavra, científica –, de “correr atrás” da “verdade efetiva da coisa” e não da “imaginação sobre ela”. (BOBBIO, 2000, p. 131 e 132).

1.1 CONTEXTO POLÍTICO E SUA DINÂMICA: LERNER COMO TECNOBUROCRATA, DENTRO DO *NEYISMO*

A abordagem de liderança, autoridade e contexto político, objeto desta dissertação, requer que se apresente a atuação de Jaime Lerner inserida no conjunto sócio-político paranaense, no tocante aos aspectos mais pertinentes ao estudo pretendido. Essa tarefa começa aqui e se torna conveniente explicitar, preliminarmente, o conceito de contexto/conjunto social elaborado por Maurice Duverger, que sustenta ser aquele

composto por homens que mantêm relações num mesmo domínio [no caso, o domínio das atividades políticas], e relações em geral mais numerosas e mais estreitas do que as desenvolvidas nesse domínio com os homens pertencentes a outro conjunto. Além disso, as relações desenvolvidas no interior do conjunto são estruturadas e constituídas em sistema. (...) Por fim, o conjunto de homens assim caracterizado corresponde a um conjunto cultural que determina os estatutos, os papéis e os comportamentos dos seus membros. (DUVERGER, 1983, p. 27).

O estudo do caso de Jaime Lerner, do ponto de vista metodológico, guarda semelhança com uma das duas abordagens admitidas por Maurice Duverger, ou seja,

aquela que parte das interações do ator político, como modo de estudar o sistema de interações. Deve-se salientar, porém, que não se cogita de qualquer tentativa de investigação da personalidade política de Jaime Lerner, com o risco de incidir numa espécie de *psicologismo*. Todo o empenho é no sentido do enfoque sociológico, vale dizer, de realizar estudo de fenômenos sociais, mais especificamente da realidade política, considerando-se o ator em suas interações, as quais se verificam num sistema de poder (ou sistema político). Adverte-se, porém, que o objeto da dissertação também não é estritamente o sistema político em si – ou seja, a abordagem não é sistêmica (conforme a outra opção apontada por Duverger: parte-se do sistema para focalizar as interações).

Consoante a concepção de Orazio Petracca citada na Introdução, em vez de se ater a uma “biologia específica do líder”, a liderança é considerada como um papel que se desenvolve “num contexto específico de interações e reflete (...) a ‘situação’ desse contexto”. Por conseguinte, as situações em que Jaime Lerner tem atuado, desde sua origem como tecnoburocrata, destacam-se dentre os fatores explicativos do seu papel como ator político.

No princípio de sua atuação no setor público, Jaime Lerner aparece como um profissional (arquiteto-urbanista) diretamente vinculado ao engenheiro civil Ivo Arzua Pereira (PDC), Prefeito de Curitiba, eleito em 1962, graças ao peso eleitoral de Ney Braga, então Governador do Paraná. Lerner começou sua atividade integrando a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC).²²

Na verdade, a vitória de Arzua comprovou o intenso empenho de Ney Braga e de seu Governo, no qual ele começou a se revelar sobremodo eficaz na utilização do *marketing* político e da mídia, com realce para a divulgação e a publicidade, implicando bem articulada aplicação de recursos financeiros de monta e de recursos

²²Ivo Arzua Pereira atuava como professor do Curso de Engenharia da UFPR (no qual Lerner primeiro se formou). Seu êxito político-eleitoral contra candidato do PTB instalado na chefia do Executivo curitibano foi algo surpreendente.

humanos qualificados, dentro e fora do aparelho estatal. O PDC, partido de Ney Braga, pelo qual Ivo Arzua foi eleito, mostra-se, assim, como o primeiro vínculo partidário de Jaime Lerner, ainda que de forma indireta. Desde então, foi cada vez mais efetiva a sua inserção no *neyismo* – representativo de uma fração da elite no poder, no Paraná.²³

Em 1964 iniciou-se, no país, a implantação do autoritarismo, decorrente de golpe militar que depôs João Goulart (PTB), Presidente da República (substituto, que tomara posse, como Vice-Presidente, com a renúncia de Jânio Quadros, em setembro de 1961). Na eleição para Governador do Paraná de 1965, Paulo Pimentel (PTN-PDC) saiu vitorioso, para o mandato 1966-1971; foi o último dos pleitos diretos para os executivos estaduais, no multipartidarismo que se iniciara em 1945.

Com a subsequente extinção dos partidos existentes e do multipartidarismo, implicando a concomitante passagem para o bipartidarismo, foram instituídos a Arena e o MDB, mudança em que Ney Braga se filiou ao primeiro desses dois novos partidos (de sustentação política do governo militar), promovendo a sua estruturação no Estado e nele se situando como sua figura exponencial. O situacionismo paranaense se aninhou por inteiro na Arena, sob o comando de Ney Braga (que ascendera ao cargo de Ministro da Agricultura, por designação do General Humberto de Alencar Castello Branco). No âmbito da Arena, o Governador Paulo Pimentel passou a disputar o comando do partido com Ney Braga, abrindo uma cisão no situacionismo estadual.²⁴

No âmbito da Prefeitura de Curitiba, numa inserção no desenvolvimentismo industrialista, popularizado a partir do primeiro Governo Ney Braga, começou a tomar

²³O *neyismo* é objeto da dissertação de José Pedro Kunhavalic cujo título é *Ney Braga: trajetória política e bases do poder*, citada na revisão bibliográfica constante da Introdução do presente estudo. Kunhavalic, com propriedade, destaca que Jaime Lerner emergiu sob a influência dominante de Ney Braga. (KUNHAVALIC, 1999).

²⁴Pimentel, contudo, apoiou Ney Braga na eleição para o Senado (1966), a qual também poderia ratificar a “federalização” da esfera de atuação de seu influente correligionário. De resto, Ney pouco disfarçava sua aspiração de suceder Castello Branco. Contava, para tanto, com sua dupla condição: (1) de político eleitoralmente bem-sucedido e (2) de militar que se formara no Curso de Estado Maior do Exército. Nesse tempo, Ney convivera com o próprio Castello, instrutor e dirigente do Curso.

corpo a idéia de um distrito industrial em Curitiba, acalentada pelos técnicos de planejamento urbano. Doutro lado, a APPUC evoluiu no sentido de se transformar, em dezembro de 1965, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), onde Jaime Lerner continuou a atuar. O primeiro Presidente do IPPUC foi Jair Leal, engenheiro dos quadros da Prefeitura. Luiz Forte Netto, arquiteto e professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPR, testemunha que o novo Instituto, ao final da administração Arzua, dispunha de uma estrutura relativamente pequena. Estava-se no final de uma gestão e, nas palavras de Forte: “no ano de 66, do meu ponto de vista, o IPPUC não teve uma atuação relevante” (FORTE NETTO, 1991, p.57), o que teria perdurado até o último momento da gestão de Ivo Arzua.

Em 1967 – adianta Luiz Forte Netto, em seu depoimento –, com a saída do Prefeito Arzua, o Governador Paulo Pimentel designou o engenheiro civil Omar Sabag para a chefia do Executivo municipal e convidou o depoente para assumir a presidência do IPPUC. Em 1968, deixando o cargo, Forte Netto, por sua vez, indicou Jaime Lerner para ser o novo e terceiro Presidente do IPPUC (encontrando-se Omar Sabag à testa da administração municipal). Em pleno autoritarismo e numa situação de ascendência dos tecnoburocratas, em detrimento dos políticos, Lerner chegou à presidência do IPPUC. Ocorre, consoante Forte Netto assinala, que “Jaime (...) também não obteve a compreensão da chefia do Executivo para implementar as obras previstas”. (FORTE NETTO, 1991, p. 57-64). O desentrosamento com o Prefeito Omar Sabag levou Jaime Lerner a deixar a sua estratégica posição de Presidente do IPPUC.²⁵

Naquele órgão, entretanto, remanesceram técnicos ligados a Lerner, que, na função técnico-gerencial de seu Presidente, tornara-se um influente aglutinador de uma leal equipe, sendo que alguns de seus membros se associaram mais diretamente ao seu contínuo êxito profissional, na área do planejamento urbano, de crescente demanda,

²⁵Jaime Lerner se viu, pois, preterido pelo *pimentelismo* reinante. Deve-se notar que em março de 1967, com a transferência do comando do Governo Federal para o general Arthur da Costa e Silva, o segundo dos generais-presidentes, Paulo Pimentel substituiu Ney Braga na preferência presidencial, esgarçando-se as relações entre os dois caciques do arenismo paranaense.

em decorrência da acelerada urbanização. Este processo, sabidamente, tem seus requisitos e seus problemas postos como alvos permanentes da mídia, uma vez que se relacionam estritamente com a qualidade de vida de extensos segmentos. Em consequência, no caso de Jaime Lerner, a mencionada atuação, eficazmente utilizada, contribuiu para a projeção e o reconhecimento sociais.

1.2 PREFEITO DE CURITIBA DESIGNADO POR GOVERNADOR DA ARENA (1971-1975)

Em 1970, o centro de decisão político-militar da República, então personificado no general Emílio Garrastazu Médici, colocou como Governador do Paraná – para o mandato 1971-1975 – o então Deputado Federal Haroldo Leon Peres (da Arena e antes da UDN). A ascensão de Haroldo Peres ao Governo do Paraná – ao arrepio das pretensões dos dois maiores líderes do arenismo paranaense, Braga e Pimentel – tornou ainda mais exposta a cunha no arenismo. A dissensão entre Braga e Pimentel enfraquecera a Arena estadual, perante o comando militar do regime, que deu mostras de descontentamento diante das reiteradas fricções entre os dois líderes arenistas, envolvidos em apaixonado antagonismo paroquial.

Foi Haroldo Peres, sucessor de Paulo Pimentel, quem escolheu Jaime Lerner para Prefeito de Curitiba (gestão iniciada em março de 1971). Representou uma promoção do ex-Presidente do IPPUC, efetivada após um hiato de três anos. Jaime Lerner foi indicado por Peres ao referendo formal da Assembléia Legislativa, ato que lhe ensejou voltar a cargo de confiança do situacionismo paranaense, agora partidariamente não mais localizado no PDC (e no PTN), mas sim na Arena, braço civil-partidário do autoritarismo vigente.

Na verdade, deve-se reconhecer que, ao optar pela atuação profissional, especializada em planejamento urbano, dentro de um mercado relativamente acanhado como o paranaense, Jaime Lerner tenderia naturalmente a divisar como única possibilidade de ascensão a de se transformar de assessor e dirigente de instituto de

planejamento urbano em alto executivo do setor público, começando pelo cargo de Prefeito.

Ocorre que a mesma mão poderosa que posicionou Peres na cúpula do (sub)poder estadual, levou-o a renunciar ao cargo (sob suspeita de corrupção, conforme acusação de um empresário de obras públicas), com menos de um ano de governo.

Em face da renúncia a que Peres fora induzido, tomou posse no cargo de Governador do Paraná um engenheiro e professor da UFPR, o Vice-Governador Parigot de Souza – que fora, por nove anos, Presidente da COPEL, a partir da primeira designação por Ney Braga (1961). Com a prematura morte de Parigot de Souza, foram formalmente eleitos, pela Assembléia Legislativa, dois integrantes do séquito de Ney: para Governador, o engenheiro Emílio Hoffmann Gomes (Deputado Federal pela Arena), e, para Vice-Governador, o empresário Jayme Canet Júnior (ex-estudante de engenharia, que preferira dedicar-se à vida empresarial sem o escudo do diploma universitário). Jaime Lerner foi mantido no cargo de Prefeito da Capital do Estado pelos dois sucessivos engenheiros-governadores, até que se completasse o período governamental. Verifica-se, assim, que o surpreendente malogro de Peres revelou um Jaime Lerner capaz de permanecer até o término do mandato, concluído por dois sucessores do renunciante, ambos membros da Arena.

1.3 AFASTADO DA PREFEITURA DE CURITIBA, LERNER ACEITA CONVITE DO GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO

Desde a eleição (índireta) da dupla Gomes-Canet, a ascensão de Jaime Canet Júnior a Governador do Paraná já estava nos projetos de Ney Braga, para o mandato 1975-1979. Na época, Ney Braga, no exercício do cargo de Ministro da Educação de Ernesto Geisel, o penúltimo dos generais-presidentes, voltara a se encontrar poderoso.

Em março de 1975, Jaime Canet – um dos altos próceres da Arena e empresário muito bem postado no grupo de Ney Braga –, ao tomar posse como Governador, indicado por Ney Braga, não confirmou Jaime Lerner como Prefeito de Curitiba, tendo optado pelo engenheiro Saul Raiz. Do ponto de vista partidário, naquele ano não ocorreu alteração no Governo do Paraná, confiado a Jayme Canet Júnior. Mesmo assim, o novo Chefe do Executivo estadual frustrou a expectativa de Jaime Lerner de que iria continuar como Prefeito de Curitiba. Seu substituto, o engenheiro Saul Raiz, era um tecnoburocrata de grande influência nas hostes do *neyismo*: fora auxiliar direto de Ney Braga na Prefeitura de Curitiba (1955-1958) e no Governo do Estado (1961-1966), assim como do Governador do período seguinte (Pimentel, 1966-1971).

Há que se notar, entretanto, que algo distingue Saul Raiz de Jaime Lerner: este era arquiteto, especializado em planejamento urbano, e aquele engenheiro civil. Essa diferença se acrescenta ao fato de que Raiz não era “cristão novo” do *neyismo*, porquanto participou da equipe de Ney Braga desde a gestão de Prefeito de Curitiba (1955-1988). Deve-se observar que engenheiros civis e arquitetos urbanistas costumam ter visões e opções diferentes, no tocante à ação do aparelho estatal. Podem ser intuídas, por conseguinte, discrepâncias e distanciamentos político-corporativos entre o engenheiro civil Saul Raiz e o arquiteto-urbanista Jaime Lerner.

De qualquer forma, a opção de Jaime Canet Júnior pelo engenheiro, em detrimento do arquiteto-urbanista, terá decorrido de motivos justificáveis e racionais, porém não foram explicitados. Prevaleceu, assim, a impressão de que se contrariou o senso comum. Sabidamente, Lerner tinha a seu favor a projeção de seu nome e o fato de que seu conceito técnico-gerencial era amplamente reconhecido. Manter no cargo de Prefeito de Curitiba alguém que já fora testado na prática e cuja atuação granjeara prestígio, dentro e fora do país, seria não só uma solução natural como propiciadora de vantagens para o Governador que o designasse. Canet Júnior, enquanto acionista de uma empresa de construção civil, poderá ter sido envolvido por um certo clima de

antipatias mútuas, que, de modo generalizado, friccionam as relações entre as duas categorias profissionais em tela. Ter-se-ia inclinado pelo viés dos engenheiros.

Após concluir seu primeiro mandato como Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner recebeu convite para ir trabalhar no então nascente Estado do Rio Janeiro – produto da fusão com o da Guanabara. Seu nome foi recomendado ao Almirante Faria Lima (Governador designado para conduzir a transição) pelo Ministro do Planejamento, Reis Veloso. Lerner foi nomeado Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (FUNDREM).²⁶ O planejamento das regiões metropolitanas havia recebido o *status* de uma regulamentação mediante Lei Complementar, o que atestava que a matéria estava na ordem do dia do autoritarismo civil-militar vigente.

Ocorre que Jaime Lerner acabou permanecendo não mais do que apenas trinta e cinco dias à testa da FUNDREM. Soube de sua exoneração através do noticiário veiculado pela mídia. Comentando o acontecimento, Lerner fez questão de lembrar a promessa que lhe fora feita por um dos homens fortes do Governo Federal – Reis Veloso, Ministro do Planejamento –, no sentido de que lhe seria dada “toda força”. Com respeito à atuação de Jaime Lerner no Rio de Janeiro, foi revelado, pela imprensa carioca, que ele não aceitava o controle imposto pelo Governador Almirante Faria Lima e pelo então Secretário do Planejamento, Ronaldo Costa Couto, além de sofrer o desconforto de enfrentar a ciúmeira de Marcos Tamoyo, Prefeito da cidade do Rio de Janeiro. (LERNER..., 1983).

²⁶Em referências ao *curriculum vitae* do engenheiro Cássio Taniguchi consta sua atuação no cargo de Diretor de Análise e Controle da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), em 1975.

1.4 NEY RECONDUZ LERNER AO CARGO DE PREFEITO DE CURITIBA (1979-1983)

Depois de se manter como Ministro de Ernesto Geisel, então super-poderoso general-presidente em exercício, Ney Braga voltou ao Governo do Paraná (mandato 1979-1983).²⁷ Jaime Lerner foi nomeado pelo novo Governador para o cargo de Prefeito de Curitiba (tendo seu nome, pela segunda vez, referendado pela Assembléia Legislativa para a mesma função).

É importante ressaltar que, praticamente no início do segundo período governamental de Ney Braga – no bojo do lento processo de abertura democrática do regime brasileiro –, ocorreu a transformação jurídico-política do sistema partidário-eleitoral: foi reinstituído e implementado o multipartidarismo (1979-80). No Paraná, a Arena se transformou no PDS, sob o comando de Governador do Estado. O MDB, a seu turno, deu origem ao PMDB. Ney Braga não conseguiu incorporar uma importante ala do *neyismo*, que atuava na Arena, liderada pelo ex-Governador Jaime Canet Júnior e pelo Senador Affonso Alves de Camargo Netto, os quais organizaram a seção paranaense do PP. Ambos estiveram por longo tempo integrados no *neyismo* e eram próceres partidários proeminentes, mas, num processo de ruptura no seio da elite do poder, insurgiram-se contra o protagonismo de Ney Braga. Com a inviabilidade do PP, em nível nacional, houve a sua incorporação pelo PMDB. Em consequência, Canet e Camargo Netto vieram a assumir papel decisivo nas eleições de 1982, as primeiras sob o signo do neomultipartidarismo, quando Ney Braga (candidato ao Senado) e o candidato do PDS a Governador (Saul Raiz) foram derrotados pelos candidatos do PMDB (respectivamente, por Álvaro Dias e por José Richa).

Quanto à iniciação competitivo-eleitoral de Jaime Lerner, primeiro há que se aludir à sua mais precoce tentativa. Um ex-assessor direto, em depoimento para esta dissertação, lembra que Lerner solicitara a Ney Braga, em 1982, que lhe fosse

²⁷A designação de Ney Braga foi uma decisão conjunta daquele general que deixava e do general que assumia a Presidência da República, João Baptista Figueiredo, que, como Chefe do SNI, fora companheiro de ministério de Ney Braga.

assegurada uma sublegenda do PDS para também concorrer ao cargo de Governador do Estado, pelo partido, para cujo pleito o candidato preferido do líder maior do PDS era o engenheiro Saul Raiz. Luiz Júlio Zaruch, o mencionado depoente, relata que Lerner argumentou com Ney Braga que duas candidaturas somariam mais votos, favorecendo a vitória do partido situacionista.²⁸ Tendo em vista essa perspectiva, relata Zaruch, o então Prefeito de Curitiba passou a aproveitar viagens ao interior do Estado a fim de discorrer a respeito de problemas do Paraná e das soluções que alvitrava. Com essa espécie de pré-campanha eleitoral, Jaime Lerner empreendia esforços que tendiam a ampliar e aumentar o seu prestígio político no Estado, em particular no interior. A opção da candidatura pelo PDS, entretanto, não pôde ser materializada, por causa da extinção da sublegenda. Em vista de seu engajamento no PDS, o então Prefeito de Curitiba apenas participou de atos e esforços em prol das candidaturas de Saul Raiz para Governador e do próprio Ney Braga ao Senado. Contudo, ambos foram derrotados.

O professor Velocino Bruck Fernandes, em depoimento para este estudo, revela que em 1982, prevendo o então iminente término de sua administração como Prefeito de Curitiba (tomaria posse outro Governador do Estado eleito pelo PMDB), Lerner fez sondagens junto ao Presidente do PDT, Doutel de Andrade, sobre a possibilidade de ingressar no partido. Fernandes já era militante do PDT-PR, criado nacionalmente a 12 de maio de 1980 (sua ficha de filiação recebeu o número um).²⁹

Doutra parte, Jaime Lerner permaneceu no cargo de Prefeito de Curitiba até março de 1983, término do mandato governamental arenista-pedessista e início do governo peemedebista.

²⁸Luiz Júlio Zaruch, jornalista, atuou em várias oportunidades e por vários anos como assessor de imprensa de Jaime Lerner, condição na qual, com frequência, o acompanhava em viagens, inclusive ao interior do Paraná.

²⁹Velocino Bruck Fernandes, professor de Matemática, além de sua militância no PDT foi candidato a Deputado Estadual pelo PDT em 1982, quando o partido, entretanto, não elegeu nenhum dos seus treze candidatos (somente o PMDB e o PDS elegeram membros da Assembléia Legislativa do Paraná). Fernandes atuou em sucessivas funções públicas nas administrações lernistas, mesmo após a saída de Lerner do PDT, evidenciando vínculo pessoal. Por último (até dezembro de 2000), exercia cargo comissionado na Prefeitura de Curitiba, como assessor especial do Prefeito Cássio Taniguchi (lotado na Secretaria do Governo). (FERNANDES, 2001).

1.5 TRADICIONALISMO POLÍTICO E DESENVOLVIMENTISMO INDUSTRIALISTA

Na seção 1.1 foi registrada a origem tecnocrática de Jaime Lerner e sua ascensão a Prefeito de Curitiba (1971), cargo que marcara o início da fase vitoriosa da vida política de Ney Braga, com o apoio do Governador Munhoz da Rocha, expressão do tradicionalismo político paranaense. A investidura de Lerner na chefia do Poder Executivo de Curitiba se deu quando o processo eleitoral foi afetado pelo autoritarismo (1964-1985), mas sua integração no *neyismo* também o vincula ao tradicionalismo político paranaense, personificado na seqüência Munhoz da Rocha-Ney Braga.³⁰

Há que se notar que o grupo liderado por Ney Braga chegara ao poder embalado pela ideologia do desenvolvimentismo industrialista.³¹ Na gestão do Prefeito Ivo Arzua Pereira (PDC, 1962-1966), na qual Jaime Lerner se integrou na administração

³⁰Em função de seu primeiro matrimônio, Ney Braga se ligara a Bento Munhoz como cunhado, posto que desposara uma das filhas de Caetano Munhoz da Rocha, mais de uma vez ex-Presidente do Estado, no período pré-1930. Além de filho de um ex-dirigente máximo do Paraná, Munhoz da Rocha também era genro de outro ex-Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, que também ocupou o cargo por mais de uma vez, por igual na fase pré-1930. Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Alves de Camargo desempenharam, alternadamente, a função de cacique-mor do Partido Republicano paranaense.

Ney Braga, que se elegeu Prefeito de Curitiba (1954) sob a coligação PR-PSP, ao candidatar-se a Deputado federal (1958) já estava filiado ao PDC, mediante convite dos dois principais reorganizadores da seção paranaense do partido: Joaquim de Matos Barreto, ex-Secretário da Educação no governo Munhoz da Rocha, médico e professor da UFPR, e Affonso Alves de Camargo Netto, engenheiro e neto do sogro de Bento, e, portanto, filho de um dos irmãos de Flora, esposa de Bento.

Entre os dois mencionados curtos períodos de prática sócio-política de multipartidarismos incipientes (em torno de vinte anos cada um) aconteceu um mais breve hiato de bipartidarismo (quatorze anos), no qual o processo competitivo-eleitoral se revelou mitigado, em consequência da atuação decisiva de altos chefes militares, alçados ao poder central e concentrador da esfera federal, mediante o golpe militar de março-abril de 1964. Ney Braga continuou em sua atuação partidário-eleitoral, inscrito no partido situacionista, a Arena, contraposta ao MDB (Bento não avançou, em sua militância, até a fase do bipartidarismo.) (BALHANA e WESTPHALEN, 1991; BRAGA, 1996 e CARNEIRO e VARGAS, 1994).

³¹O Paraná, na atualidade, caminha para se constituir na sociedade bem mais complexa projetada pelo desenvolvimentismo industrialista. O modelo de sociedade moderna, urbano-industrial, vem se tornando cada vez mais efetivo, no Paraná, nas últimas décadas. Por volta de meados de 2000, os jornais registraram, com destaque, que mais um grupo empresarial europeu (Peugeot) iria implantar no Paraná uma unidade industrial do ramo automotivo, conforme veio a ser confirmado por Jaime Lerner.

municipal, a preocupação com a transformação do modelo econômico ficou bem patente. De 20 a 28 de março de 1966 a Prefeitura promoveu o I Seminário para o Desenvolvimento Industrial de Curitiba, organizado com a participação e o apoio de órgãos e empresas estaduais, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - CODEPAR (depois transformada no Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná - BADEP) e da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL (depois transformada na Companhia Paranaense de Energia).³² Ocorre que Jaime Lerner, ao especializar-se e já estar atuando no planejamento do desenvolvimento urbano, inseria-se nas mutações associáveis ao binômio industrialização-urbanização, tendo participado do referido Seminário, que recomendou a implantação do Distrito Industrial do Barigüi. Decreto do Prefeito Arzua Pereira (10.10.1967) fixou os limites da área escolhida para o projeto. A idéia, entretanto, não foi implementada e somente foi retomada na primeira gestão de Jaime Lerner como Prefeito de Curitiba, quando foram desenvolvidos os estudos necessários à implantação do empreendimento. Um projeto integrado foi elaborado pelo arquiteto paulista Jorge Wilhelm (um dos responsáveis pelo Plano Diretor de Curitiba), incluindo cinco eixos coletores, interligando a área do projeto com a malha urbana.³³

³²Impõe-se aludir à atuação da COPEL, principal empresa do Governo do Paraná utilizada como instrumento e símbolo da ideologia governamental associada ao industrialismo e voltada para a “complexificação” da economia e da sociedade paranaenses. A COPEL, enquanto instrumento da referida ideologia desenvolvimentista-industrialista, por certo é o mais requintado exemplar da influência político-intelectual dos egressos da antiga Escola de Engenharia da UFPR no processo político paranaense.

Dois significativos surtos – do segmento industrial chave da eletricidade e da empresa – começaram na fase final da primeira experiência brasileira de multipartidarismo (“democracia populista”: 1945-1964) e ganharam densidade sob o autoritarismo civil-militar (1964-1985) que manteve um mitigado processo partidário-eleitoral, mas sob a camisa de força do bipartidarismo consentido. (DÓRIA, 1970, 1973, 1978 e 1979).

³³Consoante informações de publicação da Prefeitura Municipal de Curitiba, a 19 de janeiro de 1973 foi firmado convênio entre a Prefeitura e o Governo do Estado, definindo a contrapartida financeira estadual. Decreto de 29.01.1973, do Prefeito Jaime Lerner, detalhou os limites da área para fins de desapropriações, declarando de utilidade pública os seus 43,7 milhões de metros quadrados (25 para indústrias, 6,7 para habitação e 3,86 para o sistema viário etc.) (MENDONÇA, p.23-28, 1998).

O Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), criado pelo Governo do Estado (1962) e administrado pela CODEPAR (depois transformada no BADEP), destinava seus recursos para investimentos na infra-estrutura (energia elétrica e rodovias) e para financiamentos a indústrias. Os urbanistas da Prefeitura se preocupavam em enquadrar o esperado surto industrial nas linhas do planejamento urbano da capital paranaense, desde então a mais expressiva concentração, no Paraná, de atividades urbanas (indústrias e serviços). Foi a partir da ótica da conveniência de integrar o planejamento urbano de Curitiba com o desenvolvimentismo industrialista paranaense que começou a tomar corpo a idéia da futura Cidade Industrial de Curitiba (CIC), acalentada no IPPUC.³⁴

³⁴Na etapa presente, em que se operam transformações do modelo brasileiro de desenvolvimento econômico – abrindo-se bem mais ao capital estrangeiro –, a COPEL, com sua privatização programada, tende a passar para o controle do capital estrangeiro, tal como já aconteceu com a principal instituição financeira do Estado (transformação do Bamerindus em empresa do Grupo HSBC).

No campo restrito da indústria da eletricidade, tende a produzir-se o retorno ao modelo sob o qual ocorreu o primeiro longo surto do industrialismo brasileiro, centrado no eixo Rio-São Paulo. Naquele processo histórico, o setor elétrico se expandiu com a forte predominância de um grupo canadense (Light) e de outro americano (Amforp). No tocante ao ramo automotivo, ora no fulcro da concretização do acalentado industrialismo paranaense, há que se notar que na fase áurea do desenvolvimentismo de dimensão nacional (chegou a ser *nacional?*), registrada no período Kubistchek, o capital estrangeiro foi a mágica varinha de condão do primeiro “milagre desenvolvimentista” do Brasil (?), cujo grande peso esteve na implantação – notadamente em São Paulo – de montadoras e de fornecedoras de autopeças. Há que se frisar que esses parênteses interrogativos ficam por conta da forte concentração do parque automotivo em São Paulo e, por extensão, da chamada industrialização brasileira dos anos 1950. (DÓRIA, 1976).

1.6 AÇÃO POLÍTICA DE LERNER E BUROCRACIA ESTATAL

“Estar acima dos partidos” – de fato, permanecer fora da esfera da luta pelo poder – é o papel do funcionário, enquanto esta luta pelo poder pessoal e a responsabilidade pessoal resultante são o princípio essencial do político (...) (...) a Alemanha tem sido governada por “burocratas”, resultando de sua eliminação de todo talento político. (...) Tornou-se costumeiro (...) criticar a diplomacia alemã (...). (...) Há uma confusão aqui. O que faltava era a direção do Estado por um político – não por um gênio político, o que se espera que ocorra uma vez em alguns séculos, nem por um grande talento político, mas simplesmente por um político. (WEBER, 1974, p. 33-34).

Na breve revisão bibliográfica constante da Introdução desta dissertação, na menção ao livro de Dennison de Oliveira, aludiu-se à observação do autor no sentido de que o sucesso de Jaime Lerner, no tocante ao planejamento urbano, “tem no êxito político-partidário o seu corolário”. (OLIVEIRA, 2000, p.15). O mesmo autor também frisa que a tradição curitibana de planejamento “serviu de alicerce para um projeto político bem-sucedido”. Cabe aqui aditar que, aludindo aos êxitos que viriam a marcar o “projeto político” de Lerner, não se pode citar como alicerce somente a tradição curitibana de planejamento urbano. O planejamento urbanístico consiste numa peça de um todo: a gestão da Prefeitura de Curitiba, consubstanciada num conjunto de ações político-administrativas, compreendendo uma diversificada gama de serviços e obras, que ensejaram as bases concretas para consolidar o conceito das gestões de Lerner junto aos munícipes e aos eleitores. Do ponto de vista das análises desta dissertação, impõe-se assinalar, em aditamento ao observado por Oliveira, que o êxito enquanto gestor dos negócios municipais também credenciou Jaime Lerner como administrador, proporcionando-lhe rendimentos políticos – não apenas o planejamento urbano. O prestígio adquirido decorre de toda a gestão em seu conjunto, apresentando-se como um capital político produtor de sucessos eleitorais, tanto de Lerner como de dois outros membros de seu grupo: os engenheiros Rafael Grecca de Macedo e Cássio Taniguchi.

Os altos cargos do Poder Executivo (mormente federais) tendem a abrir, para seus ocasionais detentores, o caminho para conquistas eleitorais, em vez da afirmação

intrapartido. Em geral, tais cargos – nas esferas federal, estadual e municipal – são usados com o propósito de incrementar o prestígio eleitoral dos partidos e de seus militantes, através de obras e atendimentos que gerem reconhecimento e aplauso, por serem estimados como ações governamentais meritórias, no julgamento dos eleitores. Vê-se, pois, que a burocracia estatal pode funcionar como ante-sala para o acesso aos partidos, dispensando uma etapa prévia de militância explícita; assim, não só as burocracias partidárias, mas também as estatais, servem para propiciar o aval para as disputas por cargos eletivos, vale dizer, como credencial para o acesso ao poder político.³⁵

Uma das principais características das democracias contemporâneas consiste na ação política através de partidos, instituições/burocracias legalmente exigidas para que os atores possam postular cargos eletivos. Vários analistas políticos recentemente passaram a atribuir maior importância aos partidos no processo político brasileiro, relativamente àquela que era usualmente reconhecida. Parece realmente indubitável que, sob certos aspectos, e em grande número de casos, os atuais partidos vêm ostentando crescente importância, potencializando o papel jurídico, reconhecido como privilégio legal, que os torna indispensáveis para se candidatar a cargos eletivos. Os autores que, no Brasil, procuram realçar a importância dos partidos, entretanto, em geral omitem a referência altamente significativa da atuação no âmbito da burocracia estatal como via de acesso ao poder político-administrativo.

Raquel Meneguello se inclui entre os autores que têm atribuído maior importância aos atuais partidos brasileiros, relativamente às conclusões amplamente aceitas. Lembrando as observações dessa mesma autora, tem-se também de reconhecer o peso do personalismo e do carisma na decisão do voto, no Brasil. É também Raquel

³⁵Impõe-se acrescentar uma constatação específica: no Brasil, o setor militar da burocracia, no processo histórico-político, sempre esteve imbricado com o segmento civil da República, provendo titulares para postos do executivo, notadamente para o mais elevado e mais poderoso – o de Presidente. Um importante e abrangente estudo referente às relações entre civis e militares no Brasil e que põe acento nos aspectos institucionais e políticos dessas relações é o de Alfred Stepan, que afirma: “(...) os presidentes do Brasil sempre tentaram usar os oficiais militares como instrumentos pessoais de seus governos.” (STEPAN, 1975, p. 53).

Meneguello que acentua o fato de que em presidencialismos fortes tende a prevalecer a lógica do voto pessoal, baseado na força política das lideranças. (MENEGUELLO, 1998, p. 40).

Ora, impõe-se aduzir que esses fenômenos se correlacionam com dois fatos: (1) no presidencialismo, característico da República brasileira, o peso do poder político-administrativo pende para o Executivo; (2) em nosso federalismo, pende também, de modo acentuado, para o Governo Federal. Dessa forma, nas três esferas, o mais expressivo centro do poder são os chefes do Poder Executivo: Presidente da República, Governador do Estado e Prefeito. Por extensão, cargos de auxiliares diretos dos chefes do Executivo também recebem elevado coeficiente de poder. Ora, esses altos e poderosos cargos não dependem diretamente de eleições, valendo dizer que as suas designações não se operam mediante o processo partidário-eleitoral.

A origem política de Jaime Lerner, e de vários outros atores, é a burocracia estatal, não a partidária. Na conjuntura política brasileira, a partir de meados dos anos 1960 o autoritarismo teve como uma de suas faces, justamente, a valorização dos técnicos e a sua conseqüente colocação em postos antes considerados de natureza política, tal como o de prefeito das capitais dos Estados.

Acresce que os políticos situados no Poder Legislativo em geral se empenham em conquistar os governos estaduais ou voltar a eles, em manifesta opção pelo Executivo. Por outro lado, o federalismo torna o cargo de Ministro mais relevante para a continuidade da carreira política do que o de Governador do Estado. Em conseqüência, surgindo a oportunidade para assumir cargo ministerial, o político chega a renunciar o cargo estadual, a fim de assumir o da esfera federal, mesmo na condição de demissível *ad nutum*.³⁶

³⁶Foi o que aconteceu, por exemplo, com Ney Braga, em seu primeiro mandato como Governador do Paraná, no governo Castello Branco (1964-1967), primeiro da série de mandatos de gerais-presidentes.

CAPÍTULO 2

ATUAÇÃO DE JAIME LERNER NO INÍCIO DO CONTEXTO POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Da parte dos petistas, e de alguns outros setores da esquerda, o PT representaria um partido moderno, organicamente articulado e internamente democrático, produzindo constantemente em seu interior novas lideranças. O PDT, por outro lado, seria um partido pautado pelo caciquismo; Brizola seria uma espécie de cacique maior, que concentraria em suas mãos, e em pessoas de sua inteira confiança, o poder de decisão interna. Essa perspectiva é atestada por uma passagem (...), quando no exílio (...):

Uma vez, o Brizola (...), depois de acompanhar uma reunião do PSOE (...) chegou e disse: “Pessoal, que maravilha, o Felipe Gonzales fez uma proposta, na hora da votação ele foi derrotado. Isso é que é democracia.” Para Brizola (...), o líder de um partido perder uma votação era uma coisa inimaginável. Então (...), comentou: “Eu não sou assim. Eu pego o telefone e digo: em Caxias manda tu. Em Livramento manda tu, e assim por diante. Eu não sou assim, mas quero ser assim, como o Felipe Gonzales. Eu quero me impregnar de democracia.” (...) chegamos ao Brasil, passaram dois meses, passaram três meses, quando chegou no quarto, ele pegou o telefone e disse: “fulano, em tal lugar manda tu”. Ele desistiu, disse que aquilo era Europa e no Brasil as coisas não podiam funcionar daquele jeito. Ele tentou durante três meses, mas, no quarto desistiu. (SENTO-SÉ, 1999, p. 298).

2.1 CONTEXTO POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Na Introdução deste trabalho, foram feitas referências às contribuições requeridas para a fundamentação teórica, contidas nos textos dos autores que tratam de liderança e autoridade, correlacionando esses conceitos com o contexto político. Trata-se de elementos relevantes como suporte para o exame do caso de Jaime Lerner como ator político – vale dizer, como líder e como governante. Assim, constituindo-se o propósito deste capítulo a abordagem da atuação de Jaime Lerner no início do contexto democrático brasileiro, torna-se imprescindível explicitar algo, ainda que brevemente, a

respeito da conceituação de democracia. Atende-se, dessa forma, ao imperativo de definição dos termos, relevante, em especial, porque esta dissertação confere ênfase à atuação de Jaime Lerner no contexto competitivo-eleitoral.

A brevidade pretendida recomenda mencionar dois textos de teóricos que foram particularmente felizes e concisos ao focalizar a profusão de enfoques conceituais que têm por objeto a democracia: Norberto Bobbio e Robert A. Dahl. No tocante à contribuição deste último, impõe-se inicialmente recorrer à sua *definição mínima* de teoria da democracia: “diz respeito a processos através dos quais cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre líderes”. (DAHL, 1996, p. 11).³⁷ Na sua síntese sobre democracia, Bobbio, a seu turno, evidencia como até teorias inicialmente divergentes foram convergindo no sentido de conceituar a democracia como um “método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição do Governo e para a formação de decisões políticas”. (BOBBIO, 1997, p. 326). Tornou-se a democracia, assim, teoricamente compatível, por exemplo, com a teoria das elites, que,

em sua motivação inicial teve um conteúdo nitidamente antidemocrático, precisamente porque veio sempre assumindo um significado essencialmente comportamental e não substancial mesmo se a aceitação destas regras e não de outras pressupunha uma orientação

³⁷Na introdução dessa sua obra (*Um prefácio à teoria democrática*), o autor distingue, na especulação do tema, dois modos básicos: o ético e o descritivo (da realidade). Também opina que a existência de diferentes enfoques resulta “de tantos possíveis ângulos de estudo de qualquer teoria social”. (DAHL, 1996, p. 9). Propõe-se Dahl, entretanto, considerar “alguns tipos representativos de teoria democrática”, na verdade correspondentes a três tipos ou formas de democracia: *madsoniana*, *populista* e *poliárquica*. Desde logo, cabe observar que Bobbio avalia essas três formas de democracia analisadas por Dahl como “modelos ideais mais do que tipos históricos”, caracterizando-os como segue:

- a) **madsoniana** - “que consiste sobretudo nos mecanismos de freio do poder e coincide com o ideal constitucional do Estado limitado pelo direito ou pelo Governo da lei contra o Governo dos homens”;
- b) **populista** - “cujo princípio fundamental é a soberania da maioria”;
- c) **poliárquica** - “que busca as condições da ordem democrática não num expediente de caráter constitucional, mas em pré-requisitos sociais, isto é, no funcionamento de algumas regras fundamentais que permitem e garantem a livre expressão do voto, a prevalência das decisões mais votadas, o controle das decisões por parte dos eleitores etc.”. (BOBBIO, 1997, p. 328).

favorável para certos valores, que são normalmente considerados característicos do ideal democrático, como o da solução pacífica dos conflitos sociais, da eliminação da violência institucional no limite possível, do frequente revezamento da classe política, da tolerância e assim e por diante. (p. 326).³⁸

Importa também atentar mais especificamente para a dinâmica do acesso ao exercício da autoridade pela via da competição eleitoral, relevante para considerar Jaime Lerner como ator político, desde o início da etapa inserida no contexto político democrático. Alguns líderes são investidos como autoridade, ou seja, como detentores ou titulares do poder político (é o caso de Jaime Lerner, obviamente, aquele que aqui interessa). No processo de interações próprias da arena política/da disputa pelo poder, o ator empenha-se em obter o assentimento dos eleitores. Conseguido este, por delegação expressa e já legitimado para a função de governante (autoridade), o ator passa a exercer as tarefas de dirigir, ordenar ou legislar.

O exercício do poder político difere, assim, da relação líder-liderados. E vai além da acepção de poder político enquanto exercido na sociedade global, conforme frisa Maurice Duverger. Nessa conceituação, o poder político se caracteriza, em si mesmo, por seu caráter global, no sentido de que é responsável pelas funções de

³⁸Orientando-se para uma síntese operacional, Bobbio assinala que as definições de democracia “tendem a resolver-se e esgotar-se num elenco (...) de regras do jogo, ou (...) de procedimentos universais. Entre estes:

1. o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros (...) eleitos pelo povo (...);
2. junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (...) nas repúblicas;
3. todos os cidadãos que tenham atingido a maioria devem ser eleitores;
4. todos os eleitos devem ter voto igual;
5. todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam, pela formação de uma representação nacional;
6. devem ser livres também no sentido de que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (...);
7. tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica (...);
8. nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria (...);
9. o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez eleito pelo povo.” (p. 326-327).

organizar a coletividade (frise-se: organizar jurídica e politicamente), de mantê-la, de desenvolvê-la (e de protegê-la de outras coletividades, no caso do poder responsável pela chamada segurança externa). O foco no caráter global do exercício do poder político estabelece, portanto, uma oposição “aos poderes relativos a cada um dos setores particulares nos quais se manifesta a coletividade”. (DUVERGER, 1983, p. 158). Fica evidente, pois, que o poder político implica a conotação poder-coletividade, como tal, e não poder-indivíduos, que a compõem.

O exercício de funções do Poder Executivo, em particular, não é um fazer estritamente político, mas sim político-gerencial – combinando detenção e exercício do poder com o desempenho de atribuições/competências de gestão.³⁹ No citado exercício, além do fato de que não corre prosseguimento direto do processo competitivo, o ator não se move apenas por propósitos de comandar, submetendo-se a uma espécie de compromisso (“contrato”/“acordo”) para a prestação de serviço, considerando as expectativas e aspirações dos cidadãos e dos eleitores, conforme está implícito no exercício da liderança e do poder, dentro da comunidade politicamente e juridicamente organizada.

São sólidos, portanto, os fundamentos teóricos para que neste estudo se cogite da liderança política de Jaime Lerner e também se cuide do exercício da autoridade, inerente aos cargos públicos em que foi investido, relacionando-os, sobretudo, com o processo de competição eleitoral, no qual sobreleva o fator prestígio do líder.

A atuação de Jaime Lerner, enquanto ator político, será sociologicamente analisada mormente a partir das aludidas abordagens de Maurice Duverger e dos demais autores referidos, relativas à liderança e à autoridade, distinguindo e analisando etapas na trajetória desse líder. Na primeira delas, Lerner foi por duas vezes Prefeito de Curitiba sem submeter-se ao processo competitivo-eleitoral (capítulo 1).

³⁹Charles T. Lindholm adverte: “(...) apesar dos sucessos empíricos da perspectiva interativa, a ênfase nas mudanças de circunstâncias e a negação de quaisquer características universais tanto nos grupos como nos líderes logo tornaram difícil dizer se os pesquisadores estavam falando a respeito de ‘liderança’ ou simplesmente de ‘gerenciamento’.” (LINDHOLM, 1996, p. 427).

Na fase subsequente, objeto deste capítulo, o líder passou a procurar sua legitimação, em correspondência com as expectativas do grupo (PETRACCA, 1997, p. 716), ficando bem ressaltadas as interações entre o ator político e a comunidade onde atua, em particular o peso das expectativas desta, em determinadas circunstâncias e/ou contexto, noutras palavras, a dinâmica líder-liderados.

Convém assinalar que Raymond Boudon e François Bourricaud alertam para o imperativo de reconhecer que existem outros tipos de relações sociais além de relações de papéis: as relações de interdependência. Assim, as relações de interação podem ser afetadas pelas de interdependência, conforme explicitam: “A causalidade recíproca que associa relações de interdependência e as relações de interação ou relações de papéis permite enfim esclarecer o vínculo entre papel e *status*. Este último termo designa a posição hierárquica do ator no conjunto social.” (BOUDON e BOURRICAUD, 1993, p. 419).

2.2 PANO DE FUNDO DO NOVO MULTIPARTIDARISMO E TENTATIVA ELEITORAL NÃO CONCRETIZADA

Nesta e nas demais seções deste capítulo, serão estabelecidas as grandes linhas seqüenciais dos primeiros ensaios de Jaime Lerner no processo político-eleitoral competitivo, começando por uma tentativa não concretizada, em 1982. A atuação partidário-eleitoral de Jaime Lerner – engenheiro e arquiteto formado pela UFPR e especializado em planejamento urbano – enquadra-se estritamente no pluripartidarismo atual, instituído em 1980, dentro do alongado processo de reabertura democrática do regime político, no Brasil. Torna-se relevante procurar apreender algumas peculiaridades relevantes da prática do multipartidarismo na política paranaense, em função de que nele se insere a etapa mais recente da trajetória de Jaime Lerner, marcada por expressivos êxitos político-eleitorais: 1988 a 2001.

O atual sistema multipartidário brasileiro corresponde a *fenômeno social em evolução* e nesta dissertação é examinado um período muito curto – cerca de duas décadas – do ponto de vista da marcha cadenciada dos fenômenos histórico-sociológicos. Acrescente-se que antes, no Brasil – e, pois, no Paraná –, fora também muito curta a primeira experiência de partidos de âmbito nacional e de multipartidarismo (1945-1965).⁴⁰ Partidos de âmbito nacional são instituições que – no Brasil republicano e no Paraná –, por conseguinte, ainda não tiveram condições de avançar, por prazo compatível, num processo evolutivo – em vista do caráter efêmero da primeira e o caráter mutável da segunda experiência, em andamento. Noutros países que também ostentam graus insuficientes de desenvolvimento social, político e cultural, em geral o processo atual de tentativa de consolidação democrática conta com o respaldo de um *background* histórico algo significativo, no que tange ao funcionamento de partidos de âmbito nacional. Essa não é, por certo, uma característica brasileira. A presente experiência de sistema multipartidário no Brasil – e no Paraná –, ao lado das debilidades próprias de sua incipiência, produz-se sob o contra-vapor, generalizado, de um declínio do prestígio e da importância dos partidos. Estes, definíveis como exemplares típicos da modernidade, em quase todo o Mundo parecem acompanhar a perda de substância das atividades políticas das sociedades contemporâneas, crescentemente centradas nos aspectos econômicos da vida em sociedade.

⁴⁰No Brasil, o primeiro e incipiente multipartidarismo foi interrompido pelo autoritarismo iniciado em 1964, mediante um bipartidarismo que ficou embebido por praticamente todas as restrições à autonomia organizacional, inerentes a um autoritarismo. Nele, buscou-se a sobrevivência, mais aparente do que efetiva, de instituições como o Poder Legislativo e os partidos, para que o Brasil não ficasse tão exposto, no plano internacional, às acrimônias assacáveis contra regimes deficitários do ponto de vista dos processos democrático-liberais, ou competitivo-eleitorais.

Somente em 1983 Lerner efetivamente veio a deixar o PDS, num ato praticado no bojo de negociações relativas a um contrato profissional com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, conforme será focalizado na seção seguinte.

2.3 AFASTAMENTO DE NEY E DO PDS, VÍNCULOS COM BRIZOLA, MOVIMENTAÇÕES PARTIDÁRIAS: OPÇÃO PELA SOCIAL-DEMOCRACIA?

Num lance tático compatível com o jogo estritamente político, em junho de 1983 Jaime Lerner solicitou, formalmente, seu desligamento do PDS de Ney Braga, por motivos alegadamente particulares e profissionais. Conforme ficou anotado na imprensa do Rio, Jaime Lerner abandonou o grupo de Ney Braga, que havia imposto o engenheiro Saul Raiz como candidato ao Governo do Paraná, na eleição de 1982. (LERNER..., 1983, p. 24).

Em agosto de 1983, passados cerca de oito anos de sua anterior e frustrada experiência (1975), por decisão do Governador Leonel Brizola, Jaime Lerner foi contratado para trabalhar junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (foi celebrado contrato de prestação de serviço com a empresa “Jaime Lerner Planejamento urbano”).⁴¹ A aproximação entre o paranaense Jaime Lerner e o gaúcho Leonel Brizola, então Governador do Estado do Rio de Janeiro, segundo o mesmo *O Globo*, envolveu contactos, em Curitiba, com dois homens de confiança de Brizola e atuantes

⁴¹Em 1975, conforme antes já se registrou, Jaime Lerner foi requisitado para trabalhar na administração do Estado do Rio de Janeiro, numa experiência, entretanto, malsucedida.

nas lides políticas: Cibilis Viana e Neiva Moreira.⁴² O novo deslocamento de Jaime Lerner para o cenário político-administrativo fluminense, tendo em vista a malsucedida tentativa anterior, expressou uma intenção de apagar de seu currículo a frustração de 1975. Afigura-se relevante registrar que, na citada matéria do jornal *O Globo*, foi ressaltado que Lerner teria a autonomia que não lhe fora dada pelo Governador Faria Lima, na primeira experiência fluminense. Com respeito à abrangência e ao relevo desenhados pelo retorno de Jaime Lerner ao Rio de Janeiro – agora não sob o manto protetor do autoritarismo, mas sim sob as bênçãos de um político que fora diretamente visado pelo golpe de 1964 –, o registro da imprensa é dos mais significativos: “Por suas mãos e seu julgamento passarão todos os projetos encaminhados ao Governador.” (LERNER..., 1983, p. 24).

O contrato da empresa “Jaime Lerner Planejamento Urbano” resultou de uma deliberação do Governador Leonel Brizola, que ganhara a eleição de novembro de 1982, a exemplo de dez outros candidatos opositores – do PMDB, tal como no caso do Paraná. Seria inevitável que Jaime Lerner sopesasse o fato de que, naquele mesmo pleito, o PDS e Ney Braga haviam acabado de perder importantes disputas eleitorais, para forças que se arregimentaram sob a bandeira do PMDB, originalmente, enquanto MDB, galvanizador das múltiplas correntes que se haviam firmado como adversas ao autoritarismo (1964-1985) e aos governos partidariamente identificados pelas siglas governistas (primeiro a Arena e, em seguida, o PDS).

⁴²Ambos fizeram parte da lista de entrevistados na pesquisa para a tese de doutoramento apresentada por João Trajano Sento-Sé ao Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), publicada em livro sob o título *Brizolismo – estetização da política e carisma* (1999). Cibilis Viana é citado como participante do processo de reestruturação partidária determinante do retorno ao multipartidarismo (1979-80), como integrante do elenco de figuras que, ligadas a Leonel Brizola, cuidaram da rearticulação do PTB, da qual derivou, entretanto, a fundação do PDT (p. 76). Quanto a Neiva Moreira, no mesmo livro seu nome é citado como integrante de um seleto grupo que redigiu nota a respeito da decisão judicial desfavorável a Brizola e seus correligionários no que tange à cogitada fundação do novo PTB. Essa pequena comissão foi formada pelo próprio Brizola, por Doutel de Andrade e por Neiva Moreira (p. 96). Do depoimento de Neiva Moreira a Sento-Sé, deve-se aqui registrar uma firmação exemplar do depoente: “De fato – frisa Sento-Sé –, foram poucas as lideranças que, no Brasil pós-ditadura, exerceram um poder tão grande, quase absoluto, no interior de seu partido.” (SENTO-SÉ, 1999, p. 199).

Não demorou para que ocorresse o desdobramento político-partidário pré-contido no desligamento do PDS de Ney Braga, porquanto Jaime Lerner se filiou ao PDT. Na seção 1.6 já foi ressaltado que a ação política de Jaime Lerner se originou na burocracia estatal, não nos partidos. Sua militância partidária efetiva só veio a ocorrer quando ingressou no PDT e desde logo assumiu um comando partidário no âmbito do Paraná, lance estratégico-tático propiciado pelo retorno do país à experiência de multipartidarismo. José Pedro Kunhavalic, na ótica de sua dissertação relativa a Ney Braga, assinala a falta de proximidade ideológica entre o PDT e Jaime Lerner. (KUNHAVALIC, 1999, p. 206).

Na segunda oportunidade de trabalhar no Rio de Janeiro, Jaime Lerner se desvinculou do PDS e, ao mesmo tempo, afastou-se da liderança política de Ney Braga. Indo a trabalhar no Rio de Janeiro (com alguns membros de sua equipe⁴³) – junto a Leonel Brizola, opositorista que nacionalmente comandava o PDT –, Jaime Lerner não só deslocou a base de sua atuação profissional para fora do Paraná, como também, em sua nova opção partidária, bandeou-se para uma posição oposta, nos espectros político-partidário e ideológico (deixou a direita, integrando-se na esquerda).

Jaime Lerner, diferentemente do curtíssimo período em que, em 1975, vinculou-se ao Governo do Rio de Janeiro, desta feita atuou por todo o período governamental. Aqui se mostra relevante assinalar que esse segundo deslocamento, para o Rio de Janeiro, de Jaime Lerner e de parte de sua equipe técnica, enquanto especialistas em planejamento urbano, representa ponto de inflexão da carreira ou trajetória política de Lerner. Não se pode subestimar a sua aproximação com Leonel Brizola, político de histórica projeção nacional e então à frente do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, porquanto conferiu a Lerner o comando da seção paranaense do PDT, sem que ele deixasse de contar com os benefícios da simpatia e do apoio do PFL, comandado por Ney

⁴³Cássio Taniguchi se situou como o principal colaborador mobilizado por Lerner. Em referências constantes de seu *curriculum vitae*, verifica-se a atuação como Consultor do Governo do Estado do Rio de Janeiro, *Projeto Rio Ano 2000*, no período 1983-1986.

Braga, em cuja corrente Lerner emergira como tecnoburocrata. Do ponto de vista político estrito, tem ainda maior relevância outro trecho da mesma matéria jornalística:

Para quem acha que haverá incompatibilidade entre o estilo personalista do Governador Leonel Brizola e o brilho da estrela de Jaime Lerner, o ex-Prefeito de Curitiba tem uma resposta pronta:

Voamos em faixas diferentes. Tenho noção de minha delegação como técnico.

Por “faixa diferente”, entenda-se, segundo fontes das mais diversas facções do PDT, a conquista do Governo do Paraná, em 1986. Lerner admite que sua carreira política “não está encerrada”, mas considera “premature” falar sobre o assunto ao retornar à sua atividade profissional. Quando procurou mais uma explicação, veio-lhe à mente a frase “o futuro a Deus pertence”, mas ele a considerou “terrível” e a recusou, sorrindo, sem graça. (LERNER..., 1983, p. 24).

O mesmo registro do jornal carioca – ressaltando o aspecto de que um Governador personalístico e carismático recorria a um profissional do planejamento urbano que no mínimo já sentira o gosto pela política, ao exercer dois mandatos de Prefeito na capital do Paraná – procurou, não só nas entrelinhas, evidenciar as ambigüidades suscetíveis de serem constatadas na parceria Brizola-Lerner. João Trajano Sento-Sé, em sua tese de doutorado sobre o brizolismo, a propósito do que chamava de “problema do líder carismático”, observa:

Talvez seja necessária a redefinição do conceito de carisma, alguns reparos em sua formulação original, sua atualização para o contexto de uma sociedade em que os meios de comunicação se transformam rapidamente obrigando a redefinições de categorias ainda mais fundamentais como tempo e espaço, alterando radicalmente não apenas as formas de definição das pautas dos debates políticos mas os critérios de construção de seus atores. (SENTO-SÉ, 1999, p. 348-349).

Jaime Lerner, a propósito de possíveis reações contra sua atuação no governo fluminense, ressalta considerar uma “bobagem” dizerem que ele fora ao Rio para ocupar espaços dos secretários e do Prefeito do Rio de Janeiro: “A reação do Secretário dos Transportes (José Colagrossi) e do Prefeito Jamil Hadad foi simpática e ética. Coloco-me como assessor do Governador e de todos eles. Além disso, meu trabalho não será escondidinho. Tenho plena consciência da tarefa profissional e de minha delegação como técnico.” (LERNER..., 1983, p. 24).

A amplitude do contrato de serviços de assessoria da empresa “Jaime Lerner Planejamento Urbano” rivaliza com as implicações políticas da segunda tentativa de inserção de seu titular na gestão do Estado do Rio Janeiro, cerca de oito anos após a primeira (e frustrada) experiência. Dentre outras, uma frase de Lerner é bem sintomática: “O futuro do Rio é uma decisão política fundamental.” Desempenhando um papel muito semelhante a de um *ghost writer* a que os políticos sentem necessidade de recorrer, Jaime Lerner comenta:

O Governador Leonel Brizola quer ter segurança em relação ao crescimento do Estado do Rio. Quer descobrir as vocações regionais, adotar uma política de desenvolvimento, estabelecer diretrizes de zoneamento, preservar as regiões destinadas à produção agropecuária, ordenar o desenvolvimento rural, executar um programa de geração de empregos e preservar o meio ambiente. É a primeira vez que um Estado faz isto. Este é o nosso trabalho. (p. 24).

Ainda do ponto de vista de uma pouco cômoda falta de intimidade com o Governador Brizola – que o foi buscar, em Curitiba, para exibi-lo como uma demonstração de sua capacidade de integrar em sua administração um técnico cuja competência era reconhecida até internacionalmente –, o texto jornalístico reproduz um “caliente” afago do ex-Prefeito de Curitiba no ego de seu contratante: “Se há um Estado em que há um envolvimento da população com seu futuro é o Estado do Rio. O tal pacto social de que tanto falam acho que está começando aqui nesta terra. O estado de espírito da população se identifica com a proposta política de Leonel Brizola.” (p. 24).

Alguns anos mais tarde, em entrevista-depoimento a um programa de televisão, o próprio Jaime Lerner testemunha que não lhe fora exigida a filiação ao PDT de Brizola (declaração de 15.09.1996, reproduzida em FARIA e SEBASTIANI, 1997, p. 336). Em termos objetivos, contudo, conforme acima foi assinalado, já em junho de 1983 ele optara por seu tático desligamento do PDS de Ney Braga. Entrando num partido como um tecnoburocrata de destaque e com grande popularidade, sobretudo em Curitiba, Jaime Lerner por certo tinha em conta que assim teria maiores facilidades para disputas eleitorais similares àquela que pretendia, em relação ao pleito para Governador do Paraná, em 1982.

Lerner nunca considerou difícil explicar ou justificar suas mudanças de partidos (viria ocorrer mais uma, mais adiante). Sabidamente, o brizolismo se situava em posição antagônica, do ponto de vista do espectro ideológico, à ocupada pelo grupo de Ney Braga e pelo PDS (ex-Arena), por onde Lerner transitara.

No caso de sua filiação ao PDT de Brizola (taticamente preparada pelo prévio desligamento do PDS de Ney Braga), cabe aqui registrar argumentos por ele mesmo formulados:

Quando saí da Prefeitura de Curitiba, no meu segundo mandato, fui convidado pelo Governador Leonel Brizola. Eu não o conhecia. Não tinha contacto pessoal. E fui trabalhar com Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Na verdade, para começar o meu trabalho como consultor lá, eles não me exigiam nada, nem que eu entrasse no partido. Ele teve a delicadeza de colocar essa liberdade. Depois de trabalhar um tempo com ele, entendi e acho que era um Partido que tinha propostas. Eu acreditei e acredito muito na possibilidade, nas propostas do PDT. A grande verdade hoje é que muitos programas e muitos partidos se assemelham. Mas o que faz um programa ter força é a legitimidade do homem. Ninguém pode negar a legitimidade histórica da figura do Leonel Brizola. Mas o que o Jaime Lerner tem em comum com o Leonel Brizola? Temos estilos completamente diferentes, somos homens de épocas distintas, temperamentos diferentes. Mas se você procurar o que diz o PDT, nos seus estatutos, nas suas intenções, tudo está acontecendo e acontece em Curitiba e está acontecendo em nosso Estado. Apenas, acho que toda classe política precisa se reciclar. É difícil. Não cabe aos antigos líderes, cabe aos novos. Os antigos exercem influência, abrem caminhos, aí o outro continua. É o caminho da Social Democracia Trabalhista. Eu assumi e pretendo continuar. Qual é a minha maneira de propor isso? Acho que é necessário saber fazer acontecer. É necessário avançarmos, realizarmos. (FARIA e SEBASTIANI, 1997, p. 336-337).⁴⁴

2.4 DUAS DERROTAS ELEITORAIS: PARA PREFEITO DE CURITIBA (1985) E PARA VICE-GOVERNADOR (1986)

Em novembro de 1985 – em função de reforma constitucional que restabeleceu o processo de sufrágio eleitoral direto para a escolha dos chefes dos executivos das capitais dos estados e de mais alguns outros municípios – realizou-se

⁴⁴Trata-se de depoimento prestado na série de programas de televisão já citada – consistindo em entrevistas com personalidades que chegaram a Governador do Paraná. O próprio Jaime Lerner, diante de uma pergunta direta, refere-se à sua aproximação com o político Leonel Brizola e à sua filiação ao PDT, preparada pelo pedido de desligamento do PDS de Ney Braga. (FARIA e SEBASTIANI, 1997).

eleição para Prefeito de Curitiba. Naquele pleito, Jaime Lerner se confrontou com as forças agregadas no situacionismo estadual, sob a sigla do PMDB, que também detinha o poder em Curitiba.

A candidatura de Jaime Lerner a Prefeito de Curitiba foi lançada mediante coligação em que os principais participantes foram o PDT, de Leonel Brizola, e o PFL, sob o comando estadual de Ney Braga. Lerner, entretanto, foi derrotado pelo então Deputado Estadual Roberto Requião, estrela ascendente do PMDB. Requião recebeu somente 45,48% dos votos válidos, correspondentes a 227.248 votos, e Lerner 208.384 (41,70%), porquanto a vitória poderia dar-se sob maioria simples dos votos válidos. A diferença entre os dois candidatos mais votados foi de 18.864 votos, montante inferior à metade da soma dos demais concorrentes: Paulo Pimentel (PDS) conseguiu 24.269 votos, enquanto os candidatos do PDC e do PTB somaram outros cerca de 21.000 votos.

O *neyismo*, ao apoiar Lerner naquele pleito, mesmo ao preço de se coligar com o trabalhismo brizolista historicamente antagônico, na verdade se encontrava manifestamente debilitado, desde as eleições de 1982, quando uma expressiva ala dessa corrente se bandeou para o PMDB, sob as batutas de Jaime Canet Júnior e de Affonso Alves e Camargo Netto (organizadores, no Paraná, do efêmero PP). O apoio do *neyismo* a Jaime Lerner representava valer-se de uma bóia de salvação, diante da engrandecida musculatura eleitoral do PMDB, inchado pela adesão dos citados ex-líderes do PP.

No Paraná, em 1985, Jaime Lerner (PDT) e Ney Braga (PFL) se mostram bem adaptados ao tipo de multipartidarismo que se instalara no país, estimulador de alianças até mesmo entre forças e personalidades que antes se haviam caracterizado por fortíssimo teor de antagonismo. A mudança de partido, entretanto, não ensejou a Jaime Lerner, de imediato, a vitória em seu batismo no processo competitivo-eleitoral. Naquele ano, Lerner foi derrotado precisamente em Curitiba, palco da ascensão do seu prestígio. Nessa oportunidade, Lerner foi suficientemente hábil ao ponto de poder acender uma vela a Deus e outra a Mamom: sua candidatura foi lançada pelo PDT, nacionalmente chefiado por Brizola, mas, nem por isso, deixou de ser apoiada pela

seção paranaense do PFL, personalisticamente comandado por Ney Braga. Importa assinalar, sobretudo, que essa ambivalência foi aceita, em nível das cúpulas partidárias. Ampla parcela do eleitorado também externou sua aceitação, ao depositar nas urnas quantidade de votos próxima do equivalente a 50% do total (a diferença, em favor do candidato vitorioso, correspondeu, realmente, a uma margem classificável como estreita).

O desesperado esforço de sobrevivência do *neyismo* de 1985 foi reiterado já na primeira oportunidade seguinte: nas eleições de 1986, na disputa para o Governo do Estado e para duas vagas no Senado. Agora, mais à vontade quanto ao realismo de Jaime Lerner, o próprio Ney Braga co-patrocinou a formação da chapa que reuniu José de Alencar Furtado (ex-MDB e ex-PMDB), como candidato a Governador do Estado, e Jaime Lerner, como candidato a Vice-Governador. É importante assinalar que Alencar Furtado até há pouco integrara a ala mais à esquerda do MDB e de seu sucessor, o PMDB. A dupla Furtado-Lerner, mesmo com o peso da influência de Ney Braga, aliado com um ex-proeminente adversário, não resistiu ao rolo compressor da então poderosa seção do PMDB no Paraná. Nessa segunda eleição direta para Governador do Estado saiu vitoriosa a chapa Álvaro Dias-Ary Queiroz (PMDB), com 2,3 milhões de votos, contra apenas 797 mil da chapa concorrente (Alencar Furtado-Jaime Lerner, lançada pela coligação PDT-PFL).

A mencionada distância político-ideológica entre a filiação de Jaime Lerner ao PDT e a sua precedente integração no PDS, de Ney Braga, pode até haver contribuído para que a adesão à liderança nacional de Leonel Brizola, de início, não tenha sido tão bem aceita pelos eleitores. É fato que o conúbio político com o PDT de Brizola não proporcionou a Jaime Lerner, de imediato, o ambicionado acesso ao poder, pela via eleitoral, no Paraná. Deve-se notar outro fator: naquela fase, o PMDB se mostrava imbatível no Estado. Era um PMDB reforçado pela mencionada corrente de ex-pedessistas (ex-arenistas), liderada por Jaime Canet Júnior e Camargo Netto, corrente essa que se engajou, de corpo e alma, nas disputas eleitorais (a partir de

1982), com o propósito de fazer desaparecer o *neyismo* do cenário político paranaense, sobretudo enquanto expressão da influência dominante de Ney Braga.

O pleito de 1986 apenas comprovou a robustez do PMDB e a tibieza daqueles que reafirmavam posicionamento no lado adverso. No Paraná, o PMDB alcançou maciças votações para o Governo do Estado e para o Senado, onde uma das vagas foi conquistada por José Richa – que se afastara do cargo de Governador, entregando-o a José Elísio Ferraz de Campos, ex-pepista e ex-*neyista*. A outra vaga foi parar nas mãos politicamente hábeis de Camargo Netto, que estivera com Ney Braga já no início de sua ascensão desvinculada de Munhoz da Rocha, que apoiara a candidatura de Ney a Prefeito de Curitiba. (PR-PSP, 1954).⁴⁵

A reação de Jaime Lerner aos seus dois insucessos eleitorais consecutivos (1985 e 1986) implicou – ainda que dispendo, sob seu comando, da seção paranaense do partido de Leonel Brizola, e continuar contando com o apoio de Ney Braga e de seu partido – a transferência de seu domicílio eleitoral para o Rio de Janeiro. Não se lhe afigurava alentador o seu futuro político-eleitoral no Paraná. Instalado junto ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, na condição de tecnoburocrata, optou por situar-se próximo de um político da oposição ao Governo Federal e que não escondia sua ambição e seu propósito de disputar a Presidência da República, e com cujo apoio o próprio Lerner esperava contar numa disputa pela Prefeitura do Rio de Janeiro. (BRAGA, 1996; CARNEIRO e VARGAS, 1994; KUNHAVALIC, 1999; PAZ, 1990; relatórios dos resultados de eleições do Tribunal Regional Eleitoral-PR e depoimento de Velocino Bruck Fernandes).

⁴⁵Apesar desse êxito inicial (1954), que abriu a Ney Braga a senda de vitórias eleitorais, já a partir de 1958 ele concorreu a Deputado Federal pelo PDC (reorganizado, no Paraná, por Camargo Netto e pelo professor Joaquim de Mattos Barreto), “roubando” votos de Munhoz da Rocha, também candidato a Deputado Federal (1958), pelo PR.

CAPÍTULO 3

VITÓRIAS ELEITORAIS SEGUIDAS DE QUEDA NA APROVAÇÃO POPULAR

3.1 ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE CURITIBA (1988) INICIA NOVA FASE DE ÊXITOS ELEITORAIS

Na presente focalização da trajetória política de Jaime Lerner, ênfase natural cabe aos êxitos em campanhas eleitorais, mediante os quais ele próprio e seus correligionários mais próximos – em sucessivas oportunidades – foram investidos como autoridade. Têm-se em mira, sobretudo, identificar os eventos e as linhas de atuação política paradigmáticos da atuação política em tela, originariamente alicerçada sobre a imagem de Jaime Lerner enquanto tecnoburocrata competente e com desempenhos à frente da Prefeitura de Curitiba que projetaram o seu conceito além-fronteiras do Paraná e até do Brasil.

A projeção nacional de Jaime Lerner lhe ensejou o já mencionado contrato profissional com o Governo do Rio de Janeiro (seção 2.3) – importante, duradouro e com implicações e frutos na esfera estritamente política, dentro do contexto paranaense. Contudo, Lerner não foi contemplado com um esperado apoio de Leonel Brizola para concorrer ao cargo de Prefeito da capital daquele Estado.⁴⁶

Com respeito à eleição de Lerner para Prefeito de Curitiba realizada em 1988, o antes mencionado estudo de Francisco Moraes Paz se refere, mas apenas de forma quase indireta, ao fato de que Jaime Lerner havia transferido seu título eleitoral

⁴⁶Quanto ao líder maior do pedetismo – embora em 1986 não tenha conseguido a vitória de seu candidato para sucedê-lo na chefia do Executivo fluminense (Darcy Ribeiro, PDT) –, após deixar aquele cargo continuou como aspirante à conquista da Presidência da República, pela via eleitoral. Brizola notoriamente contava com a força do seu carisma e com sua projeção nacional, construída através de uma então já longa carreira política, orientada nuclearmente para o poder federal.

para o Rio de Janeiro (opção aludida na seção 2.3). O registro de Paz, na verdade, não parece haver conferido toda a importância política devida à decisão de Lerner. O autor comenta: “Na definição dos candidatos, ele [Lerner] não foi indicado pelo PDT por não ter o tempo de domicílio eleitoral exigido por lei.” (PAZ, 1990, p. 62). Aqui se impõe aduzir e explicitar que a Constituição promulgada a 05 de outubro de 1988 contemplou expressamente as eleições municipais previstas para 15 de novembro daquele ano, reduzindo para quatro meses, anteriores ao pleito, o prazo mínimo de domicílio eleitoral exigido.⁴⁷

Obtido pronunciamento do TSE favorável à possibilidade de Jaime Lerner candidatar-se ao pleito curitibano de 15 de novembro de 1988, restava contornar o fato de que o PDT já estava com seu candidato em plena campanha eleitoral: o Deputado Estadual Algaci Túlio. Ora, conforme lembra um depoente, a candidatura de Túlio naturalmente se vinculava às dos candidatos a Vereador, de modo que alguns deles se mostravam preocupados. Relata Carlos Roberto Marassi⁴⁸ que Algaci Túlio, então já candidato pedetista, ao lado de proclamar sua disposição em propiciar uma segunda oportunidade a Lerner para conquistar eleitoralmente a posição de Prefeito de Curitiba, dizia-se também pressionado pelos citados correligionários, receosos de que a mudança do candidato a Prefeito pudesse trazer prejuízos às suas campanhas com vistas à vereança, já na reta final. Com os sinais de dúvidas e hesitação emitidos pelo candidato do PDT, Jaime Lerner – aborrecido com tal fato e tendo em conta que o prazo de uma possível campanha, já exíguo, dia a dia se encurtava ainda mais – externou que não mais se dispunha a se tornar candidato, apesar dos apelos que recebia

⁴⁷No chamado *Ato das disposições constitucionais transitórias*, primeiro parágrafo do artigo quinto, foi inscrito: “Para as eleições de 15 de novembro de 1988 será exigido domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preenchem este requisito (...), ter seu registro efetivado pela Justiça Eleitoral, após a promulgação da Constituição.”

⁴⁸Carlos Roberto Marassi, jornalista, profissional de *marketing* e apresentador de noticiários de TV, que em 1988 atuava na Televisão Iguazu, Canal 4. (MARASSI, 2001).

nesse sentido. Numa reunião promovida por Jaime Lerner, com pessoas amigas e de sua confiança, Marassi usou uma argumentação que levou alguns participantes a aderir à idéia de que convinha a Lerner candidatar-se, posto que apresentava condições de sair vitorioso. (Um participante que mudou de idéia, ouvindo a exortação de Carlos Marassi, foi o advogado Eduardo Rocha Virmond, que também prestou depoimento para esta dissertação.)⁴⁹ Marassi foi incisivo:

Jaime Lerner, você é feio, gordo e fala mal. Se o prazo de campanha fosse o normal, seria muito provável que seu desempenho na campanha acabasse, progressivamente, por retirar-lhe votos, resultando em sua derrota. Com prazo tão reduzido, contar-se-á com o impacto do lançamento, como fator positivo, além do que não haverá tempo para que você venha a perder votos, em vista de um fraco desempenho pessoal na campanha. As pesquisas de opinião estão reforçando a impressão, algo generalizada, de que no momento sua candidatura tem tudo para sair vitoriosa, significando sua volta ao cargo de Prefeito, conforme notoriamente espera e deseja ampla faixa da população de Curitiba. (MARASSI, 2001).

Ao final da reunião, Jaime Lerner voltou atrás de seu intentado recuo e confirmou sua disposição de concorrer no pleito de novembro. Presente à reunião, Algaci Túlio concordou expressamente em candidatar-se a Vice-Prefeito, em chapa encabeçada por Lerner.⁵⁰ A candidatura de Jaime Lerner (PDT) a Prefeito da Capital, note-se, não substituiu apenas a de Algaci Túlio (incorporado na chapa como candidato a Vice-Prefeito), posto que dois outros candidatos, então também já em plena campanha, igualmente desistiram de concorrer, passando a apoiar Lerner: Airton Cordeiro (PFL) e Enéas Faria (PTB). Escudado na coligação PDT-PFL-PTB, a qual superou o fracionamento das correntes de oposição, Lerner derrotou Maurício Fruet,

⁴⁹Eduardo Rocha Virmond foi colaborador de Jaime Lerner desde o tempo do IPPUC e no primeiro mandato de Lerner como Governador do Estado foi Secretário da Cultura, depois passando para a Secretaria da Justiça.

⁵⁰ Antes da reunião (no escritório de Jaime Lerner), o Deputado Estadual Rafael Grecca levava à Televisão Iguaçú texto da declaração de Jaime Lerner recuando da idéia de candidatar-se. Marassi conta que se recusou a fazer a leitura do texto, a qual, gravada, seria divulgada no programa do PDT transmitido no horário gratuito do TER. Por sua insistência, Lerner acabara se dispondo a reexaminar o assunto, marcando a mencionada reunião em seu escritório.

ex-Prefeito de Curitiba e Deputado Federal, um forte candidato, lançado pelo até então imbatível PMDB paranaense.

Registre-se que antes do pronunciamento do TSE favorável à candidatura de Jaime Lerner na eleição de 15 de novembro, o PMDB tentou, perante o Tribunal Regional Eleitoral, impedir/invalidar a inscrição de Lerner como candidato do PDT. Foi a deixa para que, já em ato da campanha eleitoral, através dos meios de comunicação requisitados pelo TRE-PR, o candidato pedetista procurasse tirar proveito: “Volto à sua casa depois de uma batalha judicial em que os poderosos do PMDB do Paraná tentaram me derrotar.” (PAZ, 1990, p. 61).

A citada dissertação de mestrado, de autoria de Francisco Moraes Paz, traz informações que aqui recebem maior relevo, tal como o registro, efetuado no estudo, a respeito de uma reunião realizada na casa do ex-Governador Jaime Canet Júnior, no dia 07 de novembro de 1988. Nesse encontro percebe-se claramente uma costura, relativamente adiantada, da “frente ampla” tecida em torno do ator político Jaime Lerner. Um participante da reunião na residência de Canet que se deve destacar é o então Senador Camargo Netto.⁵¹ Na mesma ecumênica reunião de novembro de 1988, na residência de Canet, além do anfitrião e de Camargo Netto dela também participaram Ney Braga, do PFL, e João Elísio Ferraz de Campos, que, em 1982, fora eleito Vice-Governador pelo PMDB. O ecumenismo político-partidário, gerado a partir da possibilidade de vitória de Lerner, contra o PMDB, fica bem realçado por peremptórias declarações de Ney Braga: “Jaime, sim, Brizola, não”. “Voto em Lerner porque ele é o melhor candidato, o melhor administrador, mas não voto no PDT. Meu candidato a Presidente é Aureliano Chaves.” (*O Estado do Paraná*, 16.11.1988, apud KUNHAVALIC, 1999, p. 197).

⁵¹Canet e Camargo, em 1982, renegando a condição de ex-arenistas, haviam reforçado o PMDB, apoiando, para o Governo do Estado, a chapa José Richa-Ferraz de Campos, formalizadora de uma coalizão de ex-adversários políticos e fatal para Saul Raiz e Ney Braga, candidatos, respectivamente, a Governador e a Senador.

A presença de Ney Braga na reunião em foco tem o cunho especial de comprovar que fora selada a reaproximação do outrora prestigioso líder maior da extinta Arena com Canet e Camargo Netto – os dois citados rebelados (1980) e adversários (1982 e 1986). Segundo registro da mídia, na época, acolhido por Paz, outros participantes do encontro pró-candidatura de Jaime Lerner acentuaram a evidência do mencionado desenho de uma frente anti-PMDB: “representantes da colônia judaica no Paraná, representantes da alta direção do Bamerindus [acrescente-se que o maior acionista do conglomerado financeiro, José Eduardo de Andrade Vieira, dois anos depois, em 1990, viria a conquistar uma vaga no Senado], (...) Luís Antônio Fayet, Reinold Stephanes, Octávio Cesário (...), Diretoria da ELETROSUL (...). (...) Enéas Faria”. (PAZ, 1990, p. 63).

Francisco Moraes Paz, acentuando aspectos das eleições municipais de 1988 que as integraram num processo político mais amplo, resume:

As eleições municipais de 1988, vistas por muitos como um ensaio das eleições presidenciais de 1989, confirmaram diversas suspeitas e propiciaram algumas surpresas significativas. Partindo dos resultados verificados nas capitais estaduais e em alguns dos principais municípios do interior, evidenciou-se uma derrota expressiva do PMDB, o grande vitorioso das eleições de 1986. Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre foram varridas pelo voto contrário ao governo, assim como Campinas, Santos ou São Bernardo. No Paraná, tradicionais redutos peemedebistas, como Curitiba e Londrina, também acompanharam essa atitude plebiscitária de repúdio à ação governamental, conforme as críticas mais comuns, aos sintomas de desgoverno. (p. 9).

Focalizando as campanhas eleitorais dos candidatos a Prefeito em Curitiba, Francisco Paz assinala que “Lerner enfatizava a sua condição de técnico, não a de político”. (p. 13). E quanto aos resultados do pleito, registra: “Apurados os votos, o eleitor curitibano reproduziu a tendência nacional de repúdio ao governo. O PMDB teve o pior desempenho dos últimos anos. Curitiba atribuiu 19,5% dos votos a Fruet e 48,6% a Lerner. Considerando as cinco eleições para prefeito da capital, foi a vitória com maior percentual de votos.” (p. 65).

Em novembro de 1989, no primeiro turno da eleição para Presidente da República, Leonel Brizola, candidato do partido de Jaime Lerner (PDT), alcançou a segunda maior votação (616.127 votos), ficando, dentre os onze candidatos inscritos, em segundo lugar, mas bem atrás de Fernando Collor de Mello (PRN, 1.738.065 votos). Superou, entretanto, Guilherme Afif Domingues (PL, 494.557) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT, 353.828). Os demais sete outros candidatos alcançaram votações ainda menores, sobretudo o último deles, Aureliano Chaves, candidato do PFL e de Ney Braga (23.683 votos).

Na eleição para o Governo do Paraná em 1990, Jaime Lerner e o *lernismo* ficaram aparentemente alheios à disputa. Destacaram-se, como principais competidores, os candidatos do PMDB, do PRN e do PSDB, tendo vencido o primeiro, com Roberto Requião, que superou, respectivamente, José Carlos Martinez e José Richa. (No Rio de Janeiro, Leonel Brizola voltou a ser eleito Governador do Estado pelo PDT, agora com maioria absoluta de votos, no primeiro turno.)

A partir da vitória de Jaime Lerner para Prefeito de Curitiba, em 1998, contra o situacionismo peemedebista, passou a prevalecer a “graça” dos “dominados”,⁵² iniciando-se nova fase marcada por sucessivas vitórias eleitorais de Jaime Lerner e, por extensão, de membros do seu séquito, em disputas relativas, em especial, a cargos do Poder Executivo. Em 1992, Rafael Grecca de Macedo foi eleito Prefeito de Curitiba. Nesse pleito, Jaime Lerner teve papel decisivo na eleição de seu sucessor, o engenheiro Rafael Grecca de Macedo (PDT), que em 1982 havia sido eleito Vereador

⁵²Recorre-se, aqui, à analogia que se contém no desenvolvimento de Max Weber a respeito da transformação anti-autoritária do carisma, assentada sobre o “*reconhecimento*, condicionado pela ‘corroboração’ dos dominados”: “o senhor legítimo por méritos de seu próprio carisma se transforma pela graça dos dominados, posto que estes, por seu arbítrio (formalmente) livre eagem e põem”. (WEBER, 1997, p. 214).

em Curitiba (PDS) e em 1986 e 1990 havia sido eleito Deputado Estadual (pelo PDT, nestas duas oportunidades).⁵³

Em 1993, conforme registros na imprensa, Jaime Lerner chegou a articular sua candidatura à Presidência da República pelo PDT, mas seu intento não foi bem acolhido pela direção nacional do PDT, notoriamente concentrada na pessoa de Leonel Brizola – que se inclinava a repetir a tentativa de 1989, candidatando-se ele próprio ao cargo supremo da República.

3.2 CAMPANHA E ELEIÇÃO PARA GOVERNADOR (1994) RATIFICAM NOVA FASE

Conforme se acabou de registrar, Jaime Lerner vinha-se mostrando atento à eleição para Presidente da República. No Paraná, entretanto, não só os olhos do ex-Prefeito de Curitiba estiveram voltados para a eminente posição do poder federal: Álvaro Dias e o Senador José de Andrade Vieira (detentor do comando nacional do PTB) também aparentavam ensaiar passos na mesma direção.

⁵³Em 1992, coube a Rafael Grecca – engenheiro e Deputado Estadual – exercer o papel de candidato do *lernismo* a Prefeito de Curitiba, na sucessão de Jaime Lerner, alcançando vitória eleitoral, com ampla margem de votos sobre o principal adversário (das forças de oposição, na capital, e, ao mesmo tempo, do situacionismo, no Governo do Estado). Rafael Grecca já se encontrava em etapa relativamente avançada do processo de simbiose do técnico (tecnocrata) com o político. Assim, ostentava importantes cacifes eleitorais. De um lado, já acumulara experiências sucessivas na arena política; doutro lado, já amalhara precioso capital de prestígio eleitoral, testado desde 1982, quando se elegeu, com 26 anos de idade, Vereador de Curitiba, e, a seguir, essa transmutação se consolidou, por força de duas eleições para a Assembléia Legislativa (1986 e 1990). Além desse tipo de recurso/influência entre os eleitores paranaenses, notadamente de Curitiba, Grecca exibia qualificações de personalidade que o predispunham à conquista de êxitos para as hostes do *lernismo* (primeiro embrionário, em 1982, depois nascente, a partir de 1988). Extrovertido, loquaz, possuidor de notória cultura humanística (sobrepota à tecnocrática) e de capacidade de retórica capaz de persuadir e emocionar as massas de eleitores, Grecca se qualifica, favoravelmente, até mesmo em relação ao líder maior do *lernismo*, em termos desses fatores pessoais, ingredientes do arsenal voltado à beligerância política.

Todo o ano de 1994 foi muito intenso para Jaime Lerner e seu Grupo, do ponto de vista de sua atuação política, nela se incluindo a utilização da mídia e dos correlatos ferramentais do *marketing* político. Já no começo de janeiro, no jornal *Folha de S. Paulo* é estampado artigo que, sob a assinatura do próprio Lerner, focaliza Curitiba como “referência da vanguarda urbana”. A matéria é ilustrada por foto de uma Estação do *Ligeirinho*, ônibus expresso criado na capital paranaense. A primeira frase é sintomática de que os propósitos eram mais amplos: “Curitiba pode chegar aos 400 anos como referência de um país que deu certo.” Seguem-se, nessa linha, expressões como: “Acredito que o próximo século será o século das cidades. (...) Curitiba, que já estabeleceu um referencial de vanguarda, pode ser no futuro a síntese de um país que deu certo. Um país projetado para o sucesso.” Fica evidente que somente uma aspiração de se candidatar a Presidente de República justifica que um tema curitibano sirva para digressões nacionais e futuristas, escudadas numa “ideologia” do planejamento técnico. (LERNER, 1994b, p.6-3).

Naquele mesmo ano, a opção de Jaime Lerner acabou sendo a de se lançar candidato a Governador do Estado. De sua parte, ainda em janeiro, Jaime Lerner anuncia, pela mídia, que desistia de se candidatar a Presidente da República, optando por disputar o cargo de Governador do Paraná, mediante ampla coligação partidária, com destaque para PDT, PTB, PSDB e PFL.⁵⁴ Lerner seria candidato de oposição ao Governo do PMDB (mandato exercido por Roberto Requião até renunciar, a fim de disputar a eleição para o Senado, e concluído por Mário Pereira, Vice-Governador, também eleito em 1990). (LERNER desiste..., 1994, p.1-11). Álvaro Dias (PP), por sua vez, continuava hesitando no tocante à disputa entre dois cargos: Presidente ou Governador. (NO PARANÁ..., 1994, p. 1-14).

A continuidade da presença forte de Jaime Lerner na mídia comprova-se com artigo no mesmo jornal em que saiu seu mencionado artigo de 06.01.94. (*Folha de S.*

⁵⁴Em abril, chega a vez de Andrade Vieira de formalizar sua desistência da propalada intenção de concorrer à Presidência da República. (VIEIRA abandona..., 1994, p.6).

Paulo, seção *Tendências/Debates*, na importante página 3). O título – “Vergonha nacional” – refere-se à condenação de proposta, em curso no Congresso Nacional, com o objetivo de aumentar em três meses o mandato daqueles que estavam ocupando cargos no Poder Executivo e que poderiam disputar a reeleição. (LERNER, 1994c, p. 1-3).

Em maio, nota de prestigiosa coluna jornalística identifica apelo religioso na integração de Emília Sales Belinati (evangélica) na chapa de Jaime Lerner ao Governo do Paraná (depois de Orestes Quércia, cuja candidatura presidencial foi escoltada por Íris Machado, evangélica, conforme assinala a matéria jornalística). Emília Belinati fora eleita Deputada Estadual (PDT) em 1990 e somava a condição de esposa de Antônio Casemiro Belinati, então Prefeito de Londrina. O clã Belinati, além de ostentar grande prestígio popular em Londrina – maior e mais importante município do interior do Paraná –, em vista de pertencer à comunidade evangélica, também se mostrava capaz de arrebanhar votos entre os eleitores dessa seita. (APELO..., 1994, p.1-3). Isabel Couto, com propriedade, assinala a importância do apoio do clã Belinati a Jaime Lerner. (COUTO, 1998, p. 101). Torna-se imperativo observar, em acréscimo ao registro de Couto, que o referido clã é liderado por Antônio Casemiro, que já ostentava em seu currículo político-eleitoral os cargos de Prefeito de Londrina, de Deputado Estadual e de Deputado Federal.

Impõe-se aduzir que a menor consistência de Lerner, no interior do Paraná, em termos de prestígio popular, foi suprida, em grande medida, ao conseguir a integração de Emília Belinati como candidata a Vice-Governadora (o que viria a repetir-se na reeleição de 1998). A autora da dissertação não o faz, mas aqui é relevante frisar: Antônio Belinati, seguramente, era o quadro da seção paranaense do PDT de maior e mais consolidada projeção e de mais potente força eleitoral no interior do Estado, cujo marco inicial ocorreu em 1968. Ao tempo do bipartidarismo, Belinati integrara o MDB, tendo concorrido para a ascensão estadual desse partido, que, em

escala nacional, dentre outras fatias, perdeu uma para o PDT de Leonel Brizola e outra para o PTB de Ivete Vargas.⁵⁵

Na importante região de Londrina, Antônio Belinati tinha seu maior suporte eleitoral nas camadas mais humildes da população, tradicionalmente sensíveis ao seu estilo político populista.⁵⁶ Esse destaque à aliança Jaime Lerner-clã Belinati tem validade sobretudo do ponto de vista da presente dissertação, que põe acento no processo político

⁵⁵É importante abrir parênteses para resumir fatos e, sobretudo, dados, que retratam sucessivos êxitos eleitorais não só do “chefe” do clã Belinati, como de mais outros três membros, dentre os quais se destaca a sua esposa, Emília Sales Belinati. Em 1970, começou a afirmação da força político-eleitoral do clã Belinati, dentro do contexto político estadual, em decorrência da eleição de Antônio Casemiro Belinati para a Assembléia Legislativa, pelo PMDB, com 25.068 votos – situando-o como o mais votado do partido. (Em 1968, Antônio Casemiro se elegeu Vereador, pelo MDB, em Londrina, graças ao prestígio popular adquirido por causa de sua atuação em emissora de rádio e na TV Coroados, a primeira emissora de televisão do interior do Paraná e do Brasil. (ALMEIDA, 1999, p. 16). Em 1974, o mesmo Antônio Casemiro se elegeu Deputado Federal (MDB), com 150.698 votos, a segunda maior votação do partido (a primeira foi do então já Deputado Estadual Álvaro Fernandes Dias, também da região de Londrina, o qual obteve 175.434 votos). Na eleição seguinte (1978) foi a vez de Waldmir Belinati (MDB), irmão de Antônio Casemiro, eger-se Deputado Federal, com 44.613 votos. (Waldmir foi o terceiro mais votado do MDB, ao passo que o primeiro voltou a ser Álvaro Dias, com 127.903 votos.) Após a volta ao multipartidarismo (1980), no pleito de 1982, Antônio Casemiro Belinati concorreu, pelo PDS, à eleição para Deputado Estadual. A mudança de partido quase se traduziu em insucesso: com 21.027 votos, contudo, ele conseguiu classificar-se em primeiro lugar entre os suplentes. (Na condição de primeiro suplente, Antônio Casemiro, desde logo, pôde começar a exercer o mandato de quatro anos, substituindo um Deputado efetivo.) Note-se que a mencionada votação de suplente foi ligeiramente superior àquelas alcançadas por três deputados do PMDB, que, reforçado por integrantes do extinto PP, conquistou 34 vagas, contra apenas 24 do PDS. Em 1986, quando Lerner foi derrotado como candidato a Vice-Governador do Estado, na chapa da coligação PFL-PDT, encabeçada por José de Alencar Furtado (ex-MDB), o “chefe” do clã Belinati foi eleito (PDT), com a segunda maior votação do seu partido; a maior votação foi a de Algaci Ormário Túlio (32.874 votos). No mesmo ano (1988) em que Lerner (PDT) se elegeu Prefeito de Curitiba, Antônio Casemiro, seu correligionário, também conquistou a chefia do Executivo de Londrina. Em 1990, encontrando-se o seu marido no exercício do mandato de Prefeito de Londrina (conquistado em 1988), Emília Sales Belinati (esposa de Antônio Casemiro) foi eleita Deputada Estadual pelo PDT. Em 1994, a Deputada Emília Belinati compôs, como candidata a Vice-Governadora, a chapa vitoriosa do PDT na disputa para o Governo do Paraná. Naquele ano, seu marido, Antônio Casemiro, foi eleito Deputado Estadual pelo PDT, obtendo a segunda maior votação do partido (37.547 votos; a maior soma de votos coube a Algaci Túlio: 47.075 votos). (Dados: Relatórios do Tribunal Regional Eleitoral-PR).

⁵⁶É relevante acrescentar que foi na área de influência de Londrina que o MDB e o PMDB se mostraram mais pujantes, no Paraná. Não foi por acaso, por sinal, que de lá saíram José Richa e Álvaro Dias, dois dos mais destacados atores da política paranaense contemporânea.

de índole competitivo-eleitoral. Na trajetória de Jaime Lerner, procura-se aqui insistir, essa aliança Lerner-Belinati(s) se constituiu num fator relevante.

Após o registro na mídia, a composição da chapa Jaime Lerner-Emília Belinati, em junho – importante mês de campanha da eleição “casada” para o Poder Executivo (Presidente da República-Governador do Estado) –, Leonel Brizola (PDT), candidato a Presidente, estaria manifestando irritação com Jaime Lerner – candidato a Governador do Paraná pelo seu partido. Lerner somava, ao apoio recebido do PSDB, o aparecimento público ao lado de Fernando Henrique Cardoso, candidato da coligação PSDB-PFL-PTB. Por outro lado, o PFL (que apoiava Lerner) se preocupava com um “meio acordo” entre FHC e Álvaro Dias (PP), apoiado pelo PMDB. No Paraná, Cardoso se inclinava a subir em dois palanques.

Com respeito à presença de Jaime Lerner na mídia, ficava evidente a habilidade dos seus assessores de campanha. Um exemplo é significativo: alardeavam que Lerner, “Todo pimpão entre quatro paredes (...), entra em pânico toda vez que tem de encarar uma multidão. Acometido que fica por um incontrolável acesso de timidez”. (PASCOWITCH, 1994, p.2).

As dificuldades entre Brizola e Lerner incluem também o posicionamento diante do Plano Real, ferramental da política do Governo Itamar Franco e implementado por FHC, enquanto Ministro da Fazenda. O comandante nacional do PDT e adversário de Cardoso na disputa presidencial usava e abusava do refrão: “esse plano não passa de um estelionato eleitoral”. Usou-o mesmo na companhia de Lerner, que não só o defendia, como também dele se servia, na campanha eleitoral. (BRIZOLA ataca..., 1994, p. 1-5).

Por outro lado, importa assinalar que o irmão de Álvaro Dias, Osmar Dias (candidato ao Senado pelo PP), na qualidade de Presidente de seu partido, ofereceu denúncia à Polícia Federal no Paraná no sentido de que a coligação de apoio a Jaime Lerner praticava abuso de poder econômico, ao transportar eleitores do interior do Paraná para conhecerem obras realizadas pela Prefeitura de Curitiba. Em contrapartida, o Presidente regional do PFL, Joaquim dos Santos Filho, um dos

coordenadores da coligação pró-Lerner, declarava que iria comprovar que as viagens estariam sendo realizadas dentro da lei. (PF..., 1994, p. 1-10).

A diversificação, uma das conhecidas técnicas de *marketing* político, fica exemplificada no artigo de Rafael Grecca de Macedo, Prefeito de Curitiba, estampado na seção *Tendências/Debates* da *Folha de S. Paulo*, sob o agressivo título “Governar não é mentir”. O pretexto foi negar veracidade a dados estatísticos sobre o crescimento econômico do Paraná, alardeados pelo Governo do Estado. Na argumentação contestadora, o artigo assinado por Grecca contrapôs dados sobre Curitiba, cujos índices de prosperidade econômica superariam a média paranaense. Qual a razão da vantajosa diferença? Resposta de Grecca: “Porque a cidade cresceu, graças à visão estratégica da equipe do Prefeito Jaime Lerner, um planejador eficiente e uma ação motivadora da prosperidade econômica.” (GRECCA DE MACEDO, 1994, p.3).

Com respeito ao pleito presidencial, as posições dos dois principais candidatos ao Governo do Paraná eram registradas e comentadas na mídia. Álvaro Dias (PP) aderira a FHC e Jaime Lerner (PDT) – além de procurar beneficiar-se com o fato de que os principais partidos da coligação federal (PSDB e PFL) o apoiavam e com a popularidade conquistada por Cardoso com o Plano Real – insistia que sempre defendeu a união entre o PDT e o PSDB, “que tinham que estar juntos”. “Algum dia, vão acabar ficando.” (ZÉ Gotinha..., 1994, p. esp.-5). O uso do Plano Real por Lerner é evidenciado por declaração tipicamente eleitoral: estaria dando certo em função da confiança despertada na população, a exemplo do que “aconteceu comigo na Prefeitura de Curitiba. Muitos programas só puderam ser implementados pela colaboração da população.” (ROSSI, 1994a, p. 1-2).

Em agosto, contudo, Álvaro Dias mantinha nítida dianteira, nas pesquisas de opinião pública (47%), em relação ao candidato Jaime Lerner (38%) (ROSSI, 1994c, p. esp.-6). A reversão, porém, não tardaria, comprovando a eficácia da campanha eleitoral em favor de Lerner.

Em meio ao sucesso de FHC, mostrado pelas pesquisas de opinião, a mídia ressaltava o fato de que o brizolismo vivia seu ocaso na Região Sul do país. Lerner

apresenta uma explicação: Brizola estaria sendo vítima da polarização da campanha entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Fernando Henrique (PSDB). (ROSSI, 1994b, p. esp.-7).

Por outro lado, artigo editorial da *Folha de S. Paulo* endossa a tese do “artificialismo” do sistema partidário brasileiro, citando o caso do Paraná: os dois grandes adversários – Dias e Lerner – “querem subir no mesmo palanque, o de FHC, que tem o apoio público de Dias, mas cujo partido [de FHC], o PSDB, figura na coligação de Lerner”. (PALANQUES..., 1994, p. 1-2).

Um mês após, confirmando-se a tendência que se vinha verificando, pesquisa de opinião colocava Jaime Lerner (PDT-PSDB-PFL-PTB) um ponto percentual adiante de Álvaro Dias (PP-PMDB). Numa breve entrevista – diante da pergunta “O senhor não acredita que o seu adversário possa dar uma reviravolta? –, Lerner é enfático: “Não. Sinto que há no Paraná um clamor de mudança, e não há quem tire isso.” (AS ELEIÇÕES..., 1994, p. esp.-6).

No derradeiro mês da campanha eleitoral, Fernando Henrique, depois de visitar o Norte do Estado junto com Álvaro Dias, cumpriu roteiro ao lado de Jaime Lerner (Ponta Grossa e Curitiba), e logo em seguida desmarcou viagem a Londrina, numa decisão que desagradou Lerner. (FHC..., 1994, p. esp.-3). No dia seguinte à eleição, 4 de outubro, o resultado da pesquisa-de-boca-de-urna do Datafolha apontou a vitória de Lerner (46%) contra Álvaro Dias (33%). (LERNER vence..., 1994, p. esp.-16). No dia 6, Lerner alcançava, na apuração, cerca de 55% dos votos válidos contra aproximadamente 39% de Álvaro Dias (Jorge Samek, do PT, absorvia 4,2% dos votos válidos). (LERNER alcança..., 1994, p. esp.-3). Em nota retrospectiva, referente à campanha eleitoral paranaense, comenta-se que Álvaro Dias iniciara a campanha disparado nas pesquisas, à frente do ex-Prefeito de Curitiba. “Lerner, porém, montou uma poderosa estrutura de *marketing* e começou a percorrer os municípios paranaenses.” (O ADEUS, 1994, p. 1-4).

É oportuno assinalar que Isabel Cristina Couto, em sua dissertação, comentando a vitória de Jaime Lerner em outubro de 1994, observa: “encontramos grande parte dos empresários do GEC [Grupo Empresarial de Curitiba] como financiadores da campanha”. Seu trabalho tem por objetivo declarado o de resgatar a

ação política empresarial do GEC, no período 1990-1998. Considerando o período de 1988 a 1994, são estudadas duas gestões da Associação Comercial do Paraná (ACP), em cuja Diretoria atuaram membros do GEC. Quanto à etapa subsequente (1994-1997), a autora procura descrever “os novos direcionamentos dados à economia brasileira e paranaense como um todo, a partir das eleições de 1994, e as estratégias de que o GEC lançou mão para influenciar esses processos”. (COUTO, 1998, p 4).

Por outro lado, aqui se torna significativo frisar que o feito competitivo-eleitoral de Jaime Lerner, em 1994, deu-se em confronto direto com o ex-Governador Álvaro Dias (Partido Progressista - PP), que deixara o Governo (1990) com altos índices de popularidade e concorria em aliança com o PMDB de Roberto Requião, que, no mesmo pleito de 1994, alcançou maciça votação para o Senado. A segunda vaga para essa Casa do Congresso foi conquistada por Osmar Dias (PP), irmão de Álvaro Dias. Vale dizer que os dois candidatos ao Senado apresentados pela coligação pró-Jaime Lerner – Hélio Duque (PSDB) e José Carlos Gomes de Carvalho (PTB) – não foram eleitos. Verifica-se, portanto, que a vitória de 1994 continuou a ter, para Lerner, um apreciável sabor de triunfo pessoal. Acresce que a mesma vitória se deu contra um candidato até então destacadamente bem-sucedido nas urnas e apoiado pelo PMDB, partido até então hegemônico no Paraná.

Com sua vitória na disputa para Governador do Estado, em 1994, Jaime Lerner conseguiu, finalmente, estender a corroboração do seu prestígio, apreciavelmente concentrado na capital, à maioria dos eleitores de todo o Paraná.⁵⁷ A vitoriosa campanha se configurou não só uma ratificação da nova etapa de êxitos eleitorais sucessivos, do chamado Grupo Lerner, iniciada em 1988, como também contribuiu no sentido de ampliar a área de expansão de seu nome dentro do colégio

⁵⁷Em 1986, sua posição caudatária na chapa capitaneada por José de Alencar Furtado, em que pese a pequena soma de votos conseguida, representara um ensaio para o objetivo de estender para o interior paranaense a imagem do Jaime Lerner ex-tecnoburocrata e neopolítico, até então muito restrita ao âmbito de Curitiba.

eleitoral paranaense.⁵⁸ Mudando de tarefa – antes de Prefeito da capital e agora passando a ser Chefe do Poder Executivo estadual –, Jaime Lerner iria ter pela frente, necessariamente, novos e mais complexos desafios.

No dia 8 de outubro de 1994, em entrevista como candidato eleito, Jaime Lerner se viu na contingência de responder a perguntas que correspondiam a rescaldos políticos importantes da campanha eleitoral: “Durante a campanha, o sr. declarou fidelidade ao ex-governador Leonel Brizola, que deve ser oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Seguirá sua fidelidade?” Resposta: “Ninguém faz oposição por antecipação. Tem que se dar um tempo. Eu pretendo ter com o presidente Fernando Henrique Cardoso a melhor das relações. Vamos aguardar.” Sobre sua liderança dentro do PDT e a possibilidade de deixar o partido, Lerner declara: “Não pretendo deixar e não vejo razões para isso.” (LERNER diz..., 1994, p. esp.-3).

Logo adiante, em meados de novembro, Leonel Brizola, articulando seu retorno à presidência do seu partido, anunciava a intenção de aproximar o PDT do PT e dos demais partidos de esquerda. Apontava-se, porém, para a possibilidade de que uma frente parlamentar com o PT viesse a pôr em confronto Brizola e Lerner, que defende a

⁵⁸A rigor, apenas dois ex-tecnoburocratas que trabalharam com Jaime Lerner lograram alcançar êxitos eleitorais: Rafael Grecca de Macedo e Cássio Taniguchi. Ambos integrariam, pois, o elenco político do Grupo de Lerner, ou o grupo político que até os dias atuais se mantém ligado ao seu líder. No primeiro escalão do atual Governo de Lerner permanecem dois dos seus antigos colaboradores: Rafael Dely, Secretário de Habitação, e Lubomir Fiscinski Dunin, Secretário de Desenvolvimento Urbano. Outros já não mais atuam em funções públicas, podendo, pois, serem considerados como ex-integrantes do Grupo Lerner, tais como: Cândido Manoel Martins de Oliveira, que em 2000 deixou o cargo de Secretário de Segurança; Eduardo Rocha Virmond, que só atuou até o primeiro Governo Lerner, tendo ocupado a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Justiça; Giovani Gionédís, que, logo após as eleições municipais de outubro-novembro de 2000, afastou-se da Secretaria da Fazenda. Esses três ex-colaboradores são bacharéis em Direito e o último deles, num gesto de ruptura, saiu do PFL e ingressou no PSC, ao tempo em que passou a deixar que circulassem, em órgãos da mídia, notas sobre possibilidade de que venha a candidatar-se a Governador do Estado, em 2002. O Chamado Grupo Lerner tem-se mostrado, pois, algo mutante, por força de saídas até mesmo de figuras das mais expressivas. Por outro lado, ocorre que em 2000 o Grupo recebeu o ex-Ministro da Saúde Alcení Guerra, que, assumindo a Chefia da Casa Civil, passou a colaborar diretamente com o Governador na função chave de coordenador político.

união entre PDT, PSDB e parte do PMDB, num grande partido social-democrata, sem os petistas. (BRIZOLA quer..., 1994, p.1-9).⁵⁹

3.3 CONOTAÇÕES POLÍTICAS DA PROPOSTA ELEITORAL DE GOVERNO

Na campanha eleitoral de 1994, a “Proposta de Governo”, subscrita por Jaime Lerner, vincula o candidato, expressamente, não só ao PDT como aos demais quatro partidos coligados, dentre os quais se destacava o PSDB (resultante de dissidência do outrora hegemônico PMDB). Os quadros paranaenses do PSDB já haviam vivido apreciáveis experiências político-administrativas, sob a liderança do Senador José Richa. Um dos principais nomes do partido no Paraná era o engenheiro Deni Schwartz, que, no Estado, fora Secretário dos Transportes e, no plano federal, chegara a titular do Ministério do Desenvolvimento Urbano. O PSDB – de Richa e de Schwartz –, coadjuvado pelo PFL, estruturou a ponte que aproximou, na campanha eleitoral, os candidatos a Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e a Governador do Paraná, Jaime Lerner.

Deni Schwartz, que veio a integrar o primeiro secretariado de Lerner, assumindo novamente a Secretaria dos Transportes, estava ciente e bem informado a respeito das tendências de descentralização e de privatização no setor, as quais se irradiavam a partir do Governo Federal, neste incluídas as tecnoburocracias ligadas à política econômica e aos investimentos infra-estruturais. Na eleição de 1994, o ex-

⁵⁹Há que se lembrar que na campanha eleitoral para Governador do Estado (1994), Jaime Lerner foi sustentado por uma coligação de cinco partidos, encabeçada pelo PDT e secundada pelo PSDB, liderado por José Richa. Os demais aliados foram o PTB (do empresário e Senador José Eduardo Vieira), o PFL (de Ney Braga) e o PV (eleitoralmente muito modesto). Deve-se assinalar que o apoio de José Richa, ex-Governador do Estado e ex-Senador, e do seu partido (PSDB), representaram substancial reforço à candidatura de Lerner, ao mesmo tempo em que ratificavam o contínuo debilitamento do PMDB, em contraste com a pujança alcançada em 1982 e reiterada em 1986.

Na eleição para o Palácio Iguazu de 1990, José Richa ficara atrás de dois outros competidores, mas liderava uma importante corrente do histórico MDB paranaense, além do que se ligou à dissidência do *neyismo* geradora do PP, cujos principais nomes eram o ex-Governador Jaime Canet Júnior e o Senador Camargo Netto, que deram decisivo apoio a Richa nas eleições de 1982 e 1986.

Ministro dos Transportes e alto prócer da seção paranaense do PSDB encaixou-se como uma luva num Governo que se comprometia com o ambicioso projeto *Anel de Integração*, de todo destinado a gerar dividendos eleitorais.⁶⁰ Com a participação de Schwartz, o Paraná pôde, assim, ser a primeira unidade da Federação a firmar convênio com a União, estabelecendo a transferência para o Governo estadual da gestão ou administração de rodovias federais.

Na “Proposta de Governo”, instrumento político-administrativo básico da campanha eleitoral, foi dado o maior destaque à área dos transportes, com ênfase para as rodovias. As principais rodovias paranaenses representam suporte para a integração econômica e social dos mais importantes pólos econômicos do Estado e das áreas de maior densidade populacional. Ao seu significado econômico básico se sobrepõe a importância social, na medida em que tem diversificadas repercussões diretas, em termos de melhorias da segurança e do bem-estar sociais, bem como indiretas, como suporte para a expansão produtiva e garantia da oferta de empregos.

O documento *Proposta de Governo* (julho/1994), para o período 1995-1998, diante das restrições fiscais vividas pelo setor público brasileiro, enfatiza a parceria com o setor privado, como meio para ampliar o nível de investimentos na infraestrutura viária e, ao mesmo tempo, liberar recursos para outros investimentos e gastos governamentais. O primeiro item do capítulo *Transportes* é assim enunciado: “Consolidar o sistema de rodovias do *Anel de Integração* com duplicações, terceiras faixas e interligações entre si, além de acessos junto às cidades principais.” O referido *Anel*, destacado no instrumento da competição eleitoral, foi substancialmente traçado sobre rodovias federais – as mais importantes da estrutura viária do Paraná –, cuja administração pelo Estado estava destinada a conferir maior vulto e expressão ao

⁶⁰Verner Artur Conrado Barthelmess, formado em Química e em Direito pela UFPR (onde atuou em nível de pós-graduação, até 1981), em publicação alusiva à Lei Estadual 12.686, que lhe conferiu o título de Cidadão Benemérito do Paraná (Diário Oficial de 08.10.99), registra que, em seu trabalho *Paraná – uma filosofia de planejamento*, lançou a idéia do *Anel de Integração*, “hoje adotada como marca de uma administração estadual. Vinte anos não eram decorridos eis que apareceu alguém ou algum assessor de alguém, que reuniu (...) três virtudes (...) e ao mesmo tempo sagaz para adivinhar o rendimento político que o projeto poderia trazer a quem o adotasse”. (BARTHELMESS, 2000, p. 53).

elenco de projetos apresentados e defendidos na campanha. O chamado *Anel de Integração* foi adotado como projeto-tema de campanha, com vistas a carrear votos para Jaime Lerner – então candidato opositorista a Governador do Paraná.

Implicando promessas eleitorais de realizações de porte e estratégicas para o desenvolvimento das atividades produtivas e para a melhoria das condições de transporte das pessoas, o projeto terá contribuído para a eleição de Lerner. Com o previsto e prometido aumento do nível de investimentos, mediante a mobilização de recursos privados, argumentava-se que o novo Governo iria ser mais eficaz no esforço de aparelhamento infra-estrutural, especialmente relevante para uma economia apoiada na movimentação de cargas de grande magnitude, originadas do complexo produtivo do agronegócio.

3.4 REFLEXOS DA ATUAÇÃO DE LERNER NA EXPANSÃO DO PDT (1988-1996) E SEGUNDA VITÓRIA NA ELEIÇÃO PARA PREFEITO DE CURITIBA (1996)

Nos pleitos municipais de 1996, sem dúvida se destaca a eleição, para a chefia do Executivo da Capital do Estado, de mais um candidato do PDT e do grupo de Jaime Lerner: o engenheiro Cássio Taniguchi. Completavam-se três vitórias consecutivas, no maior colégio eleitoral do Paraná. O êxito da seção paranaense do PDT também se estendeu aos municípios do interior e, pois, às bases partidárias.

Para chegar à compreensão do papel da liderança personalista de Jaime Lerner, no Paraná, ao longo da presente segunda experiência de sistema multipartidário de âmbito nacional, são relevantes as informações referentes ao processo histórico, mormente as estatísticas e outros dados objetivos. Os elementos estatísticos, em especial, apresentam-se como elementos válidos para a compreensão objetiva. Impõe-se, assim, estabelecer cotejos entre os dados dos desempenhos dos partidos e dos candidatos, tais como os da tabela 1, a seguir. Os reflexos do ingresso de Jaime Lerner no PDT e de seus êxitos eleitorais a partir de 1988 ficam bem

evidenciados, nos números relativos à eleição de prefeitos, em todo o Paraná, entre aquele ano e 1996.⁶¹

TABELA 1 - PREFEITOS ELEITOS SEGUNDO OS PARTIDOS - PARANÁ - 1988/1996

PARTIDOS	1988	1992	VARIAÇÃO 1992/1988		1996	VARIAÇÃO 1996/1992	
			Aumento (+)	Diminuição (-)		Aumento (+)	Diminuição (-)
PMDB	162	138		-24	74		-64
PTB	65	40		-25	54	14	
PFL	36	39	3		37		-2
PDT	25	40	15		111	71	
(PDS) PPB	13	10		-3	35	28	
PSDB	0	⁽¹⁾ 15	15		⁽¹⁾ 73	58	
PT	2	1		-1	6	5	
Outros	20	⁽¹⁾ 88			9		
TOTAL	323	371	48		399	28	

FONTE: TRE - PR

(1) Depois de 1992, Álvaro Dias deixou de estar no PST; ingressou no PSDB em 1995 (1992: PSDB 15 + PST 62 = 77; 1996: PSDB 73).

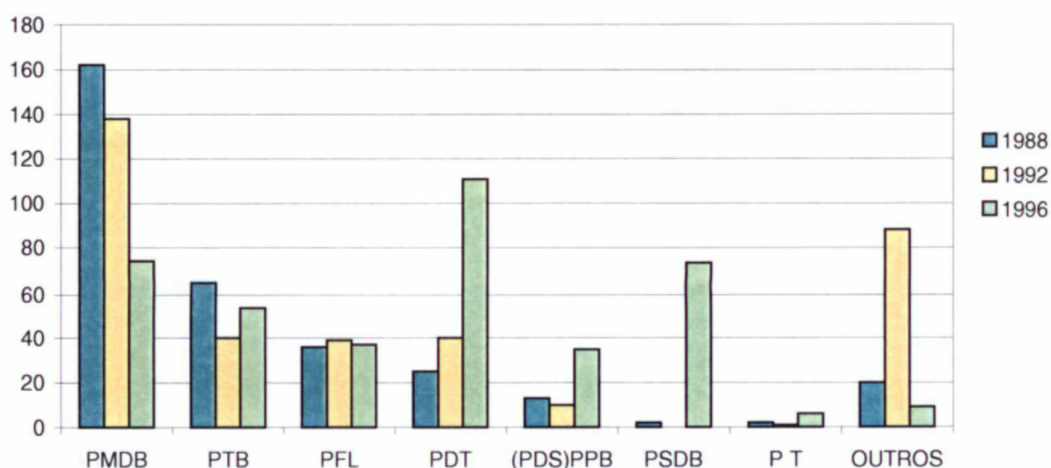
Para tornar mais imediato o entendimento dos dados da tabela, deve-se lembrar que em 1988 Jaime Lerner foi eleito Prefeito de Curitiba pelo PDT, partido no qual permaneceu em 1992 e 1996. Afigura-se relevante, por conseguinte, correlacionar as variações quantitativas com a ascensão de Lerner (e, portanto, do PDT), primeiro para Prefeito de Curitiba (1988) e, em seguida, para Governador do Estado (1994). Em 1988, o PDT conseguira eleger, em todo o Paraná, 25 chefes dos Executivos municipais, número que não correspondeu senão a pouco menos do que 8% do total dos municípios paranaenses (7,7%). Tal ascensão valeu ao PDT, contudo, situar-se já como o quarto maior partido no Paraná, em termos de número de prefeitos eleitos (sendo ultrapassado pelo PMDB, pelo PTB e pelo PFL). No pleito seguinte (1992), o montante de prefeitos eleitos sob a legenda pedetista-lernista subiu para 40, representando um acréscimo de 60%, comparativamente a 1988, ao mesmo tempo em

⁶¹Deve-se chamar a atenção para o fato de que houve aumento do número total de municípios do Estado, entre 1988 e 1992 (48, ou 15%) e entre 1992 e 1996 (28, ou 7%). Em decorrência disso, todos os partidos, para não recuarem nesses dois intervalos, teriam de alcançar acréscimos pelo menos equivalentes ao verificado no número total de municípios. Por outro lado, na hipótese de manutenção do número de prefeitos eleitos, haveria perda relativa para tal partido. Na ocorrência de diminuição, a perda teria significação quantitativa real ainda maior: haveria perda relativa para tal partido. Na ocorrência de diminuição, a perda teria significação quantitativa real ainda maior.

que a relação com o total de municípios subiu de 7,7% para 10,8%. Em paralelo, o PDT passou à terceira posição entre os partidos, ao lado do PTB (que caiu de 65 para 40).⁶² Já em 1996 o salto do PDT foi muito mais significativo, posto que os 111 prefeitos pelo partido, no Paraná (diferença a maior de 71 cargos conquistados), representam elevação próxima de 200% (178%). Quase trinta por cento dos municípios paranaenses elegeram prefeitos do PDT (27,8%). O grande realce consiste na ascensão do PDT à primeira posição entre o partidos, superando o PMDB e o PSDB, este agora sob o comando de Álvaro Dias.

Deve-se frisar que os ganhos, correlacionados com o ingresso de Jaime Lerner no PDT, coincidem com o fato de que sua atuação assimilou o peso de se encontrar numa chefia de Poder Executivo estadual, posição que em geral se comprova capaz de assegurar reflexos bem mais ponderáveis do que o cargo de Prefeito de Curitiba, além de incidir num conjunto de praticamente quatro centenas de municípios, espalhados por todo o território estadual. O gráfico a seguir consiste numa sugestiva ilustração dos dados organizados na tabela.

GRÁFICO 1 - PREFEITOS ELEITOS SEGUNDO OS PARTIDOS - PARANÁ - 1988/1996



FONTE: Tabela 1

⁶²Estabeleceu-se nítido contraste com a queda do número de prefeitos eleitos pelo PMDB (de 162 para 138), fenômeno este em especial correlato com a ascensão do PST, sob a liderança de Álvaro Dias (após deixar o PMDB).

Os números em causa conferem à apreciação a validade objetiva de uma demonstração, calcada sobre a observação dos fatos, que não são apenas constatados como também medidos. Com as observações dos parágrafos anteriores, pretende-se advertir e assinalar que o peso pessoal do líder Jaime Lerner está associado ao seu exercício de função pública, posto que a atuação como governante se revelou apta a favorecer os objetivos de continuada conquista de poder, inerentes às organizações partidárias. A eficácia do líder, enquanto no exercício do poder, em tornar efetivo esse potencial, agrega-se às suas virtudes requeridas pela arena política. Na condição de Governador, Jaime Lerner aumentou expressivamente o peso eleitoral do PDT, nas bases municipais do poder.

Há que se notar que, naquele mesmo ano de 1996 – mais precisamente em dezembro de 1996 –, o Governo Jaime Lerner estava completando dois anos do primeiro mandato, e, naquele mês, a sua avaliação na pesquisa do Datafolha alcançou nível muito elevado de aprovação, expresso por 70% de conceito *ótimo/bom* e apenas 7% relativos ao conceito *ruim/péssimo* (21% foram de avaliação *regular*). Sem dúvida, pois, tão elevado prestígio gerava ponderável força eleitoral, intensificada pelo exercício do poder maior, no âmbito de todo o Estado – força essa evidenciada nos pleitos de 1988, 1992, 1994 e 1996.

3.5 MUDANÇA RADICAL DE PARTIDO E INÍCIO DE QUEDA NOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO DO GOVERNO (1997)

Ao começar o ano de 1997, Lerner chegou a ser encarado como a prioritária e mais óbvia opção do PDT para candidato a Presidente da República no pleito previsto para outubro de 1998 (em dezembro de 1996, cumprira-se a primeira metade do seu mandato de Governador do Estado). O Deputado Federal Miro Teixeira (PDT) afirmou, para a mídia: “O Brizola está muito entusiasmado com a possibilidade de o Lerner ser candidato. Ele mesmo disse isso.” De acordo com o parlamentar fluminense, apresentavam-se, complementarmente, outras duas saídas: buscar um

nome novo ou coligação do PDT com outro partido. Esta hipótese vinha sendo discutida com o PT, mas são lembradas as divergências com esse partido. (BRIZOLA quer..., 1997, p. 1-6). Ainda em fevereiro, Jaime Lerner participou de um encontro em Vitória (ES), no qual se pretendeu unir os partidos de esquerda em torno de um projeto alternativo ao proposto pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso. (LÍDERES..., 1997, p. 1-8).

Não tardou, porém, para que se tornasse amplamente divulgada a possibilidade de que Jaime Lerner, deixando o PDT de Brizola e de Miro, viesse a ingressar no PSDB, o que estaria dependendo de um encontro com o Presidente Cardoso (dois secretários do Governo Lerner passaram a informação à imprensa). O próprio Lerner desmente que tenha recebido convite do PSDB, mas o registro na mídia enseja recordar que em 1995 Fernando Henrique (após a sua posse) já convidara Lerner para ingressar no PSDB. Um membro pessedebista da administração estadual (Omar Ackel) informa que, na época, Jaime Lerner achou que “não seria bom ele mudar de partido, passando apenas alguns meses da eleição”. Ocorre que Álvaro Dias – derrotado, em 1994, na eleição para Governador do Estado –, agora no comando do PSDB, não deu mostras de receber Lerner de braços abertos. Ambos se haviam confrontado na eleição de 1994, o que levou aliados do Governador a afirmarem que o maior obstáculo para o ingresso de Lerner no PSDB passou a ser a presença de Dias (a qual induzira José Richa e Euclides Scalco, importantes aliados de Lerner, a também se afastarem do partido). Outros indícios de incerteza surgiram ao se revelar que a cúpula do PFL já apostava na filiação de Jaime Lerner a esse outro partido da base parlamentar de FHC. (LERNER estuda..., 1997, p.1-13; MIGRAÇÃO..., 1997, p. 1-4).

Na continuidade, Jaime Lerner, aludindo ao PSDB, declara: “É um partido da social-democracia e tem afinidades com o meu partido.” Passando das palavras a fatos, o Governador do Paraná respondeu por uma surpresa, ao comparecer à posse de Álvaro Dias como Presidente da Telepar (o articulista foi enfático ao definir o ânimo de Lerner: “Louco para entrar no PSDB”). Da parte do Diretório Nacional do PDT, não faltou anunciar reunião para discutir o “comportamento infiel” de Jaime Lerner, por

sua propalada intenção de ingressar no PSDB. (LERNER diz..., 1997, p.1-5; HAJA..., 1997, p.1-4; LERNER..., 1997a, p.1-7).

Ocorre que o Diretório Regional do PSDB do Paraná, submetendo a votação o pedido de filiação de Jaime Lerner, foi contundente: nada menos do que 33 membros votaram contra e apenas 4 a favor. Aliados do Governador fizeram circular que iriam recorrer da decisão do órgão partidário que deliberou sobre a matéria. Quase ao mesmo tempo, informava-se que Leonel Brizola ainda manteve forte disposição de conversar com Lerner, acolhendo-o, em seu apartamento (Copacabana), durante uma reunião que durou quase três horas. Terminado o encontro, Lerner declarou: “Estou no partido (PDT), mas ninguém desconhece que estou vivendo um processo de reflexão.” O Presidente do PDT, por sua vez, sem aparecer ao lado de Lerner, foi considerado evasivo: “Ele [Lerner] declarou que está no partido, que não tem nenhum fato novo. E levantou a inquietação, que é nossa, com os rumos do nosso partido.” (LERNER..., 1997b, p.1-4; PARA..., 1997, p.1-5). O processo de reflexão no qual Lerner se dizia encontrar-se como que teve outro desdobramento: seu ingresso no PFL foi tratado em Lisboa, pelo Embaixador do Brasil, Jorge Bornhausen, presidente licenciado do partido, e pelo Presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães, cerca de quinze dias após o citado encontro, no Rio.⁶³

Dados referentes à pesquisa de opinião pública sobre o desempenho dos governos estaduais, aliados a outras informações, notadamente relativas à imagem do

⁶³Deve-se lembrar que o PFL – cuja aliança com o PSDB foi arquitetada desde a primeira eleição de Cardoso (1994) – resultara, em 1985, da dissidência do PDS, inicialmente denominada Frente Liberal. Tal Frente foi determinante da viabilidade do projeto de colocar um político civil como sucessor do último dos cinco generais-presidentes (1964-1985), mediante a coligação com o PMDB, com vistas à vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. No Paraná, o PFL fora estruturado sob o comando de Ney Braga. Dessa forma, o ingresso de Lerner, em 1997, no Partido então coligado com o PSDB, representa uma espécie de retorno à corrente política onde o próprio Lerner emergira, como tecnoburocrata, alçando-se por duas vezes ao cargo de Prefeito de Curitiba. Do ponto de vista político-ideológico, Jaime Lerner completou o desenho de um autêntico zig-zague em sua trajetória partidária, posto que o PFL (continuidade do PDS) situa-se, no espectro ideológico, em posição bem distanciada do discurso do PDT, rotulado por Leonel Brizola como expressão do “socialismo moreno”.

chefe do executivo paranaense, apontavam Jaime Lerner como político de alto prestígio popular, transferível aos seus correligionários (conforme se constatara nas eleições para Prefeito de Curitiba e das quase quatro centenas de chefes de executivos municipais no interior do Estado). Deixando um partido onde desencadeara sua série de vitórias eleitorais (PDT), e mesmo sendo alvo de rejeição pela seção estadual do PSDB, Lerner era objeto de desejo do PFL, um dos três maiores partidos brasileiros em âmbito nacional.

A negociação para filiar o Governador do Paraná e outros pededistas paranaenses ao PFL foi abordada pelo deputado Inocêncio de Oliveira, líder do partido na Câmara, o qual esmerilhou uma metáfora: “O PFL está mudando seu perfil, e ter o Lerner no partido equivale a um superdiamante.” (JAIME..., 1997, p.1-11). (Provavelmente, a alusão à mudança de perfil ficava por conta, pelo menos em parte, do fato de que Jaime Lerner, ao abandonar o “partido da social democracia trabalhista”, dera preferência à possibilidade de ingressar no PSDB, partido que, na condição de também intitular-se como social-democrata, teria “afinidades” ideológicas com o PDT.)

Depois desse registro (11.07), a *Folha de S. Paulo* entrevistou o próprio Jaime Lerner, referido como alguém que está arrumando as malas para deixar o PDT, após uma relação de 12 anos (na verdade, tal relação ocorreu entre 1983 e 1997; dever-se-ia falar, pois, em quase 14 anos). A entrevista terá sido facilitada por um “gancho”: Jaime Lerner fora citado pelo jornal *Los Angeles Time* (29.06.97) como uma personalidade de destaque mundial no período pós-Guerra Fria, em reportagem na qual são citadas outras nove pessoas (como o Vice-Presidente da Bolívia, Victor Cardenas, e o Primeiro Ministro da Rússia, Bóris Nemtov).

Provavelmente por causa do referido “gancho”, Lerner conseguiu afirmar: “Não vou fazer nenhum comentário político” (quando foi perguntado se se sentiria à vontade, no PFL, ao lado de personalidades como Antônio Carlos Magalhães e Gilberto Miranda). Mencionou, contudo, as complicações políticas maiores no Governo do Estado do que na Prefeitura de Curitiba, “quando se pertence a um partido pequeno, pois é preciso fazer muitas alianças; isso é complicado”.

Sobre a questão partidária (referindo-se ao fato de haver sido barrado na tentativa de entrar no PSDB), perorou: “Não criei nenhum fato novo. Estou sendo muito coerente com aquilo que tenho afirmado; resolvi dar um tempo, porque vi que toda essa especulação só me trouxe desgaste. (...) Então, não faço especulação. (...) Todos sabem, realmente, que estou dando um tempo. Mas não sinalizei nada.”

“Por que Lerner quer deixar o PDT?” O Governador não foi poupado dessa pergunta e, a seu turno, argumentou: “O PDT está numa condição muito difícil hoje para disputar o poder. As alianças estão mais difíceis. Eu consegui em todos esses anos levar o PDT numa condição de destaque e me eleger Governador graças a alianças. (...) Confesso que tive no PDT a liberdade de fazer as alianças, e foi graças a isso que me elegi.”

O repórter, mencionando que o Instituto Datafolha o colocou como o preferido do eleitorado curitibano para a Presidência da República, perguntou: “O sr. é candidato?” “Eu não vou falar sobre o meu futuro político” – foi como Lerner se recusou a responder. Quanto ao seu relacionamento com o Presidente Fernando Henrique, definiu-se: “(...) é bom. Sempre foi um relacionamento com respeito.” (LERNER afirma..., 1997, p. 1-4).

As informações veiculadas pela mídia tornavam a opção partidária de Jaime Lerner um clássico segredo de polichinelo, chegando-se a prever para agosto o seu ingresso no PFL, cuja idéia seria mostrar ao PSDB que o partido tem candidato à Presidência da República, pelo menos em condição *stand by*, caso a relação entre os dois partidos se deteriore.

Na verdade, só em agosto – prestando-se a notícia de primeira página da *Folha de S. Paulo* – aconteceu efetivo ou formal desligamento de Lerner do PDT, o qual declarou que foi precipitado por declarações de Leonel Brizola no sentido de que poderia disputar o Governo do Paraná, “como forma de enfrentar o Governador e tumultuar o processo eleitoral do Estado”. Em sua decisão, Lerner foi acompanhado por todos os secretários estaduais pertencentes à legenda, pelo Prefeito Cássio Taniguchi, pelo Vice-Prefeito Algaci Túlio, por 19 dos 25 secretários municipais filiados ao partido e por dez vereadores. (GOVERNADOR, 1997, p.1 e 4).

Ainda assim não foi desde logo anunciado para qual partido se daria a transferência. Rafael Grecca, Chefe da Casa Civil, até tornou explícito que a decisão somente sairia dentro de mais alguns dias. O PFL era indicado como a opção mais provável, recusando-se Grecca a adiantar que a propensão seria por partido mais à direita ou mais à esquerda do espectro político brasileiro. (DESTINO..., 1997, p.1-5). O fato repercutiu para além das colunas políticas, sendo exemplo que motivou crônica de Carlos Heitor Cony: “A bola da vez é o Governador do Paraná, Jaime Lerner, que está deixando o partido pelo qual foi eleito. Vai cair por gravidade no velho Arenão, levando de cambulhada a turma que o acompanha.” (CONY, 1997, p.2).

Somente no dia 27 Jaime Lerner confirmou que iria filiar-se ao PFL, ato este com data marcada – dia 02.09, consoante realmente ocorreu. (LERNER anuncia..., 1997, p. 1-6). Para o fato Lerner reservou este comentário-explicação: “O PFL tem um amplo espectro de ação entre os extremos da política em que se encaixam todos aqueles que desejam o avanço social. É deste lado que está o grupo que lidero.” Participaram da cerimônia de filiação: o Vice-presidente da República, Marco Maciel, o presidente interino do PFL, José Jorge, o líder do partido no Senado, Hugo Napoleão, o deputado Inocêncio de Oliveira, líder do PFL na Câmara dos Deputados, senadores, deputados, prefeitos e secretários de governo.⁶⁴ (GOVERNADOR esvazia..., 1997, p. 1-13). José Pedro Kunhavalic, que assinalou a falta de proximidade ideológica entre o PDT e Jaime Lerner, quando deixou o PDS de Ney Braga, comenta que o seu ingresso no PFL é um retorno ao “antigo leito”. (KUNHAVALIC, 1999, p. 206).

Pouco mais de três meses de se haver transformado em Governador pertencente às fileiras do PFL, Jaime Lerner passou a ser instado a justificar discrepâncias como a relativa às privatizações de empresas, ou, noutros termos, se ele não estaria descumprindo a cartilha liberal de seu novo partido: “Se o PFL quis a nossa

⁶⁴Na mesma edição em que foi estampada a notícia, colunista da *Folha* formulou comentário e aludiu a fatos correlacionados com o evento, de modo a acentuar que os tucanos paranaenses, atacando o Governador, davam início a mais uma disputa regional dos partidos da base parlamentar do Governo Cardoso. (ROSSI, 1997, p. 1-13).

visão, é porque ele a acha importante.” Por outro lado, o Secretário da Fazenda, a propósito da venda de ações da COPEL, enfatizou que o Estado arrecadara, em dois anos, mais de R\$ 900 milhões. Rebatendo acusações de opositoristas, Lerner nega que a venda das ações seja uma forma dissimulada de privatizar a COPEL: “Para você ter o controle acionário de uma empresa, não importa se você tem 92% ou 60% do capital dessa empresa” (o governo detinha 75%). Com respeito ao Banestado, além de haver apresentado ao Banco Central proposta para saneá-lo, o Governo do Estado – com buraco de R\$ 1,7 bilhão – considera a via da sua privatização. Em entrevista, Lerner diz que não vai atrás de modismos ou de dogmas e, sobre a COPEL, é taxativo: “não há por que mudar o controle acionário”. O repórter, de seu lado, questiona: “O senhor está filiado a um partido que defende em seu programa as privatizações. Não é contraditório?” Resposta: “Eu não acho contraditório. Eu uso as privatizações quando há interesse público.” Na seqüência, chegando ao termo da entrevista, foi formulada a pergunta: “É exagero então dizer que sua filiação ao PFL obedeceu a uma decisão muito mais pragmática do que ideológica?” Respondendo, Lerner discorre:

Todas as idéias, toda visão de mudança, eu carrego comigo. Se você analisar, os programas de partido são na grande maioria semelhantes. Eu me integrei ao PFL trazendo as contribuições que nós sempre demos, a nossa visão. Se o PFL quis a nossa visão, é porque ele acha importante, neste momento, acrescentar outras visões à sua. (LERNER não..., 1997, p.1-9).

Na verdade, a reversão de Jaime Lerner do PDT para outra posição ideológica (PFL) pode inserir-se num fenômeno de dimensões nacionais e até mais amplas. Um analista americano, focalizando justamente o que acontecia no Brasil na segunda metade dos anos 1990, observa: “partidos de centro-esquerda no Brasil, na Inglaterra, no Chile, na Espanha etc., têm se destacado por terem implementado o chamado ajuste estrutural (...). Esse fato (...) tem levado a uma crescente *crise de identidade* na social-democracia contemporânea”. (POWER, 1998, p. 80).

Por outro lado, com respeito à avaliação popular do Governo Jaime Lerner, o ano de 1997 começou com o Instituto Datafolha apontando (dezembro de 1996) excelente patamar de prestígio (dados mostrados e comentados na parte final da seção

anterior, 3.4: 70% de conceito *ótimo/bom* e apenas 7% relativos ao conceito *ruim/péssimo*). Na primeira avaliação do ano (junho/1997), a avaliação do mesmo Instituto começou a apresentar uma alteração do panorama, desfavorecendo o Governo Lerner, que ostentava 63% na soma de conceitos *ótimo* e *bom*. (DATAFOLHA, Avaliação do Governo Jaime..., 2000). No *ranking* referente à citada pesquisa de opinião pública, Jaime Lerner se posicionava em terceiro lugar, sendo superado apenas pelo Governador de Goiás, Maguito Vilela (PMDB), e por Tasso Gereissatti (PSDB), do Ceará. Comparativamente ao levantamento de indicadores de desempenho de seis meses atrás (dezembro de 1996), o Governo de Lerner chegou a ostentar declínio no itens *ótimo/bom*: (de 70% para 63%). Manteve praticamente inalterada, entretanto, a avaliação negativa: o item *ruim/péssimo* variou de 7% para 8%. Ao mesmo tempo, subiu de 21% para 27% a avaliação *regular*. Vale dizer, pois, que seis pontos percentuais dos sete subtraídos da avaliação *ótimo/bom* foram transferidos para o item *regular*. Confirmava-se, assim, elevado nível de avaliação positiva e baixo indicador de avaliação negativa, assegurando destacada posição no *ranking* de governadores do país.

Tendo-se chegado a dezembro, o Instituto Datafolha apresentou os resultados de suas pesquisas de opinião pública relativas aos governadores. Neles, o Governo Jaime Lerner declinava ainda mais de prestígio, relativamente a junho do mesmo ano: o conceito *ótimo/bom* caiu para 55% (oito pontos percentuais a menos). Também o aumento da avaliação negativa passou a apresentar variação algo significativa: 11% (contra 8% na pesquisa anterior).

Verifica-se, portanto, que no mesmo ano em que aconteceram a saída do PDT e o ingresso de Jaime Lerner no PFL, seu Governo começava a mostrar um já nítido processo de queda na aprovação popular.

3.6 LERNER: ENTROSADO NACIONALMENTE NA COLIGAÇÃO PRÓ-CARDOSO, REELEIÇÃO FACILITADA E QUEDA NO PRESTÍGIO POPULAR

Em 1998, ano em que Jaime Lerner viria a concorrer à reeleição, assinalava-se em janeiro como um fato relevante a referida queda de Lerner no *ranking* do Instituto Datafolha: de terceiro para quarto lugar (foi ultrapassado pelo Governador da Bahia, Paulo Souto, do PFL). “Mesmo com 6,6 de média e ainda com aprovação da maioria absoluta do eleitorado paranaense (55%), o Governador tem hoje sua taxa mais baixa de popularidade desde que o Datafolha pesquisa o desempenho dos governadores. Nos últimos seis meses, período em que trocou o PDT pelo PFL, o Governador do Paraná perdeu oito pontos percentuais na avaliação ótimo ou bom.” (GOVERNADOR de..., 1998, p.1-5).

Três fatores, reiteradamente focalizados pela mídia, terão contribuído para esse processo continuado de queda dos índices de aprovação do Governo Jaime Lerner: deterioração das contas do Governo do Paraná, concessões de favores para estimular investimentos industriais e ocupações de propriedades rurais. No mínimo, a ampla veiculação desses fatos pesam negativamente na imagem do Governo e do Governador, formada, em grande medida, pela veiculação na mídia e pelo uso dessa mesma veiculação por parte dos adversários políticos. No caso das contas públicas (em particular a superação do teto legal com os gastos de pessoal), a impraticabilidade do antigo processo de reajustes nominais sucessivos das remunerações dos servidores públicos acarreta descontentamentos de um amplo contingente de famílias.

Poucos dias após a divulgação da pesquisa do Instituto Datafolha (05.01.98), a deterioração das contas do Governo do Paraná era objeto de matéria do mesmo jornal, destacando que a Secretaria do Tesouro Nacional citava que o Estado gastava 74% de sua receita com o pagamento aos seus servidores. A condição financeira do Governo paranaense era examinada no Senado, tendo em vista a necessidade de aprovação de um empréstimo no exterior. O parecer daquele órgão do Ministério da

Fazenda colocaria em dúvida a capacidade de pagamento do Governo do Paraná para honrar os compromissos (o empréstimo era de US\$ 486 milhões).

Como havia saído do PDT e entrado no PFL com a promessa de ser bem tratado pelo Governo Federal – diz a mencionada matéria –, Lerner bombardeou o relatório. Em poucos dias chegou ao Senado uma carta do Ministro Pedro Malan (Fazenda) desdizendo o que havia afirmado o Tesouro. O empréstimo acabou sendo aprovado pelo Senado em 12 de dezembro. (DETERIORAÇÃO..., 1998, p. 2-6).

Entre os políticos da oposição, por outro lado, havia empenho em contestar os favores concedidos para estimular investimentos industriais no Paraná. O Deputado Estadual Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) entregou à *Folha* cópia do protocolo do acordo entre o Governo do Estado do Paraná e a Renault, montadora francesa. A empresa receberia empréstimo de US\$ 1,5 bilhão, valor cinco vezes maior do que o anunciado oficialmente: US\$ 296 milhões. (RENAULT..., 1998, p. 2-5).

Da parte do Governo do Estado também houve empenho em destacar aspectos positivos da sua atuação com vistas a atrair investimentos industriais, notadamente para a implantação do chamado pólo automotivo. Miguel Salomão, Secretário do Planejamento (e ex-Secretário da Fazenda, de janeiro de 1995 a maio de 1997) assinou artigo estampado no Caderno de Economia da *Folha de S. Paulo*, salientando que “a safra de novas indústrias automobilísticas no Brasil vai chegando ao fim. E, se a colheita foi generosa para o país, isso se deve à capacidade que alguns Estados tiveram de oferecer vantagens que completaram os benefícios fiscais oferecidos pelo Governo Federal.” (SALOMÃO, 1998a, p. 2-2).

Por outro lado, as mencionadas ocupações de propriedades rurais constituíam outro tema com repercussão nos órgãos da mídia nacional, sob diversos ângulos. Representante da UDR (União Democrática Ruralista) no noroeste do Paraná responsabilizou o Governador Jaime Lerner pela ação de agentes de segurança na desocupação da Fazenda Boa Sorte. No início de janeiro, proprietários rurais de Loanda e da região haviam passado ao Governador Jaime Lerner documento em que ele afirmava não admitir mais invasões, mas o assessor de imprensa da UDR acusava que o Governador outra vez se omitiu. Por outro lado, a assessoria de imprensa do

Governo sustentava que o Paraná é “o único Estado que tem dado respostas efetivas à questão da reforma agrária”. Um advogado da UDR citou outro evento (em Marilena), ressaltando que novas violências poderiam ocorrer. (UDR culpa..., 1998, p.1-8). Os conflitos se multiplicavam, a ponto de, em Nova Londrina, a juíza Rosicler Maria Miguel decretar a prisão preventiva do dono da empresa de segurança Depropar (Osnir Sanches). Segundo um advogado de proprietários de Nova Londrina, a ação de desocupação não pretendia a morte de um trabalhador sem-terra, classificando-a como um lamentável incidente. A direção do MST, a seu turno, pediu o afastamento do Secretário de Segurança Pública, Cândido Manoel Martins de Oliveira, que deveria deixar o cargo até o próximo dia 20. (JUÍZA..., 1998, p.1-6).

Em maio, o noticiário veiculado pelos órgãos da mídia focalizava que mais de mil agricultores do MST invadiram sete agências do Banestado, no Paraná, em protesto contra o atraso na liberação de recursos para assentamentos, por parte do Governo do Estado. O MST paranaense proclama que os trabalhadores só sairiam das dependências do banco se fossem recebidos pelo Governador Jaime Lerner. Já o assessor de imprensa da Secretaria da Agricultura informa que os recursos (Programa Paraná 12 Meses) não estavam sendo negados aos trabalhadores rurais, mas que, em função das regras pertinentes, só poderiam ser entregues aos conselhos municipais, formados para definir a sua aplicação (em 1998, seriam aplicados R\$ 137 milhões). (MST..., 1998, p. 1-4).

Consulta à opinião pública sobre os governadores de Estados realizada em junho pelo *Datafolha* ocorreu em plena campanha eleitoral para o Governo do Estado, quando a avaliação de Jaime Lerner ostentou melhoras nos itens *ótimo/bom* (57%) e *regular* (29%), permanecendo estável o conceito *ruim/péssimo* (11%). Na continuidade da campanha eleitoral (agosto de 1998), a avaliação *ótimo/bom* caiu para nível inferior ao de dezembro de 1997, situando-se em 52% (contra 55% no último mês de 1997). A desaprovação, contudo, não aumentou de modo significativo, ficando em 12%, ou seja, apenas um ponto percentual sobre as duas pesquisas anteriores. A perda de 3% na avaliação positiva, em relação a agosto de 1998, foi transferida em

parte para o conceito *regular* – subiu de 29% para 34%, ou seja, mais 2% –, e outra parcela, menor, para o conceito *ruim/péssimo* – subiu de 11% para 12%.

A tabela 2, a seguir, reúne todos os dados das pesquisas do Instituto Datafolha citados, de modo a facilitar a apreciação das tendências já verificadas – até o momento da campanha eleitoral de 1998 –, na avaliação do Governo Jaime Lerner: declínio dos índices de aprovação e aumentos nos conceitos *ruim/péssimo* e *regular*.

A queda foi quantitativamente expressiva, tendo, porém, significação relativa. A comparação se dava tomando por base, ou ponto de partida, um nível muito elevado de aprovação, conforme se disse inicialmente, de sorte que o novo patamar era ainda auspicioso. Por outro lado, no *ranking* dos governadores avaliados, Jaime Lerner se situou em segundo lugar. Tasso Gereissati (PSDB), do Ceará, passou da segunda para a primeira colocação. Na pesquisa anterior, o primeiro era Paulo Souto (PFL), Governador da Bahia, que deixou o cargo para se candidatar ao Senado.

TABELA 2 - ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIME LERNER - DEZEMBRO 1996/ AGOSTO 1998

MÊS/ANO	Em %		
	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo
Dezembro 1996	70	21	7
Junho 1997	63	27	8
Dezembro 1997	55	32	11
Junho 1998	57	29	11
Agosto 1998	52	34	12

FONTE: Datafolha

No mesmo mês de junho, tomava-se conhecimento de que o PFL, ao referendar o nome do Governador Jaime Lerner como candidato à reeleição, não teria deliberado em caráter definitivo a respeito das indicações dos candidatos a Vice-Governador e para o Senado, à espera de uma definição do PSDB. Consoante acordo preestabelecido entre o Governador e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, Álvaro Dias deixaria de concorrer ao Governo do Paraná, candidatando-se ao Senado. Nas seções paranaenses do PFL e do PTB, foram abertamente cogitadas as indicações de Paulo Pimentel (PFL) para candidato a Vice-Governador e de Emília Belinati (PTB) como candidata ao Senado

(LERNER espera..., 1998), mas prevaleciam os interesses eleitorais de Cardoso e de Lerner, ambos fortemente empenhados em se reeleger. Em consequência, Emília Belinati voltou, na condição de candidata a Vice-Governadora, a compor a chapa para o Poder Executivo estadual encabeçada por Jaime Lerner, candidato à reeleição. A coligação pró-Lerner deixou de apresentar candidato ao Senado, em troca da desistência de Álvaro Dias de também disputar o cargo de Governador, optando por candidatar-se a Senador. (LERNER espera..., 1998, p. 1-6). A inclusão de Emília Belinati determinava a soma de seus votos em favor de Jaime Lerner, repetindo a fórmula de 1994, quando foi estratégica para a vitória do ex-Prefeito de Curitiba beneficiar-se com o prestígio do clã Belinati no interior do Paraná, em especial na importante região de Londrina.⁶⁵ Lerner – claramente entrosado nacionalmente na coligação pró-Fernando Henrique Cardoso e especialmente beneficiado com a desistência de um forte concorrente – foi reeleito Governador já no primeiro turno. Álvaro Dias, a seu turno, alcançou tranqüila e folgada vitória na disputa pela vaga no Senado.

Há que se registrar, aqui, um episódio que marcou a campanha de Jaime Lerner à reeleição. Na seção 3.3 desta dissertação foi conferido o devido destaque, na “Proposta de Governo” da campanha eleitoral Jaime Lerner de 1994, ao *Anel de Integração*, e aqui cabe acrescentar que as concessionárias de rodovias iriam cobrar pedágio (contrapartida a investimentos e gastos com a conservação). No total, as seis

⁶⁵Na nota de rodapé 55, para evidenciar a potência eleitoral do clã Belinati, foi apresentada uma súmula das trajetórias de seus membros então já cumpridas (até 1994). Aqui se impõe dar continuidade, de modo a comprovar que a chapa Jaime Lerner-Emília Belinati realmente soma votos da capital e do interior do Estado. Antônio Casemiro Belinati, o chefe do clã, empenhando-se em 1996 em sua terceira disputa pelo cargo de Prefeito de Londrina, foi eleito, pelo PDT. Dois anos após, nas eleições de 1998, Emília Sales Belinati integrou a chapa vitoriosa à reeleição, encabeçada por Jaime Lerner (PFL). Desta feita, porém, Emília estava filiada ao PTB (porquanto que não acompanhara Lerner na transferência do PDT para o PFL, ocorrida em 1997). Um novo membro do clã Belinati também conseguiu, em 1998, expressivo êxito eleitoral, na disputa de vaga à Assembléia Legislativa do Estado: Antônio Carlos Sales Belinati (PSB), filho do casal Belinati. Antônio Carlos obteve 87.437 votos, a segunda maior votação dentre todos os candidatos (o mais votado foi o veteraníssimo Aníbal Khoury, com 108.573 votos, candidato do PFL). (Dados do TRE-PR). Por ocasião do pleito de 1998, Emília Sales Belinati (PTB) – inscrita na história política paranaense como a primeira mulher a alcançar o segundo mais elevado posto do Poder Executivo estadual – e seu filho, Antônio Carlos Sales Belinati (PSB) estavam distanciados partidariamente de Jaime Lerner (PFL).

concessionárias iriam investir em pouco mais de 2.000 quilômetros de rodovias (com pedágio) e fariam a manutenção de outros trechos (sem pedágio). Conforme ressaltou Carlos Marassi, em depoimento para esta dissertação, o Governo do Estado esperava causar impactos favoráveis, junto à opinião pública, com a maciça movimentação de máquinas pelo território paranaense. (MARASSI, 2001). Ocorre que no final de maio de 1998 – em plena campanha eleitoral – foi iniciada a cobrança do pedágio (seis meses após o início da vigência dos contratos, assinados a 27.11.97). (O Secretário dos Transportes, Deni Schwartz, em declaração para esta dissertação, confirmou o que fora então propalado: manifestara-se, junto ao Governador Jaime Lerner, contra a antecipação da cobrança, prevista para ser efetivada somente após doze meses da data do contrato. O momento político-eleitoral contra-indicava que se implementasse a cobrança antecipada. O Governador Lerner teria argumentado que não queria determinar a cobrança após as eleições, pois seria uma espécie de engodo, com objetivos eleitorais.) As reações dos usuários foram contrárias à cobrança, passando a ser capitalizadas pelos interessados na derrota dos candidatos situacionistas. O Senador Roberto Requião, adversário de Jaime Lerner na disputa eleitoral, consoante seu estilo, qualificou o pedágio como um “roubo”. Não tardou para que, a 15 de julho de 1998, Jaime Lerner, como Governador-candidato, tenha determinado a redução das tarifas em cerca de 50% (a redução foi efetivada mediante portaria da Secretaria dos Transportes/DER, determinando o mesmo percentual – Portaria n.º 375/98. A propósito dessa medida, Lerner garantiu que a redução não seria revista após as eleições de outubro daquele ano, posto que não se tratava de “demagogia” eleitoral. Ao lado da mesma matéria jornalística, Roberto Requião, na condição de candidato a Governador, pela coligação PMDB-PT-PDT, afirmava que Jaime Lerner não iria neutralizar as críticas à cobrança de pedágio e que o ato do Governador-candidato mostrava que os contratos seriam uma farsa. (GOVERNO..., 16.07.98).⁶⁶

⁶⁶Em janeiro de 2000, foi acatada a ação judicial apresentada pelas seis concessionárias, restabelecendo-se as tarifas de pedágio originalmente fixadas, acrescidas dos reajustes contratuais previstos (BACELAR FILHO et al., 1998).

Por outro lado, faltando aproximadamente quinze dias para a eleição, artigos de Jaime Lerner e de Roberto Requião foram estampados na seção *Tendências/Debates* da *Folha de S. Paulo*, cada um se apresentando como candidato a Governador. Lerner começa exaltando que, em seu governo, operou-se no Paraná uma grande transformação “ao atrair investimentos industriais de US\$ 15 bilhões, plantando aqui o segundo pólo automotivo do país”. Seu opositor faz justamente o oposto: diz que o projeto de desenvolvimento “ancorado em montadoras multinacionais de automóveis se desfaz”. Na verdade, o texto assinado por Jaime Lerner alude, com detalhes, a realizações de seu Governo e promete que “o Paraná dos próximos quatro anos aumentará em muito seu peso no cenário nacional”. (LERNER, 1998a, p.1-3). Roberto Requião, apoiando-se num anúncio de que a Renault iria reduzir em 20% a sua produção, refere-se a um projeto mirabolante, que teria aluído, e indaga: “E agora, o que resta da propaganda que prometia, enganosamente, que as montadoras iriam gerar 480 mil empregos? (...) E a produção de trigo, que se reduz de 6 milhões de toneladas para menos de 2 milhões?” (REQUIÃO, 1998a, p. 1-3).

Ficam patentes as dificuldades decorrentes do exercício da chefia do Poder Executivo estadual, assim como o fato de que, em vez de esperados tranqüilos ganhos de *marketing*, políticas como a voltada para a industrialização do Paraná podem resultar em efeitos contraproducentes à sustentação de uma boa imagem perante a opinião dos eleitores. Não faltam adversários capazes de esgrimir argumentos retórico-políticos visando a apresentar como negativas as medidas adotadas. As pesquisas de opinião pública mostravam queda no índice de aprovação do Governo Jaime Lerner.

No dia 6 de outubro, considerando Jaime Lerner virtualmente eleito Governador do Paraná, no caderno especial relativo aos pleitos eleitorais, matéria da *Folha* registra declaração do Governador-candidato no sentido de que o Paraná será cada vez mais um Estado de “vanguarda” do Brasil. Num discurso que se assinala como dirigido a todos os brasileiros, Lerner afirma que “o Paraná vai ser exemplo para o país em termos de soluções e de apontar caminhos”. Relativamente à crise fiscal iminente e à provável necessidade de corte orçamentário, o Governador sustenta que a solução será a

criação do Fundo de Previdência do Estado. (ESTADO..., 1998, p. esp.-12). Já no dia 15 de novembro, o Governador informa, pela mídia, a respeito de um conjunto de medidas que representam economia de R\$ 35 milhões mensais para o Tesouro estadual. (PR cortará..., 1998, p. 1-4).

Mesmo passadas as refregas das eleições, o Senador Requião e ex-candidato a Governador do Estado volta a insistir em críticas ao modelo adotado pelo Governo Lerner para atrair indústrias automobilísticas para o Paraná. Valeu-se como mote de artigo assinado por Jaime Lerner na seção da terceira página do primeiro caderno da *Folha de S. Paulo* a respeito da implantação da Renault no Paraná, no qual alude à inauguração do complexo industrial em São José dos Pinhais. Além de considerações genéricas sobre o poder transformador da industrialização paranaense, Lerner vai direto ao protocolo relativo à implantação da Renault no Paraná (há meses revelado).⁶⁷

Em artigo estampado na mesma seção do jornal, o ex-candidato a Governador e Senador Roberto Requião contesta o contido no primeiro artigo, assinado por Lerner. Requião arrola cifra e afirma que a soma ultrapassa US\$ 4 bilhões, no que se refere às vantagens concedidas à Renault. Cita informações constantes do balanço patrimonial da empresa, destacando notas que se referem a

⁶⁷No artigo, Jaime Lerner trata do protocolo, dizendo: “Não há desembolso, não há renúncia fiscal, não há nada desvantajoso para os brasileiros do Paraná e dos demais Estados na negociação com a Renault.

Em essência, a fórmula é complementar ao regime automotivo brasileiro. O Governo do Estado participa do projeto com 40% das ações da empresa, até o limite de U\$ 300 milhões, dinheiro ‘carimbado’, oriundo do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico) – instrumento existente há mais de 30 anos para fomentar a industrialização do Estado. Após sete anos, o Governo poderá vender suas ações, com isso auferindo lucros e fazendo o dinheiro retornar ao FDE. (...)

Os famigerados incentivos, todos rigorosamente dentro da lei, dizem respeito essencialmente à dilação do prazo de recolhimento do ICMS por quatro anos, com a devida correção monetária. Assim, o ICMS relativo ao primeiro mês de operação será recolhido no quadragésimo nono mês, com o imposto devido naquele mês; e assim sucessivamente, até sua total liquidação. É desse ICMS novo que se poderá destinar uma parte – e só uma parte – para financiar a ampliação da fábrica, até o limite de U\$ 1,5 bilhão, não significando nenhuma obrigação de chegar a esse montante e ressaltando sempre o mesmo mecanismo de retorno do dinheiro.

Trata-se de instrumento semelhante ao existente na maioria dos Estados”. (LERNER, 1998b, p. 1-3).

empréstimos do Estado à montadora, por dez anos, sem juros nem correção monetária, e a incentivos fiscais, mesmo antes da inauguração. Nas linhas finais, o artigo assinado por Requião diz: “Não há como se insurgir contra os fatos. Eles (...) atropelam a fantasia, o delírio e a mentira.” (REQUIÃO, 1998b, p. 1-3).

Dois dias após, foi a vez do Secretário de Planejamento do Paraná (Miguel Salomão) emprestar seu nome a um artigo da mesma seção da *Folha*, rebatendo diretamente o de Requião, mediante uma “versão correta dos fatos”, que Requião tenta reduzir a simples “mentiras”.⁶⁸

Em matéria já alusiva à eleição presidencial prevista para o final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (ainda sequer iniciado), articulista da *Folha* – fazendo levantamento das possibilidades – cuida do PSDB, do PT e do PMDB e, só depois,

⁶⁸Do artigo do Secretário de Planejamento convém destacar o seguinte:

“O Paraná não fez ‘doação insensata e criminosa’ de mais de US\$ 4 bilhões à Renault. A ‘prova’ mencionada por Requião (o balanço anual da empresa, publicado no ‘Diário Oficial’ do Paraná de 20.04.98) é a melhor peça de defesa do Governador Lerner.

Na nota explicativa número 10, citada pelo Senador, aparece claramente o valor dos empréstimos: ínfimos R\$ 3,317 milhões em 1997 e R\$ 5,453 milhões em 1996. Na nota 11, está claro que a dilação do prazo de recolhimento do ICMS, por 48 meses, sujeita-se a correção monetária; seu valor, expresso no balanço, é de ínfimos R\$ 13,036 milhões. Nada próximo dos bilhões afoitamente apontados, dos quais o balanço seria prova. (...)

a) No mesmo balanço, o capital integralizado total era de R\$ 186,27 milhões, cabendo 40% ao FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico), ou seja, R\$ 74,4 milhões. (...) No dia que o Presidente inaugurou (4/12), as subscrições somavam cerca de US\$ 140 milhões, menos da metade do teto programado (US\$ 300 milhões). Essas ações (...) representam muito menos que os R\$ 250 milhões desembolsados antecipadamente por outro Estado para atrair indústria de porte semelhante.

b) A dilação do prazo de recolhimento do ICMS, que Requião considera um ‘eufemismo’ para a renúncia fiscal, foi criada por ele mesmo, quando governava o Paraná, nos idos de 1992, ao regulamentar a Lei de Incentivos de 1991. (...) não é renúncia fiscal; não implica redução ou perdão do imposto.

Ele também sabe – como autor de lei autorizando empréstimos do Banestado corrigidos pelo valor do milho, sujeitos a juros negativos, cobertos pelo FDE – que o referido Fundo, desde 1967, pode emprestar recursos, com custo subsidiado, a projetos estratégicos para o desenvolvimento do Estado.

Toda vez que o Senador tenta atacar a política desenvolvimentista do Governador Jaime Lerner, acaba atirando no próprio pé – mesmo porque seu governo concedeu dilações de prazo para recolhimento de ICMS a um sem-número de grandes empresas, entre elas a Petrobrás, afetando diretamente a arrecadação no período do governo seguinte. Sua ‘carteira de dilações’ beirava os R\$ 100 milhões em 1994; nela não figurava nenhuma grande indústria automotiva que fosse capaz de mudar o perfil econômico do nosso Estado e permitisse resgatar nossa economia da eterna dependência dos centros mais dinâmicos do país.” (SALOMÃO, 1998b, p. 1-3).

menciona o PFL e, logo a seguir, Jaime Lerner, como alguém que “nem é parte do círculo que decide as políticas pefelistas nem tem nome nacional”. (ROSSI, 1998, p. 1-14).

Mesmo tendo sido reeleito, nas circunstâncias descritas, a projeção da imagem de Jaime Lerner na mídia nacional entrara, efetivamente, num processo desconfortavelmente descendente. Já no dia 29.12, o mesmo jornal comenta dados da pesquisa do Instituto Datafolha referente à avaliação dos governadores, de um modo comprovador de uma continuada deterioração, fenômeno avesso à possibilidade real de candidatura a Presidente da República. O Governo Jaime Lerner aparece como o terceiro colocado em termos de aprovação (57%), atrás de Tasso Gereissati (PSDB), do Ceará (72%), e de César Borges (PFL), da Bahia (62%). Os três têm em comum o fato de terem sido reeleitos e de apoiar o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Com respeito ao desempenho específico de Jaime Lerner, matéria complementar assinala que o Governador do Paraná, no *ranking* dos governadores, caiu do segundo para o terceiro lugar.

O ano de 1998 se encerra, portanto, para Lerner, com uma queda na avaliação popular de seu governo que não o impediu de ser reeleito já no primeiro turno, a exemplo de outros governadores e do Presidente da República, na primeira experiência brasileiro-republicana de aplicação da possibilidade legal de concorrer à reeleição, por parte dos ocupantes de chefias do Poder Executivo. Deve-se salientar, porém, que a eleição no primeiro turno foi nitidamente favorecida pela desistência de Álvaro Dias em concorrer e por sua concomitante opção por candidatar-se ao Senado, dentro dos interesses da campanha de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República.

CAPÍTULO 4

BUSCA DO PODER FEDERAL E AMEAÇAS AO PROJETO POLÍTICO DE LERNER

4.1 COMPLICAÇÕES MAIORES E TAREFA MAIS DIVERSIFICADA NO GOVERNO

Vale lembrar que em meados de 1997 – cumprida a primeira metade do primeiro mandato de Governador do Estado –, conforme foi aludido na seção 3.5, Jaime Lerner, respondendo a uma pergunta de jornalista, reconheceu que o Governo do Estado apresenta maiores complicações políticas do que a Prefeitura de Curitiba. Na verdade, a pergunta – que não focara os aspectos políticos – foi assim formulada: “É mais fácil administrar uma prefeitura do que um Estado?” Na íntegra, a resposta de Lerner se contém nos seguintes termos:

Administrar o Estado é mais trabalhoso porque as complicações políticas são maiores, principalmente quando se pertence a um partido pequeno, pois é preciso fazer muitas alianças, e isso é complicado.

Tive a sorte de ter uma equipe extraordinária. Estamos juntos há 25 anos. Até no momento em que deixei a Prefeitura, demos um jeito de ficar juntos.

Veja o resultado: essa equipe revela Rafael Grecca (ex-Prefeito de Curitiba), o Cássio Taniguchi (atual Prefeito de Curitiba) e tantos outros. Eu me sinto orgulhoso.

O Estado vive um momento muito bonito. A transformação econômica aconteceu. As indústrias recém assinaram os protocolos, estão começando a construir e a gerar emprego na construção.

A partir do próximo ano, vão começar a pipocar essas indústrias. Aí, o povo do Paraná vai ver com mais força o que é essa transformação. O que vai haver com a economia nesse Estado vai ser impressionante. (LERNER afirma..., 1997, p. 1-4).

O que as palavras de Jaime Lerner procuraram traduzir precisa ser bem apreciado. Vê-se que o entrevistado mencionou a sorte de contar com uma “equipe extraordinária”. Fica evidente, entretanto, que ele mesmo só mencionou dois nomes (Grecca e Taniguchi) e, ainda assim, na realidade ambos têm tido reduzida atuação no governo, conduzido de modo bastante pessoal. Lerner também discorreu sobre o surto de novas indústrias no Paraná, implicando tamanha mudança na economia paranaense,

a ponto de permitir um vaticínio para o ano seguinte (1998): “o povo do Paraná vai ver com mais força o que é essa transformação”. Noutros termos, frutos mais substanciosos ainda estariam por vir.

No tocante especificamente ao reconhecido maior volume de complicações políticas, Jaime Lerner se limitou a dar ênfase ao fato de pertencer a um partido pequeno, o que impõe a necessidade de fazer “muitas alianças”. (Ora, no multipartidarismo, as coligações tendem a ser a regra geral.) É importante frisar que Jaime Lerner começou a sua resposta com a afirmação de que “administrar o Estado é mais trabalhoso”, o que seria decorrente do fato de que as complicações políticas são de maior volume. O certo, contudo, é que a maior dificuldade política não está associada somente à multiplicidade de alianças. O dado real consiste em que, no leme do Estado, prevalece maior diversidade de problemas do que na Prefeitura, na qual Lerner lograra amplo reconhecimento público e, em conseqüência, nele apoiou a obtenção de reiterados êxitos eleitorais. A nova tarefa, notoriamente, caracteriza-se por sua bem mais pronunciada complexidade, a tal ponto que guarda maiores diferenças do que semelhanças com a outra (tomada para comparação). São tarefas tão distintas que, dificilmente, o êxito naquela que foi primeiramente realizada determinasse, de modo automático, êxito similar no desempenho da incumbência posteriormente assumida.

É verdade que, ao término do primeiro mandato como Governador do Estado, a vitória na reeleição poderia representar indício de que Lerner também estaria recebendo a aprovação da maioria (absoluta) dos eleitores. Ocorre, porém, que no pleito governamental houve nítida polarização, definindo-se dois concorrentes eleitoralmente expressivos: o próprio Governador Lerner e Roberto Requião. Em conseqüência, os eleitores estavam sendo instados a escolher entre dois candidatos, avaliando um deles como preferível. Vale dizer, pois, que não estava sendo feita uma consulta a fim de se obter, propriamente, resposta computável para um indicador de aprovação popular do governo de Lerner (essa avaliação entraria apenas como um dos elementos implícitos na decisão do voto neste ou naquele candidato).

De concreto, havia todo um contexto político, de tal sorte que a eleição no Paraná não ficava dissociada de outra, verificada simultaneamente: para a Presidência da República. Nesta também se estabelecera uma polarização, de modo que ao eleitor cabia optar entre o candidato situacionista (Cardoso, PSDB-PFL) e o opositorista (Lula, PT-PDT). No Paraná, a correspondência com o situacionismo federal ficou mais nítida na medida em que ocorreu o “acordo branco” entre Jaime Lerner (PFL) e Álvaro Dias (PSDB). Este deixou de concorrer ao governo, candidatando-se ao Senado, enquanto a coligação governista paranaense abriu mão de lançar candidato a essa Casa do Congresso.

Um bom exemplo ilustra a complexidade tanto estritamente política como gerencial-administrativa do exercício do cargo de Governador do Estado, comparativamente com o de Prefeito da capital: as tensões no meio rural. Tais tensões, além de serem motes reiterados dos atores e das facções opositoristas (notadamente do PT), põem em cena o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que tem mostrado inusitado poder de mobilização e de contestação à situação dos proprietários rurais e às autoridades, sejam federais, sejam estaduais. Os eventos “produzidos” pela ação do MST, ou a ela associados (inclusive aos contra-medidas dos proprietários e das autoridades policiais), são múltiplos e sua focalização na mídia recebem o benefício das repetições (estão aí disponíveis, afinal, técnicas da mídia eletrônica, como o videoteipe): ocupações e desocupações de propriedades rurais (despejos de trabalhadores, de suas mulheres e de seus filhos, contratações de empresas de segurança, pistoleiros, jagunços, violência policial (“preventiva” e “repressiva”), confrontos diretos entre sem-terra, policiais e agentes de segurança privados, assassinatos, críticas dos proprietários rurais contra o Governo do Estado, reclamando maior efetividade da ação policial (“preventiva” e “repressiva”) etc., etc., etc.

Decorridos relativamente poucos dias do segundo turno das eleições municipais de 2000, um dos jornais de maior influência no país, em suas colunas de opinião, reproduziu matéria que não se utilizou de meias medidas: “Tiãozinho é a décima sexta vítima do regime de terror implantado na zona rural do Paraná, desde

1995, sob o governo Jaime Lerner” – diz o famoso Frei Beto – escritor e “assessor de movimentos sociais” –, numa forma bem estudada para causar enorme impacto político-emocional. (FREI BETO, 2000, p.1-3).

Na abertura, Carlos Alberto Libânio Christo (o Frei Beto) mostrara-se didático: “Sebastião de Maia, conhecido por Tiãozinho, trabalhador rural sem terra, foi assassinado em Querência do Norte, noroeste do Paraná, na manhã do último dia 21. Menos de uma semana antes, ele havia sido despejado pela Polícia Militar da Fazenda Água da Prata, reocupada na madrugada de 20 para 21 de novembro.”

4.2 PDT ENCOLHE E PFL CRESCE, MAS INGRESSO DE LERNER AGORA TEM EFEITOS MENORES (1996/2000)

Na seção 3.4 foram apresentados resultados das eleições para Prefeito, no Paraná, de modo a evidenciar a influência do ingresso de Jaime Lerner no PDT em termos de crescimento do partido, no Estado, entre 1988 e 1996. Com os dados da tabela 2, mostrada antes, colocou-se em evidência os reflexos do ingresso de Jaime Lerner no PDT, que passou à posição de partido com o maior número de chefes de executivo municipais eleitos, superando o PMDB e o PSDB. Na tabela 3, adiante, são mostrados dados similares relativos às eleições municipais de 2000, em cotejo com os das eleições de 1996. Ocorre que, ao tempo das eleições de 2000, Lerner já não mais pertencia ao PDT, mas sim ao PFL paranaense. (Esta seção se apóia nos relatórios referentes aos resultados das eleições emitidos pelo TRE-PR e nas matérias do jornal *Gazeta do Povo* relativas ao primeiro e ao segundo turnos das eleições municipais no Paraná.)

Os mesmos dados da tabela 3 permitem completar a apreciação quantitativa, tendo em conta a mudança de partido, por parte de Jaime Lerner (1997), que saiu do PDT e ingressou no PFL. Em consequência dessa mudança, ocorreram duas variações de peso, com sinais invertidos. No caso do PDT, o número de prefeitos despencou de

111 para 18, significando redução de 84%. Já o PFL apresentou aumento de 36 para 80 prefeitos, equivalendo a expressivos 116% de acréscimo.

Em termos cumulativos, no período 1988-1996 o aumento do contingente de eleitos pelo PDT fora de nada menos que 344%, ao passo que, na eleição seguinte (2000), reverteu em termos de uma queda de 28%, relativamente a 1988, ano em que Jaime Lerner foi eleito Prefeito de Curitiba, pela seção paranaense do partido. Igual apreciação cumulativa com relação ao PFL resulta no seguinte: entre 1988 e 1996, ocorreu um modesto incremento de 3% (embora tenha havido declínio de 5% em 1988); a variação positiva se explica pelo fato de que em 1992 houvera aumento de 8%.

TABELA 3 - PREFEITOS ELEITOS SEGUNDO OS PARTIDOS - PARANÁ - 1996/2000

PARTIDOS	1996	2000 ⁽¹⁾	VARIÇÃO 2000/1996	
			Aumento (+)	Diminuição (-)
PMDB	74	73		(1)
PTB	54	40		(14)
PFL	37	80	43	
PDT	111	18		(93)
(PDS) PPB	35	28		(7)
PSDB	⁽¹⁾ 73	89	16	
PT	6	7	1	
Outros	9	64		
TOTAL	399	399	0	0

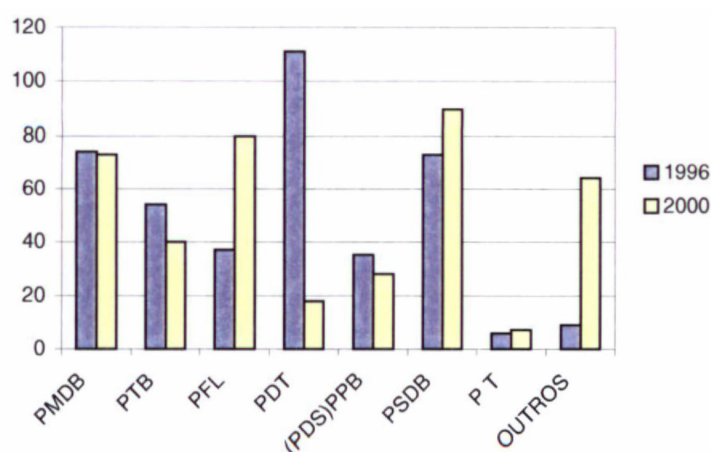
FONTE: TRE-PR

(1) *Gazeta do Povo*, 04/out./2000, p.12-15.

Inteiramente graças ao significativo salto entre 1996 e 2000, neste último ano, em relação ao ano-base (1988), o PFL aumentou seu número de prefeitos em 122% (posto que passou de 36 para 80). Esta marca o situa próximo do PSDB (líder, com 89) e na frente do PMDB (73).

Em resumo, ficara por demais clara a influência direta da filiação de Jaime Lerner ao PDT e agora se demonstra o efeito, em sentido contrário, da sua saída do partido. Por outro lado, ao mesmo tempo houve forte expansão do PFL com sua filiação (1997). O gráfico 2 consiste numa sugestiva ilustração dos dados referentes a 1996 e a 2000.

GRÁFICO 2 - PREFEITOS ELEITOS SEGUNDO OS PARTIDOS -
PARANÁ - 1996-2000



FONTE: Tabela 1

Não se pode deixar de qualificar, entretanto, os números apresentados, relevantes para atestar, num segundo momento, a interiorização do PFL sob a influência do prestígio e do comando político pessoal de Jaime Lerner, corroborando fenômeno similar que antes havia ocorrido com respeito ao PDT. Verifica-se a apreciável dimensão do fato de o partido, qualquer que seja, ocupar a chefia do Poder Executivo estadual (notadamente por intermédio de um ator político que saiba valer-se dos meios que a função lhe torna disponíveis). Torna-se imprescindível e importante, também, que o contexto político convalide a eficácia do manejo dos instrumentos utilizáveis na luta pelo poder. Max Weber, por sinal, faz colocações teóricas que aqui se mostra oportuno lembrar. Trata-se de consideração no tópico justamente concernente aos partidos e sua organização. Weber assinala a duplicidade de princípios internos básicos em que os partidos podem apoiar-se, de modo que, ou se caracterizam como organizações patrocinadoras de cargos ou como partidos ideológicos. No exame concreto das eleições municipais paranaenses, verifica-se o funcionamento, de forma predominante, do primeiro modelo de partidos (patrocinadores de cargos). Seu objetivo “consiste simplesmente em levar seus chefes por meio de eleições ao lugar de dirigente, para que estes distribuam logo os cargos estatais entre seu séquito, ou seja, entre o aparato burocrático e de propaganda do partido”. (WEBER, 1997, p. 1.078).

No Paraná, nas eleições municipais de outubro-novembro de 2000 ocorreram, por igual, mudanças no panorama estadual perceptíveis quando se atenta, particularmente, para os mais importantes centros urbanos.

Não só os candidatos do PFL como dos partidos e forças agregadas pelo Governo Jaime Lerner perderam as eleições para prefeito de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Nos três casos, foram vencedores candidatos do PT. O caso de Londrina tem significações mais densas. Antônio Casemiro Belinati em 1996 se elegera Prefeito daquele maior e mais importante município do interior paranaense pelo PDT, perfeitamente integrado no *lernismo*. A eleição de Jaime Lerner a Governador do Paraná, em 1994, foi marcada pelo decisivo apoio do clã Belinati, na medida em que se somaram votos da capital e do interior, onde o ex-Prefeito de Curitiba não evidenciava tão ponderável penetração. Anteriormente já foram apresentados dados demonstrativos do peso eleitoral do referido clã, cuja força eleitoral em Londrina tem origem, algo remota, na eleição de Antônio Casemiro Belinati a Vereador, naquele município, já em 1968. Ocorre que antes de poder confirmar sua participação no pleito municipal de 2000, candidatando-se à reeleição, o prestígio de Antônio Casemiro entrou em acachapante reversão, a ponto de, sob acusações de mau uso de recursos da Prefeitura, ser afastado do cargo e encontrar-se com as contas do município sob apuração técnica por parte do Tribunal de Contas. Quanto ao anterior prestígio e à correspondente força eleitoral do clã Belinati, foram antes referidos dados que resumem os desempenhos de quatro dos seus membros. Em 1998, emergiu no contexto político paranaense o mais novo deles: Antônio Carlos Sales Belinati, filho do casal Belinati. Em que pese sua juventude, Antônio Carlos se elegeu Deputado Estadual com mais de 80 mil votos, votação esta somente superada por Aníbal Khoury, decano da Assembléia Legislativa do Paraná.

Em acréscimo, a reeleição de Cássio Taniguchi (PFL), em Curitiba, só se tornou possível no segundo turno, etapa decidida por margem muito estreita de votos. Em função do fato de que as forças oposicionistas se congregaram, apresentando-se aos eleitores como opção global polarizada, em confronto com o situacionismo

pefelista e lernista, praticamente houve um “empate técnico”. O desempenho de Cássio Taniguchi, mesmo dispondo dos “recursos” eleitorais de quem se encontrava à frente da Prefeitura de Curitiba, ficou muitos pontos abaixo daquela relativamente folgada maioria absoluta do primeiro turno da eleição de 1996.

Numa visão de conjunto, e conferindo o devido peso aos centros urbanos mais importantes, verifica-se que o desempenho lernista (momentaneamente pefelista) evidencia também uma contribuição bem menos significativa que aquela que beneficiara o PDT paranaense, expressa nos êxitos e nas votações apresentados até os dois pleitos imediatamente anteriores (1996 e 1998).

Na verdade, nos pleitos municipais de outubro-novembro de 2000 houve um aumento dos sufrágios recebidos pelos candidatos do PT nos maiores centros urbanos paranaenses, fenômeno que não é, obviamente, avaliável pelo incremento do número de prefeitos eleitos, no qual preponderam os médios e pequenos municípios.

Com respeito à variação positiva do número de prefeitos eleitos no Paraná, torna-se suficiente destacar apenas um dado significativo: entre 1988 e 2000 o número de prefeitos do PT aumentou em 250% (superando amplamente o PFL; ocorre que o PT ostenta escala bem inferior à do PFL, não se mostrando pertinente comparar os respectivos percentuais).

Além dessa rápida qualificação dos números relativos aos resultados das eleições para prefeitos em todo o Paraná, torna-se relevante também associá-los às informações utilizadas na seção 3.6, onde dados de pesquisa de opinião pública (dezembro de 1996 a agosto de 1998) mostraram um incipiente declínio dos índices de aprovação do Governo Jaime Lerner, em contraste com os indicadores precedentes (notadamente os relativos a dezembro de 1996).

Os resultados das eleições municipais de outubro-novembro, em certo sentido, foram ambivalentes: de um lado, numa visão geral, a presença de Jaime Lerner determinou crescimento do PFL (em detrimento do PDT), mas, doutro lado, ocorreram vitórias significativas do PT, nos três principais centros urbanos do interior, registrando-se,

ainda, uma ameaça de vitória de candidato do PT em Curitiba, onde o pleito, diferentemente das três disputas anteriores, foi decidido por estreita margem de votos.⁶⁹

Esse desempenho do PT é um dado novo da política paranaense contemporânea: se não representa estritamente um significativo fortalecimento do partido, enquanto segmento da esquerda no espectro político-ideológico, atesta que tal segmento passou a ser bem mais assimilado (ou assimilado em maior grau) pela população e pelo eleitorado. Indicações menos favoráveis suscitadas pelas pesquisas de opinião pública relativas à avaliação do desempenho do Governo estadual ajudavam a compor um quadro não tão alvissareiro, ou, noutros termos, frontalmente discrepante daquele associado à atuação de Jaime Lerner (e de Rafael Grecca) como Prefeito de Curitiba.

Por outro lado, conforme o rumor das vozes expressas pelas urnas eleitorais, o PT paranaense pelo menos em parte “substituiu” os discursos de Álvaro Dias (PSDB) e de Roberto Requião (PMDB), cujos candidatos foram superados pelo do PT. Restou a esses dois calejados políticos apoiar o candidato petista no segundo turno, como meio para empalidecer a vitória do situacionismo lernista, desiderato este conseguido com a estreita margem de vantagem na reeleição do Prefeito Taniguchi, cuja ação gerencial-administrativa dá sinais de receber aprovação de ampla faixa dos eleitores curitibanos. Com referência à “substituição” de Requião (e de seu discurso) pelo PT, em particular, deve-se assinalar que ele, no antigo MDB, encarnara a figura de um dos líderes das tendências mais à esquerda, tendo desenvolvido ostensiva atuação junto aos segmentos de menor poder aquisitivo da população curitibana, inclusive favelados.

⁶⁹Em seções anteriores, já havia sido evidenciada incipiente queda nos índices de aprovação do Governo Jaime Lerner (dados do Datafolha). O panorama então desenhado não impediu, entretanto, que Jaime Lerner conseguisse ser reeleito Governador do Estado no primeiro turno.

4.3 SEGUNDO GOVERNO CONFIRMA A QUEDA NA APROVAÇÃO POPULAR (1999/2000)

Revela-se como da maior importância aqui continuar acompanhando os resultados das pesquisas de opinião pública do Paraná, conduzidas pelo Instituto Datafolha, subseqüentes à de agosto de 1988 – focalizada na seção 3.6 –, até a mais recente delas (dezembro de 2000). A referida série de pesquisas oferece elementos objetivos concernentes à avaliação popular relativa ao desempenho do Governo Jaime Lerner, após a eleição de outubro de 1998. No momento daquele embate eleitoral, já podiam ser constatados claros sinais de declínio do prestígio popular da administração Jaime Lerner. Ocorre que, conforme foi assinalado, o nível anterior de aprovação era significativamente alto, de tal modo que, mesmo com a queda do prestígio, Lerner alcançou expressivo êxito, ao reeleger-se no primeiro turno.

A primeira referência há de ser à consulta de dezembro de 1998, mês imediatamente anterior ao do início do segundo mandato de Lerner, em razão do que representa a base específica para apreciar o novo período de governo. Naquele mês, representativo de momento bem próximo e subseqüente às eleições na pesquisa do Instituto Datafolha, chegou a haver até certa oscilação positiva do conceito *ótimo/bom* – de 52% para 57%. Acontece, entretanto, que, paralelamente, comprova-se haver continuado a aumentar o índice de desaprovação, alcançando o conceito *ruim/péssimo*, o até então pior nível, posto que se elevou de 12% para 16% (aumento de quatro pontos). Outra oscilação reforça a queda do prestígio do Governo Jaime Lerner: a perda de nove pontos percentuais no conceito *regular* (declinou de 34% para 25%).

Importa salientar que o citado nível recorde de desaprovação popular (16%) se apresenta como mais do que duas vezes superior ao do primeiro resultado: 7%, em dezembro de 1996. A avaliação ora focalizada – de dezembro de 1998 – apresentava, pois, novos patamares, a serem tomados como referências, a fim de que se possa considerar especificamente o segundo Governo Jaime Lerner (1999-2000). (Retrospectivamente, é importante também frisar que a queda dos indicadores de

aprovação do Governo Jaime Lerner, iniciada em junho/1997, apresentou continuidade até o mês que antecedeu, imediatamente, o início do segundo mandato de Jaime Lerner – dezembro de 1998).

A pesquisa imediatamente seguinte (Instituto Datafolha, junho de 1999) evidencia a piora nos patamares de avaliação popular do Governo Lerner: o índice *ótimo/bom* apresentou nova queda (de 57% para 52%), ao tempo em que se elevou o conceito *ruim/péssimo* (de 16% para 19%). Daí em diante, a deterioração se mostrou continuada (dezembro de 1999, junho e dezembro de 2000). As variações dos três itens, nas duas últimas pesquisas semestrais, são bem significativas: *ótimo/bom* (queda de 52% para 35%), tendo a diferença/declínio (17%) se deslocado para *ruim/péssimo* (aumento de 19% para 31%, equivalente a 12%) e *regular* (aumento de 26% para 31%, correspondentes a 5%).

Deve-se notar que as dez avaliações de governadores realizadas pelo Datafolha (nove estados e mais o Distrito Federal) indicam declínio dos índices de aprovação em relação a junho de 2000. Ocorre que, no tocante a Jaime Lerner, a queda vem sendo continuada e bem mais acentuada: de um nível consideravelmente elevado (dezembro de 1996), o Governo Jaime Lerner declinou para o sétimo no *ranking* dos governadores avaliados, recebendo o conceito 5,3, consoante a tabela organizada pelo Instituto. Nos dois primeiros lugares situam-se Tasso Gereissati (Ceará) e Anthony Garotinho (Rio de Janeiro), com índices 7,2 e 7,1, respectivamente.

Impõe-se comparar com o nível mais elevado do índice de avaliação do Governo Jaime Lerner, em dezembro de 1996: o conceito *ótimo/bom* se situara em 70%, ao passo que o de Tasso Gereissati chegou a alcançar níveis similares (71% e 72%). Já o nível máximo de Anthony Garotinho ficou em 68%. Os índices desses dois governadores, em dezembro de 2000, foram, respectivamente, 61% e 60%, ao tempo em que o do Governo Jaime Lerner caiu para 35% – representando, realmente, declínio muito mais significativo e patamares acentuadamente mais baixos.

A tabela 4, a seguir, reúne os percentuais das avaliações do Governo Jaime Lerner entre dezembro de 1998 e dezembro de 2000, de modo a ficar claro que o segundo mandato confirma uma queda bem mais pronunciada da sua aprovação popular.

TABELA 4 - ÍNDICES DE AVALIAÇÃO DO GOVERNO JAIME LERNER: DEZEMBRO 1996/AGOSTO 1998

MÊS/ANO	Em %		
	Ótimo/Bom	Regular	Ruim/Péssimo
Dezembro 1998	57	25	16
Junho 1999	52	26	19
Dezembro 1999	46	30	22
Junho 2000	44	27	27
Dezembro 2000	35	31	31

FONTE: Datafolha

4.4 DEPOIS DO POSTO MÁXIMO NO PARANÁ, LERNER VOLTA-SE AO PODER FEDERAL

Conforme se relatou, o número de êxitos eleitorais sucessivos do grupo Lerner, no Paraná, no tocante ao Poder Executivo, sobe para seis: o próprio Lerner foi eleito em 1988 (Prefeito de Curitiba) e em 1994 e 1998 (Governador do Estado); três outras vitórias foram alcançadas para a Prefeitura de Curitiba: Rafael Grecca (1992) e Cássio Taniguchi (1996 e 2000).⁷⁰ Cabe frisar que o êxito já conquistado, especialmente para os políticos, é o melhor caminho, ou a melhor chave, para a obtenção de êxitos subseqüentes. C. Wright Mills, em sua clássica e alentada obra referente a elite e poder, discorre explicitamente a respeito da “natureza cumulativa do

⁷⁰Na seção 3.4, também foram documentados resultados favoráveis – para todo o Paraná, em nível municipal –, alcançados por candidatos a Prefeito do PDT, em função, em boa medida, da presença de Jaime Lerner na seção paranaense desse partido. Trata-se de um feito sem dúvida inédito na política paranaense contemporânea. Acresce que Rafael Grecca também foi eleito Vereador em Curitiba (1982, PDS) e para a Assembléia Legislativa (1986 e 1990, PDT) e para a Câmara dos Deputados (1998, PFL). Esta última vitória, somada à condição de correligionário com vínculo muito estreito com Lerner, credenciou Grecca a assumir o Ministério do Esporte e Turismo (janeiro de 1999). Foi a primeira ascensão de um integrante do grupo político mais próximo de Jaime Lerner ao Ministério da República.

poder”. E, logo a seguir, acrescenta: “Como a riqueza e o poder, o prestígio é cumulativo.” (MILLS, 1981, p. 19).

Focalizando a presente dissertação a trajetória política de Jaime Lerner até os dias atuais, um fato se destaca: a acentuada queda do percentual de aprovação do seu governo, no último ano. Apesar dessa intensificação e do baixo patamar alcançado (declinou de 70% para 35%), tal queda de prestígio não significa que sua liderança tenha deixado de situar-se entre as mais relevantes do Paraná contemporâneo. Configura-se, contudo, uma ameaça ao seu projeto político – consistente, em última análise, na perpetuação no poder. Seu prestígio popular – seu capital como líder político – tem-se mantido em curva descendente. A simples possibilidade de que esse fenômeno continue por si só engendra maus presságios, mas não se oferece para o líder – e para o político profissional – senão prosseguir na luta pelo poder, inapelável e desafiadora. Não faltam adversários influentes, desejosos de vencê-lo e que também estão, quotidianamente, preparando-se para tal.

O derradeiro grande lance de Lerner no ano 2000 foi em favor de candidatos de seu partido nas eleições municipais de outubro-novembro. Pouco menos de dois meses após aquelas eleições, o imperativo de prosseguir na luta política induziu Jaime Lerner a movimentar-se. Em articulação com o Presidente de seu partido, Senador Jorge Bornhausen, e levando em conta o término do seu atual mandato em 2002, Lerner começou a preparar o início – a 12.01.2001 – de campanha nacional como pré-candidato do PFL a Presidente da República (eleição em outubro de 2002). Sem qualquer demora, pois, o ator começou a movimentar-se tendo em vista que, naquele ano, além da eleição para Presidente da República, no âmbito de cada Estado também ocorrerão disputas para Governador, para o Senado (duas vagas), para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa. Jaime Lerner continua, portanto, em busca de nova afirmação de sua liderança política, numa arena em que os desafios são incessantemente reiterados.

Ocorre que a ascensão de Lerner à chefia do Poder Executivo paranaense remanesce no âmbito de um (sub)poder estadual. O poder político, em seu sentido

pleno, é aquele relativo à soberania da sociedade global (Estado-nação); em consequência, o grande alvo dos atores políticos individuais e dos partidos consiste na conquista da Presidência da República, cúpula do poder político nacional. Assim, em vista do fato de Jaime Lerner haver alcançado a posição mais alta no Paraná, afigura-se um tanto natural que, nos últimos quarenta e cinco dias de 2000, tenha ele tornado pública a sua intenção de iniciar campanha como pré-candidato a Presidente da República. Desde meados de novembro de 2000, veículos da mídia – do Paraná, sobretudo, mas também do Rio de Janeiro e de São Paulo – passaram a divulgar que o primeiro ato da campanha de Lerner como pré-candidato do PFL a Presidente seria um encontro de lideranças do partido em Recife, prevista para 12.01.2001. (LERNER sai..., 2000, p. A-8). Tal encontro realmente ocorreu, na data aprazada, e – também conforme fora previsto – Jaime Lerner fez palestra para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, tendo por tema a importância das cidades para o avanço do país. A *Gazeta do Povo*, de longe o jornal de maior circulação no Paraná, noticiou o evento em matéria que recebeu a principal manchete da primeira página: “PFL coloca Lerner como candidato a Presidente.” (PFL..., 2001, p. 1 e 26).⁷¹

Trata-se de disposição de dar continuidade à luta competitivo-eleitoral, orientando-a para o mais alto cargo do Poder Executivo federal. Acontece, entretanto, que a candidatura a Presidente não passa de uma hipótese, cuja realização, nas circunstâncias de 2000 e 2001, apresenta-se com reduzida possibilidade de confirmar-se. Não é nada improvável, portanto, que Lerner não venha a ser efetivamente escolhido, pelo PFL, nem mesmo para seu candidato a Vice-Presidente.

⁷¹A *Gazeta do Povo* pertence à mesma rede de comunicação social da TV Paranaense (Canal 12), emissora de Curitiba filiada à Rede Globo. Segundo a pesquisa *Retrato Curitiba – Século XXI*, realizada pela Diferencial Pesquisa de Mercado, cujos resultados foram divulgados em suplemento especial da *Gazeta do Povo* nos dias 29.03 e 5, 12 e 19.04.2001, o referido jornal aparece com 76% na preferência da população de Curitiba, seguindo-se *Tribuna do Paraná* (12%), *O Estado do Paraná* (3%), *Folha de S. Paulo* (2%), *O Estado de São Paulo* (1%) e outros (5%). Na mesma pesquisa, a Rede Globo aparece com 71% da preferência, secundada, de longe, pelo SBT (14%). (VOCÊ é o que consome. Como gastamos?, Curitiba, n. 2, p. 8-9, 5 maio 2001. Suplemento Especial da *Gazeta do Povo*).

Um desenho natural poderá ser, então, a candidatura de Jaime Lerner a uma das duas vagas ao Senado, pelo Paraná. Uma delas está ocupada por representante do PMDB e a outra por representante do PSDB. Estar-se-á, sob outra forma, confirmando a caracterização de Jaime Lerner como político que pretende inserir-se, abertamente, nas disputas relacionadas com o poder federal. Seria a primeira vez que Lerner disputaria eleição para o Poder Legislativo, ramo por onde costumam transitar os políticos nos intervalos entre uma e outra investidura no Poder Executivo. Por outro lado, na ocorrência de resultado desfavorável no pleito de 2002, tende ele a ser, compensatoriamente, aspirante e/ou candidato a algum cargo no Governo Federal, de Ministro ou outro de nível assemelhado.

Sempre é válido, em vista da preferência a lidar com dados objetivos no que concerne aos processos políticos, verificar números de pesquisas de opinião a respeito de possíveis ou prováveis candidatos para os pleitos de outubro de 2002, apesar da antecipação de mais de um ano relativamente àquele evento. As sondagens servem, contudo, como indícios de como se encontram, no momento da consulta, o prestígio popular dos atores políticos mais em evidência. A 10 de abril de 2001 foram divulgados dados de pesquisa do Instituto Paraná Pesquisas, referentes a determinados nomes cogitados como prováveis candidatos a Governador do Paraná. Eis os resultados: Álvaro Dias (PSDB) 39,12%, Roberto Requião (PMDB) 26,8%, Ângelo Vanhoni (PT) 10,9%, Rafael Grecca (PFL) 7,32%, Beto Richa (PTB) 2,72% e Rubens Bueno (PPS) 2,32% (ÁLVARO..., 2001p.11). No dia seguinte, foram dados a público números de uma pesquisa similar realizada pelo Instituto Experience, a saber: Álvaro Dias 39,0% e Roberto Requião 37,0%. Num suposto segundo turno, Roberto Requião teria 51% dos votos e Grecca 16,0%. Para o Senado, foi feita consulta considerando como candidatos Roberto Requião e Jaime Lerner, tendo o primeiro sido contemplado com 49% das preferências dos eleitores consultados e o segundo com 25%. (PESQUISA..., 2001, p.1 e 4).

4.5 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: PROJETO OU SONHO?

Ocorre que os políticos que almejam e conseguem chegar ao cargo de Governador de seu Estado – aí incluídos sobretudo os que obtiveram maior soma de êxitos, tais como Ney Braga e Jaime Lerner – não estancam nessa conquista as suas ambições de poder; na seqüência, almejam candidatar-se a Presidente da República. No momento, esse está sendo justamente o caso de Jaime Lerner, conforme se viu, particularmente, na seção precedente.

Fazem-se, em consequência, cogitações concernentes a novas conquistas, revestidas, por conseguinte, do sentido próprio de *projeto*, posto que se definem metas a serem alcançadas mais à frente. Deve-se notar, entretanto, algo um tanto óbvio: o coeficiente de “voluntarismo” de Jaime Lerner fica exposto ao império de fatores circunstanciais, os quais, tantas vezes, fogem não só do seu controle pessoal como até mesmo de seu partido.

Há que se lembrar que prevalece a “racionalidade” da exigência de maioria absoluta, a qual, em vez de situar positivamente a tática do fracionamento como favorecedora do êxito colimado, na disputa eleitoral, pode redundar em prejuízo. Assim, a viabilidade de qualquer projeto antes pode em muito ser favorecida pelo potencial de aglutinação de forças.

O atual partido de Jaime Lerner, nas duas últimas campanhas eleitorais para a Presidência da República, exercitou uma coalizão com o PSDB, que encabeçou uma chapa invariavelmente coadjuvada pelo PFL, tendo em vista o sensível protagonismo do candidato a Presidente. Não permitindo a legislação a possibilidade de o mesmo candidato concorrer pela terceira vez, ao menos teoricamente o caminho ficaria menos inóspito para o PFL tentar inverter as posições, na chapa presidencial. Os “presidenciáveis” do PSDB, entretanto, naturalmente não se mostram pressurosos em abrir mão do que seria uma posição antes já alcançada.

Se Jaime Lerner realmente alimenta a veleidade de vir a ser o escolhido como candidato a Presidente da República – não só do PFL como também de uma

coligação em que pelo menos entre o PSDB –, dois testemunhos devem aqui ser relatados, ambos constantes. Em vista de não serem recentes, sinalizam para uma idéia que o passar do tempo deve vir amadurecendo. O primeiro deles é do próprio Jaime Lerner: consta da mesma entrevista-depoimento de setembro de 1996, antes já citada. Um dos entrevistadores, não usando de meias-palavras e preferindo ser direto, indagou: “O Jaime Lerner será candidato a Presidente da República?” Sua resposta foi clara, embora não tão direta ou incisiva:

Fazendo bem a tarefa de Prefeito, acho que me qualifiquei para o Governo do Estado, mas não pensava naquela época em ser Governador. Fazendo bem a tarefa de Governador, e se isso me qualificar, e se as transformações que acontecerão no Paraná forem um exemplo para o país, como eu tenho certeza que serão, com toda a certeza o Paraná será chamado a desempenhar um papel fundamental no futuro do país. Se eu for esse instrumento pela ação que estiver fazendo, vou pensar no momento certo nesse tipo de decisão. (FARIA e SEBASTIANI, 1997, p. 335).

Por outro lado, Álvaro Dias, também em entrevista-depoimento integrante da série envolvendo políticos que chegaram a Governador do Paraná, foi instado a responder à pergunta: “O Paraná nunca teve um Presidente na história da República. O Governador Jaime Lerner pretende ser o primeiro. Se essa vontade se consolidar, e o nome Jaime Lerner for colocado diante do eleitorado brasileiro em 98, o político Álvaro Dias o apoiaria?” A resposta não precisa aqui ser reproduzida extensivamente, sendo suficiente o seu preâmbulo: “Em primeiro lugar eu preciso dizer que todos os que chegaram ao Palácio Iguazu desejaram ser Presidente, sem exceção. Todos alimentaram esse mesmo desejo, essa esperança.” (SEBASTIANI, 1997, p. 225).⁷²

⁷²A propósito da declaração de Álvaro Dias a respeito da aspiração dos ocupantes do Palácio Iguazu de chegar à Presidência, deve-se assinalar que José Richa, em depoimento prestado noutro projeto de história oral da política paranaense contemporânea, alude à pretensão do próprio Álvaro Dias de se candidatar a Presidente da República, em 1989. Segundo Richa, Álvaro se considerava “o verdadeiro Collor”, na medida em que efetivamente conduzia uma política com foros de moralização no trato dos negócios públicos. A referência a Collor é uma alusão óbvia aos *slogans* eleitoralmente bem-sucedidos do ex-Governador de Alagoas. (RICHA, [1992?]).

Resta saber qual é a distância entre o *querer* e o *poder*. A coalizão PSDB-PFL, por duas vezes consecutivas vitoriosas, ostenta ares de perda de vitalidade, em parte devida a desgastes que a própria convivência se encarrega de produzir. Acresce que nenhum nome até agora surgiu, em qualquer das duas bandas, para substituir o peso eleitoral do atual Presidente da República. Para Jaime Lerner apresentam-se, desfavoravelmente, resistências a uma inversão de papéis, significando recuo do PSDB e avanço do PFL.

Dessa forma, ao invés de um projeto, o alvo da Presidência da República para Jaime Lerner, nas circunstâncias de 2001, pode não passar de um sonho, ora ainda sustentado ao puro embalo dos tempos já idos e vividos dos altos índices de aprovação popular, não só em pesquisas de opinião pública mas sobretudo em vitórias eleitorais que, ininterruptas, poderiam induzir à naturalidade da curva ascensional.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DA TRAJETÓRIA E DA LIDERANÇA DE JAIME LERNER, NO SEU CONTEXTO

5.1 LIDERANÇA, PERSONALISMO, BUROCRACIA ESTATAL E PARTIDOS

O objetivo deste capítulo consiste em analisar os momentos mais significativos da trajetória política e as características mais relevantes do papel de líder desempenhado por Jaime Lerner, no respectivo contexto. A análise agora iniciada se apóia, pois, tanto na fundamentação teórica apresentada na Introdução como nos elementos empírico-históricos que retratam, no essencial, a trajetória cumprida pelo ator e o seu entorno, mostrados nos capítulos anteriores.

Com respeito aos fundamentos teóricos, cabe lembrar que Maurice Duverger, em particular, assinala que o “líder é obedecido devido ao seu prestígio, e não devido a um poder que a coletividade lhe reconhece oficialmente”. (DUVERGER, 1983, p. 153). O autor destaca, assim, um aspecto saliente da interação entre líder e grupo (comunidade, ou liderados), que, na verdade, mais do que “obedecerem”, em decorrência de imposição ou comando, voluntariamente aderem ao ator social. Doutro lado, as ações desse ator são marcadas pela centralidade e proeminência, mas sem que os liderados deixem de também desempenhar um papel ativo. Esta dissertação, por sinal, examinou a liderança de Jaime Lerner procurando identificar as suas peculiaridades e situando-a no respectivo contexto.⁷³

Consoante foi visto, para Jaime Lerner a burocracia estatal significou um passaporte para a vida político-partidária, posto que sua primeira designação para Prefeito de Curitiba (1971) se deu no contexto do autoritarismo militar prevalecente no

⁷³Também é oportuno lembrar que Petracca adere a uma concepção moderna de liderança, oposta às análises tradicionais, que sempre consideraram a liderança “como uma relação unilinear: *alguém, ou guia, ou é guiado*”. (PETRACCA, 1997, p. 714).

país (a partir de março-abril de 1964). O autoritarismo vigente tinha justamente, dentre seus traços fundamentais, a limitação da vida político-partidária e o assoberbante peso do Executivo na estrutura do poder, características essas que contribuíam para valorizar a burocracia estatal – e, dentro dela, os técnicos –, em detrimento dos políticos. Jaime Lerner ascendeu a Prefeito da capital paranaense, portanto, numa situação em que se pretendia conferir à ascensão ao citado cargo um conteúdo densamente técnico-profissional.⁷⁴ Na verdade, conforme se mostrou, o tecnoburocrata Jaime Lerner foi empreendendo passos sucessivos e encadeados que, gradativamente, transformaram-no no político profissional que continua a ser.

Observou-se, nas descrições histórico-concretas dos capítulos 1 a 4, em consonância com os resultados da pesquisa recente de Rachel Meneguello, que a atuação de Lerner na arena eleitoral comprova que o controle do governo, ou Poder Executivo, pode fortalecer o potencial competitivo da organização partidária. (MENEGUELLO, 1998, p. 165-166). Percebe-se esse fenômeno nas vitórias eleitorais de Jaime Lerner e de seu grupo, embora a eleição de 1988, para Prefeito de Curitiba, apresente-se plenamente como exceção. Lerner, concorrendo pelo PDT, enfrentou candidato do PMDB, que estava à frente do Governo do Estado e da Prefeitura de capital.⁷⁵ Já na eleição para Governador do Estado de 1994, a vitória de Lerner, ainda que também na oposição no plano estadual, contou com o suporte do controle da Prefeitura de Curitiba pelo PDT.

⁷⁴A curta permanência do Governador que originalmente o indicara impôs que a continuidade do Prefeito por ele indicado tenha ficado exposta a ratificações (ainda que implícitas) pelos dois outros governadores (da Arena) que completaram o mandato. O tecnoburocrata se mostrou disposto a submeter-se às injunções de ordem política, e um arguto analista até mesmo assinala que o êxito das gestões de Jaime Lerner, em termos de planejamento do desenvolvimento urbano de Curitiba, caracteriza-se como político, tendo em vista que era essencial, para tal êxito, a sustentação política. (OLIVEIRA, 2000, citado na revisão bibliográfica, constante da Introdução).

⁷⁵Ocorre que, naquele ano, principalmente nas eleições para as capitais de Estados, verificou-se um extensivo descontentamento da população com as condições socioeconômicas do país e com o governo em geral, sobretudo enquanto personificado no Presidente Sarney, sustentado pela coalizão PMDB-PFL.

Com respeito ao seu enquadramento partidário, inicialmente Jaime Lerner procedeu a uma adesão notadamente “automática” ao partido governista (Arena), enquanto tecnoburocrata, que pretendia atuar, profissionalmente, em função técnico-gerencial, não estritamente política. Nos momentos posteriores, as relações de Jaime Lerner com as instituições partidárias apresentam peculiaridades relevantes para caracterizar a sua atuação, dentro do contexto político paranaense contemporâneo.

As organizações partidárias têm-se mostrado sobremodo frágeis no Paraná, com certo grau de exacerbação relativamente ao que tem sido constatado por numerosos autores que, tratando do sistema partidário brasileiro, em sua dimensão nacional, atestam a sua fragilidade (em geral associando-a à sua fragmentação, intensificada no atual multipartidarismo, em que se insere a atuação estritamente política de Jaime Lerner, acompanhada nesta dissertação) Quanto à realidade brasileira atual, impõe-se mencionar que David Samuels observa: “a política eleitoral é conhecida por seu individualismo”. (SAMUELS, 1997, p. 493). Raquel Meneguello, a seu turno, ao tratar de indicadores de análise do caso brasileiro, reconhece o peso do personalismo e do carisma na decisão do voto, em sobreposição aos partidos. Eis sua observação:

Eleições presidenciais **diretas**, em presidencialismos fortes e de longa tradição, tendem a traduzir predominantemente uma lógica do voto pessoal baseado na força política das lideranças. O personalismo e o carisma são vetores predominantes no processo de decisão do voto e sobrepõem-se às estruturas partidárias, muitas vezes não traduzindo o tamanho das organizações. (MENEGUELLO, 1998, p. 40).

O forte e peculiar conteúdo personalístico das relações de Lerner com os partidos políticos se enquadra no padrão de individualismo. Indo além dessa constatação, porém, esta dissertação evidenciou e caracterizou as especificidades de um ator político cujas origens não foi a vida partidária e sim o exercício de funções públicas, no ambiente do autoritarismo vigente no país (1964-1985). Tal regime foi justamente restritivo ao funcionamento dos partidos – impondo o bipartidarismo – e ao processo competitivo-eleitoral. Além do mencionado ambiente politicamente restritivo, a atitude política de Jaime Lerner tem ostentado notórias inspirações em suas próprias concepções e práticas de planejamento urbano, empreendidas a partir dos primeiros anos 1960 (quando

começou sua atuação de tecnoburocrata, na condição de assessor de um Prefeito de Curitiba, eleito sob o peso político de Ney Braga).

5.2 COMPETIÇÕES ELEITORAIS NO COMPLEXO DE INTERAÇÕES

Enquadrando-se a atuação competitivo-eleitoral de Jaime Lerner no pluripartidarismo atual (capítulo 2),⁷⁶ afigura-se oportuno e indispensável – a fim de bem situar a atuação de Jaime Lerner – apresentar breves considerações, sob o ângulo interacionista, a respeito do processo competitivo-eleitoral, em si mesmo, as quais iluminam o papel de Lerner, enquanto líder com reiterados êxitos (1988-2000), no contexto político paranaense contemporâneo.

No processo competitivo-eleitoral, basicamente, cada antagonista – individual ou organização partidária – empenha-se em situar-se como o preferido dos eleitores para assumir determinada posição de poder, num complexo de interações que definem papéis distintos para os atores sociais envolvidos. Acresce que a vitória no pleito expressa a preferência e a adesão da parcela majoritária dos eleitores (não sendo manifestação de todos os votantes), de modo que o resultado convalida a divisão do universo político, em segmentos ou facções, que se contrapõem, num tipo de interação antagonística continuada.

⁷⁶Foi antes vista a trajetória política de Jaime Lerner, cujos primeiros ensaios políticos explícitos são os empreendidos no momento histórico em que ele se desliga do PDS e se afasta de Ney Braga, aproximando-se de Leonel Brizola e filiando-se ao PDT.

Importa assinalar que Ney se inserira no autoritarismo implantado no país e que, a partir de 1980, a nova atuação de Brizola coincide com a abertura democrática, nesta incluída a retomada do multipartidarismo.

Aqueles dois líderes, dotados de estilos diferentes, têm em comum serem exemplos de personalismo. Jaime Lerner entre eles fez uma opção, na qual não seria irrazoável incluir a esperança que era também do próprio Brizola: a de que este poderia impregnar-se de democracia. (SENTO-SÉ, 1999, p. 298). Em termos realísticos, contudo, Lerner, bem à vontade, beneficiou-se pela reiteração do método personalista de Brizola. Dentre os fatores determinantes para que Lerner assumisse o comando do PDT no Paraná sem dúvida pesou seu vínculo direto e especial com o então Governador do Rio de Janeiro. Essa ascendência partidária de Lerner durou cerca de 14 anos.

Doutra parte, sendo o mandato exercido por prazo previamente limitado, desde o seu início já se cogita da ulterior disputa eleitoral – a qual pode, ou não, confirmar o resultado precedente – e, assim, automaticamente, as forças antagônicas se voltam para o próximo momento de um incessante conflito político, centrado no poder. As autoridades nele investidas, em conseqüência, empenham-se em tomar decisões capazes não apenas de manter o prestígio demonstrado nas urnas eleitorais como até mesmo de aumentá-lo. Assim, cada facção não somente pretende ganhar determinada eleição – alcançando o poder –, como também aspira a que seu governo seja aprovado, em termos de julgamento dos eleitores. A avaliação popular do desempenho do papel do político (e, subsidiariamente, das instituições) é expressa em número de manifestações (ou de votos).

O papel especificamente desempenhado pelos opositores, à sua vez, consiste em identificar aspectos criticáveis das autoridades, expondo-os intensa e amplamente. Nessa interação, os opositores pretendem obter um efeito contrário, qual seja, a redução do prestígio das autoridades instituídas (traduzida na expectativa ou na efetividade de votos). Trata-se de um procedimento que tem em mira fazer crescer o índice de aprovação pelos eleitores, em benefício daqueles que, antes, foram derrotados.⁷⁷

O ator político ou determinada facção conseguem bom desempenho, em boa medida, em função de seu ânimo competitivo e da sua eficácia no papel de competidor. Tal ânimo, crucial na campanha eleitoral, há de estender-se no exercício do governo, porquanto a luta política muda, mas não cessa: em geral, os vencidos, por assim dizer, vão a uma espécie de forra imediata, procurando denegrir a imagem das

⁷⁷Torna-se pertinente, oportuno e ilustrativo aqui registrar declarações de Marta Suplicy (PT) – recentemente investida no cargo de Prefeita de São Paulo –, a propósito de críticas que passou a receber (esse é o primeiro cargo por ela ocupado no Poder Executivo). De início, a matéria jornalística frisa que Marta Suplicy “levou um susto com tantas críticas. Ficou uma semana pensando onde tinha errado e acabou concluindo que o exercício do poder público tem seu preço: ‘Descobri que por mais que acerte vou continuar levando pancada. E como vai ser assim mesmo nos próximos quatro anos, resolvi que é melhor me acostumar’. (...) sem conferir grau de dramaticidade ao fato de ter uma maioria bastante frágil e a oposição aguerrida do PSDB: ‘Isso é jogo político, é normal’, considera.” (KRAMER, 2001, p. 25).

novas autoridades (investidas no poder por força do êxito eleitoral alcançado). A interação de antagonismo, inerente à luta política pelo poder, gera sentimentos nos atores sociais dela participantes, estendendo-se, coletivamente, às respectivas correntes de eleitores, sentimentos esses que são especialmente estimulados na fase que antecede, proximamente, o dia da eleição.

Jaime Lerner, com seus traços psicológicos e suas habilidades pessoais, aparentaria não reunir importantes condições para empenhar-se em ardorosas e tenazes beligerâncias políticas. Faltar-lhe-iam pugnacidade e determinadas qualidades de persuasão e retórica, ou, mais simplificada, de comunicação com as massas de eleitores, a qual também envolve, em particular, o poder de despertar, estimular e exacerbar paixões próprias da arena política. O perfil de Jaime Lerner o situaria, em suma, longe da célebre figura do demagogo, capaz de movimentar multidões, com a força do verbo e de expressões histriônicas. Acima de tais aparências, entretanto, emerge a realidade de fatos objetivos: a série de sucessivos êxitos na trajetória competitivo-eleitoral de Lerner.⁷⁸

Acontece que, nas sociedades modernas – crescentemente urbanizadas e penetradas cada vez mais por meios e redes de comunicação tecnologicamente sofisticados –, a eficácia do líder político e seus êxitos têm muito a ver com o uso eficaz de tais recursos, orientado por técnicas de *marketing* político.⁷⁹ O estudo de

⁷⁸M. Conway (1915), segundo resume Petracca, fundamentando-se na relação líder/liderado e – para colocar de modo ainda mais preciso – “no papel que o líder assume com relação a seus liderados”, distingue três tipos de liderança: (a) líderes que representam as multidões, (b) que as interpretam [talvez Lerner se enquadre neste tipo] e (c) que as arrastam. Estão implícitas nos papéis desempenhados pelo líder, no âmbito da relação de reciprocidade em causa, respectivamente, as condições e funções a seguir: (a) a opinião das multidões sendo conhecida e definida, o líder se limita a expressá-la; (b) encontrando-se obscuros e confusos os seus sentimentos e pensamentos, o líder se revela principalmente hábil na tarefa de formulá-los, de modo claro e explícito; (c) o líder se mostra competente para formular uma grande idéia, para congregar uma multidão, a fim de concretizá-la e, por fim, para pressionar essa multidão no sentido de concretizar a idéia concebida pelo próprio líder. (PETRACCA, 1997, p. 715).

⁷⁹Após a eleição do Prefeito em 1962, foi montado um autêntico laboratório de *marketing* político na Prefeitura de Curitiba, com base no qual Jaime Lerner foi acumulando expressivo capital, relacionado com o seu prestígio como técnico e com os seus desempenhos como dirigente do IPPUC e como Prefeito (três gestões).

Maria Helena Rolim Capelato cuida de uma faceta de Getúlio Vargas que é também importante na análise da trajetória de Jaime Lerner, posto que a autora trata, especificamente, da propaganda política destinada a exaltar, na opinião pública, a imagem pessoal do ator político. Lerner, guiando-se pelo padrão de desempenho de alto executivo demonstrado por Ney Braga, quanto ao uso extenso e intenso da mídia e das técnicas de *marketing* político, acabou se situando bem à frente de seu mestre, na linha evolutiva desse estilo de atuação política. Seria exagero dizer, entretanto, que o sucesso político de Lerner tem sido um “produto” do *marketing* político, porquanto, no caso, as técnicas foram aplicadas em relação a um personagem que, por si mesmo, apresenta fatores para alcançar prestígio e projeções reais até mesmo transcendentais ao Paraná, não só em termos nacionais como internacionais. Vale dizer, pois, que o *marketing* não “fabricou” o ator político, nem deve haver sido o fator preponderante de seu sucesso, no “mercado eleitoral”. Foi, contudo, de longe, fator mais importante, por exemplo, do que as opções partidárias feitas por Jaime Lerner, as quais não aumentaram nem reduziram sua capacidade de lograr êxitos eleitorais.

Costuma-se realçar o fato de que o prestígio alcançado como Prefeito de Curitiba rendera a Jaime Lerner ponderável capitalização de dividendos para atuar na arena política. É verdade, todavia, que, dois anos após deixar a Prefeitura de Curitiba pela segunda vez, em 1985 – detentor do capital de prestígio que acumulara, em duas gestões, posto à prova (candidatando-se a Prefeito de Curitiba) –, Jaime Lerner constatou que tal acervo não era suficiente para fazê-lo retornar ao cargo, pela via eleitoral. No ano seguinte (1986) ele também não obteve sucesso, concorrendo a Vice-Governador do Estado.⁸⁰

⁸⁰Consoante foi visto antes, na batalha travada em 1985 Lerner foi derrotado exatamente por Roberto Requião, que, já tendo sido eleito Deputado Estadual, afirmava-se como político, não como técnico. No ano seguinte, no pleito para o Governo do Estado, Jaime Lerner atuou mais como um ator coadjuvante, concorrendo a Vice-Governador numa chapa encabeçada por Alencar Furtado e unvida por Ney Braga.

Deve-se notar que Lerner foi derrotado nessas duas primeiras eleições (1985 e 1986), numa situação política em que despontou a força hegemônica do PMDB, alicerçada na condenação ao autoritarismo, condição que apequenou a eficácia do uso do mencionado capital de prestígio.

Outros dois anos mais adiante, mostrando-se o PMDB enfraquecido, ocorreu a primeira vitória eleitoral de Jaime Lerner (1988) para Prefeito de Curitiba. Na campanha eleitoral o grande mote voltou a ser a eficiência como técnico e como Prefeito. Na terceira gestão curitibana, Lerner e sua equipe se mostraram competentes em especial no manejo do acrescido ferramental de promoção das inovadoras soluções urbanísticas acumuladas desde os anos 1960 e incrementadas a partir de 1971. Em 1992, o segundo êxito na disputa eleitoral, respaldado em manejo bem-sucedido de *marketing* político (coadjuvado por dotes pessoais do candidato) beneficiou o engenheiro e Deputado Estadual Rafael Grecca. O desempenho na função de Prefeito de Curitiba em seqüência veio a contribuir para eleger o próprio Jaime Lerner Governador do Paraná, em 1994, assim como o engenheiro Cássio Taniguchi (1996), a Prefeito de Curitiba, mesmo sem os recursos pessoais de Rafael Grecca, mas já contando com a influência poderosa do Governo do Estado.

Na reeleição de Lerner a Governador (1998), os eleitores não deliberaram tendo em conta somente a ação político-gerencial à frente da Prefeitura de Curitiba, porquanto o próprio Jaime Lerner já havia cumprido praticamente quatro anos de mandato como Governador. Nessa segunda disputa estadual, dispondo do arsenal de divulgação e publicidade a serviço do *marketing* governamental, Lerner superou a incipiente tendência de declínio dos índices de aprovação do seu governo.

No exercício dos dois mandatos sucessivos de Governador, gradativamente, afloram, de modo mais nítido, contornos de uma atuação com maior densidade política do que o cargo de Prefeito de Curitiba, esmaecendo-se, em consequência, a imagem original do técnico de prestígio e do Prefeito de Curitiba bem-sucedido.

5.3 ASPECTOS EMBLEMÁTICOS DA ATUAÇÃO DE LERNER

No plano da análise, torna-se imperativo procurar entender os dilemas políticos que reiteradamente estiveram a desafiar Jaime Lerner. Nos primeiros tempos, prevaleceu o fato de que ele construía no âmbito da burocracia estatal, e não na militância partidária, a sua ponte de acesso à vida política.⁸¹

Foi o pluripartidarismo que ensejou a Jaime Lerner deixar o PDS e ingressar no PDT. Afastando-se de Ney Braga e se unindo a Leonel Brizola, Jaime Lerner passou a desfrutar de certa autonomia de vôo, em vista de haver assumido um comando partidário, condição que incrementou as oportunidades para a conquista do poder pela via eleitoral, por parte do próprio Lerner e de seus companheiros.

A apreciável distância, no espectro ideológico, entre o brizolismo e a posição ocupada pelo grupo de Ney Braga e pelo PDS (ex-Arena), por onde Jaime Lerner transitara, não contou para Lerner, que até mesmo se mostrou capaz de fazer uma proclamação doutrinária: “o que diz o PDT, nos seus estatutos, nas suas intenções, tudo está acontecendo e acontece em Curitiba e está acontecendo em nosso Estado. (...) É o caminho da Social Democracia Trabalhista. Eu assumi e pretendo continuar”. (FARIA e SEBASTIANI, 1997, p. 337).

O depoente alude, como se vê, a compatibilidades, senão a supostas coincidências, porém de forma vaga e imprecisa, procedimento que torna fácil qualquer afirmação. Na verdade, não se enuncia nada a respeito dos fundamentos

⁸¹Em 1983, ao ver cumprido o segundo mandato como Prefeito de Curitiba, Lerner haveria de estar sentindo que o solo em que se apoiara começara a ser erodido: a ascendência e a proclamada força eleitoral de Ney Braga e do situacionismo soçobraram, com as derrotas de 1982. (Convém lembrar que, já em 1982, o engenheiro Rafael Grecca de Macedo, expressão do *lernerismo* nascente, conseguiu eleger-se Vereador em Curitiba, pelo PDS, seguindo-se a eleição para Deputado Estadual, pelo PDT, em 1986, apesar de que neste ano ocorreu o segundo insucesso eleitoral de Lerner).

Assim, de um lado, para Lerner remanescia a possibilidade de continuar com seus vínculos políticos originários, personificados na figura dominante de Ney Braga; doutro lado, ofereceu-se-lhe a opção de divisar Leonel Brizola, que, embalado por sua eleição para Governador do Estado do Rio de Janeiro (1982), no retorno ao multipartidarismo, afirmava-se no comando nacional do PDT. Em contraste, no mesmo período, Ney Braga começara a ver o seu prestígio e sua força política entrarem em queda livre, ao tempo em que, no Paraná, avultava a hegemonia do PMDB.

doutrinários do PDT e das diretrizes que teriam sido e estavam sendo aplicadas na Prefeitura de Curitiba e no Governo do Paraná, nas gestões pedetistas-lernistas.

Na prática, omitindo essa pretensa opção ideológica, na verdade foi a imagem de técnico competente e de inovador e eficiente Prefeito de Curitiba que Lerner procurou usar no mercado político, desde as duas primeiras eleições de que participou (1985 e 1986). Para o nascente político, convinha, portanto, continuar rotulando-se como técnico e, por acréscimo, esse rótulo tinha um apelo de *marketing* claramente mais positivo do que se apresentar como mais um político a angariar votos. (Quanto ao uso intenso e eficaz da mídia e dos instrumentos de publicidade e *marketing* político, serão feitas as referências devidas logo adiante.)⁸²

Não se pode considerar de forma pertinente a vitória de Jaime Lerner em novembro sem que se atente para o fato de que as eleições municipais daquele ano, realizadas em todo o país, efetivamente se revestiram de sentido nacional, conforme assinala Bolívar Lamounier, que a identifica como “volta à realidade”: “quebrando a hegemonia aparente que o maior partido do país, o PMDB, havia conquistado nas eleições gerais de 1986. (LAMOUNIER, 1989, p. 87). Resumindo os antecedentes que condicionaram os resultados das eleições, em escala nacional, o autor destaca três pontos:

- a) a grave deterioração da situação econômica desde o final de 1986, o que levou à perda da credibilidade do governo do Presidente Sarney [PMDB] e a uma situação de precária governabilidade no país;
- b) o redirecionamento de grande parte da hostilidade pública, antes focalizada no Executivo, passando a abranger também o legislativo (no caso, reunido em Congresso Constituinte), os partidos e a ‘classe política’, de modo geral;
- c) a atmosfera de descrença e dúvida quanto ao futuro do país, como se as elevadas expectativas que presidiram o início da Nova República tivessem se transformado em seu oposto, configurando-se um estado generalizado de auto-agressão nacional. (p. 88).

⁸²Na verdade, consoante se verificou, a simbiose das facetas tecnoburocrática e política de Jaime Lerner não foi abrupta, mas gradativa, de modo que, na medida do aumento do coeficiente político ia diminuindo o seu componente tecnoburocrático.

É claro que a vitória de Jaime Lerner em parte também se explica como uma afirmação de liderança em função de peculiaridades do contexto político prevalecente no Paraná, particularmente na capital. Bolívar Lamounier logo a seguir acrescenta uma observação relativa àquela ampla manifestação da opinião pública que tem muito a ver com a candidatura de Jaime Lerner em 1988, congregadora das correntes de oposição ao situacionismo consolidado em 1986 e personificada em alguém que era visto como um *outsider* na política: “Esse antecedentes (...) tiveram efeitos específicos e ao que tudo indica não-neutros sobre a eleição, retardando em demasia o envolvimento da opinião pública com o processo eleitoral e beneficiando os partidos e candidatos que melhor se desvencilharam das imagens tradicionalmente associadas à *classe política*.” (LAMOUNIER, 1989, p. 88).

Na eleição direta para Presidente da República do ano seguinte (1989) – a primeira após a reabertura democrática do regime –, a opinião pública expressou, mediante o voto, uma anátema contra o estilo tradicional brasileiro de fazer política, notadamente não só rejeitando os políticos da Nova República como também aqueles da fase pré-1964 que continuaram ou que voltaram a marcar presença na vida política brasileira.⁸³ Naquele pleito, o fracasso eleitoral de Brizola empalideceu a primeira vitória de Lerner e tornou menos alentadora a sua aproximação política com o Governador fluminense, expressa por sua filiação ao PDT.

A análise da origem tecnocrática da atitude política de Jaime Lerner pode assentar-se sobre uma série de depoimentos intitulada “Memória da Curitiba Urbana”, organizada e editada pelo IPPUC. Em tais depoimentos, é colocada em evidência a forma pela qual Lerner e sua equipe se habituaram a trabalhar com as condicionantes e as dimensões políticas do planejamento urbano. Não é político o escopo dos

⁸³Leonel Brizola, porém, já no ano seguinte (1990), na eleição para Governador do Estado do Rio de Janeiro, contraditoriamente saiu vitorioso, por maioria absoluta de votos, feito que não havia acontecido em 1982. Esse êxito de Brizola não passou, contudo, de pálida compensação ao frustrante pleito de 1989, para Presidente da República. (No mesmo ano, Rafael Grecca se reelegeu Deputado Estadual, pelo PDT, fato que reiterava a progressiva pujança do Grupo de Lerner, no comando do PDT-PR).

depoimentos, mas sim restrito a documentar informações de personagens que atuaram na formulação e na implementação do planejamento urbano de Curitiba, cujos méritos têm sido concentradamente atribuídos a Jaime Lerner – o que revela certa depreciação dos aspectos institucionais, a exemplo dos papéis do IPPUC e das decisões superiores (da Prefeitura e do Governo do Estado). Dado que o propósito não é político, podem ser selecionadas afirmações na medida em que são manifestações espontâneas com respeito a determinadas posições, que caracterizam uma certa soberania da “vontade do técnico”.

Há que se notar que nesta dissertação os depoimentos se acrescentam a outros elementos informativos, o que torna a sua validade magnificada, sobretudo quando os relatos ostentam significados que transcendem aos objetivos do próprio depoente. Por exemplo: objetivando evidenciar a eficiência administrativo-operacional, também torna manifesto o estilo gerencial com conotação algo discricionário-autoritária. Por outro lado, os depoimentos da série “Memória da Curitiba Urbana” selecionados têm seu teor analítico realçado, na medida em que são complementados por manifestações do próprio Jaime Lerner, nas quais se pode vislumbrar que o “estilo” tecnocrático de desempenho também afeta outras relações, tais como as estabelecidas com os políticos e com os partidos, não inseridos na estrutura e na dinâmica tecnoburocráticas.

Uma das aludidas dimensões políticas do planejamento urbano consiste no uso intenso e eficiente da mídia e das técnicas de publicidade e de *marketing* político como fato para incrementar o prestígio de Jaime Lerner, bem como de alguns daqueles que têm integrado o seu círculo mais próximo de colaboradores. Dentre estes, um dos que se destaca é o engenheiro Cássio Taniguchi, duas vezes eleito Prefeito de Curitiba (1996 e 2000), o qual, em depoimento para a mencionada série editada pelo IPPUC, não deixa por menos e classifica como “fantástica” a “visão de *marketing*” de Jaime Lerner. Taniguchi, então, Presidente da entidade, primeiro alude à concepção de Lerner no sentido de que “as parcerias (...) compõem o único mecanismo hoje viável para se montar uma série de programas” e que outro mote é de “natureza nacional,

mundial, tendo em vista que o meio ambiente, hoje, é preocupação universal”. “Os primeiros passos para a Curitiba Ecológica – lembra Taniguchi – foram o pagamento pelo lixo e a criação do Memorial Chico Mendes, oportuníssima, no Bosque Gutierrez.” O testemunho se torna eloqüente: “Isso significou uma visão de *marketing* fantástica, do Jaime”.

A campanha “Lixo que não é lixo”, conforme ficou amplamente conhecida pela população curitibana, passou a envolver e sensibilizar desde as donas de casa até as suas colaboradoras nos afazeres domésticos, incumbidas de separar resíduos num esquema contemplado com incentivo pecuniário. Veículos vistosos e emitindo som característico passaram a galvanizar as atenções, num processo em que a atividade de coleta de lixo se tornou recurso de divulgação e *marketing* em torno de um mote: “(...) cria-se nova mentalidade na população, que pode (...) separar o lixo. (...) sem esta separação do tipo de lixo (...) o adubo só servirá para se jogar fora. Não se pode misturar componentes tóxicos ao adubo”. Tais pormenores, ressaltados no depoimento de Cássio Taniguchi, ao lado do preciosismo técnico, evidenciam a denominada “visão de *marketing* fantástica”, reconhecida em Jaime Lerner. Outro componente enfatizado por Taniguchi: “a educação ambiental às crianças”. Tudo somado, autorizava o depoente a afirmar que se tratava de campanha destinada a “tornar Curitiba a primeira cidade brasileira, talvez, a ter esse tipo de comportamento”. (TANIGUCHI, 1990, p. 63).

Como exemplo mais específico do viés tecnocrático do Grupo de Lerner, torna-se também significativo destacar o testemunho do arquiteto Rafael Dely, a propósito da transformação da Rua XV em rua exclusiva para pedestres. “O Jaime decidiu por uma operação relâmpago, de 72 horas, num final de semana, para não dar chance aos comerciantes de impetrar mandado de segurança, impedindo a obra.” Sua “argumentação” é sugestiva: “Tínhamos certeza da solução.” Tal certeza dizia respeito, especificamente, ao seu êxito e à sua conseqüente aceitação pelos próprios comerciantes, ainda que estes temessem que a inovação tecnocrática lhes causasse prejuízos.

Transparece, nesse episódio relatado segundo outra inspiração, que a tecnocracia emergente de Jaime Lerner mais se inclinava a impor medidas do que dialogar com os munícipes, valendo inclusive manobrar para impedir que os interessados se valessem do recurso ao Poder Judiciário, peculiar ao Estado de Direito Democrático.

Depois de aludir à Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e ao sistema de diferentes tipos de ônibus para o transporte coletivo urbano, Rafael Dely esclarece: “A filosofia geral que se tentou imprimir em Curitiba foi a de dirigir o crescimento da cidade.” (DELY, 1990). Ora, tal dirigismo pode ter conotações de sabor autoritário, em função de seus métodos preferenciais e de seu estilo, marcados por teores de direita.

Em verdade, não são profusas, mas se evidenciaram as referências políticas no depoimento de Rafael Dely. Para este, a extinção do BNH e a transferência de suas responsabilidades como agente do sistema de habitação, para a Caixa Econômica Federal, significou deixar órfã a política de habitação popular, o que é classificado como “mais um ato de incompetência da Nova República”. (DELY, 1990). Ora, a chamada “Nova República” nada mais representava do que o sistema de poder que substituíra o autoritarismo de 1964-1985, cuja predileção era pela eficiência dos tecnoburocratas, em detrimento da classe política, um dos alvos do golpe militar de março-abril de 1964.⁸⁴

Note-se que o próprio depoente atuou na implementação de políticas habitacionais, primeiro no âmbito da Capital e, mais tarde, no Governo do Estado. Quanto às críticas dirigidas contra Jaime Lerner, em função da participação dele em disputas eleitorais, Rafael Dely não só fala em motivos eleitoreiros como também reprova os que pregam “mentiras”: “Nas eleições por que passou, ou no julgamento de

⁸⁴Edson Nunes apresenta dados muito sugestivos e convincentes, em especial porque compara o período do autoritarismo militar pós-1964 com o imediatamente anterior. Entre 1946 e 1962, o percentual de governadores eleitos cuja origem era o Poder Legislativo foi subindo de 55% (1946) para 82% (1962), enquanto em 1970 declinou para 55% e em 1974 oscilou para 60%. Ao mesmo tempo, governadores cuja origem eram os quadros das burocracias militar e civil variaram entre zero (1946) e 10% (1950), caindo para 5% (1954-5); em 1970, a distribuição foi a seguinte: Poder Legislativo 55% e burocracias 45%, alterando-se, em 1974, para 60% e 40%, respectivamente. (NUNES, 1997, p. 88).

suas administrações, Jaime Lerner sempre foi chamado de prefeito do centro. (...) significa desconhecer (...) o que foi feito nesta cidade.”

Um outro depoimento expressivo foi concedido pelo arquiteto Carlos Eduardo Ceneviva, quando se encontrava na presidência da Urbanização de Curitiba S. A. – URBS. Esse depoente fora antes Presidente do IPPUC, no período 1979-1981. Referindo-se ao transporte urbano de passageiros em Curitiba, Ceneviva foi enfático: “No início da implantação do sistema, foi uma briga de o Jaime ter que dar murro na mesa. Ele chegou a ameaçar os empresários de transporte coletivo de que, se não usassem também o ônibus expresso, a Prefeitura compraria a frota.” (CENEVIVA, 1990, p. 31).

Ainda no tocante ao início do funcionamento dos ônibus expressos, Eduardo Ceneviva relata um episódio de que participou, como funcionário do IPPUC. Já estando marcada a data de inauguração, faltava colocar os semáforos nos cruzamentos e a empresa contratada para fornecê-los não se mostrava em condições de entregá-los. Ceneviva foi incumbido, por seu superior, de ir buscar o material em São Paulo: “Uma loucura: um arquiteto do IPPUC ir buscar uma carga de semáforos em São Paulo”, comenta. O representante da empresa lhe disse: “*Não temos o material. Estamos acabando pedidos de Salvador, de Recife. Está tudo encaixotado aqui, vamos mandar para lá e começar o de vocês.*” “Desliguei o telefone e liguei para uma transportadora, pedindo que encostassem uma “jamanta” lá na fábrica (...). Fui para lá e disse (...): Olhe, esta encomenda de Curitiba precisa estar lá amanhã. (...) Façam o favor de mandar carregar este material de Salvador, ou de Recife”. O arremate do testemunho quanto ao procedimento é elucidativo: “E foi meio na marra, assim, que os semáforos vieram.” (CENEVIVA, 1990, p. 34-35).

Um outro exemplo de ação tecnocrática associada ao uso competente das técnicas de publicidade e de *marketing* político é o projeto da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), focalizado na seção 1.5 desta dissertação. Mediante o já mencionado convênio com a Prefeitura de Curitiba, o Governo do Estado assumiu substanciais encargos de investimentos, mas seu papel nessa parceria nunca ficou evidenciado. (Foi

justificada em razão de que o projeto seria relevante para implementar o desenvolvimentismo industrialista, entronizado como a expressão máxima da ação do Governo do Estado destinada a promover a alteração da estrutura da economia paranaense.) Acresce que a CIC colocou a capital do Paraná como alvo de atenção de empresários, não só do país como do exterior, reforçando a projeção da capacidade político-administrativa de Jaime Lerner e dos profissionais curitibanos especializados no planejamento urbano.⁸⁵

Por outro lado, cabe destaque, também, à campanha para a eleição de Jaime Lerner a Governador do Paraná, em 1994, na qual se fez uso de um poderoso ferramental de *marketing*: uma maciça mobilização de ônibus para transportar eleitores do interior do Estado a fim de conhecer, diretamente, os resultados da atuação gerencial-administrativa e as obras realizadas pela Prefeitura, representando melhorias urbanas de Curitiba capazes de impressionar não só turistas, mediante visualizações diretas, como todos aqueles que sejam conduzidos a locais previamente selecionados para causar impacto visual (tal como na campanha eleitoral em apreço).⁸⁶

⁸⁵Conforme foi registrado na seção 1.6 desta dissertação, os primeiros estudos de caráter genérico ocorreram em Seminário para o Desenvolvimento Industrial de Curitiba (20 a 28.03.1966), tendo o Prefeito Arzua Pereira, logo após, assinado decreto fixando os limites da área. Somente na primeira gestão de Jaime Lerner como Prefeito de Curitiba, entretanto, a idéia foi retomada e, a 19.01.1973, foi firmado convênio mediante o qual o Governo do Estado assumiu a responsabilidade financeira no projeto. (Prefeitura de Curitiba, 1998).

⁸⁶No início da disputa eleitoral, o ex-governador Álvaro Dias, político com raízes interioranas, deslanchara com nítida vantagem nas pesquisas relativas à preferência dos eleitores paranaenses, graças ao seu largo predomínio no interior do Estado. Por essa razão, o grande alvo das ações de *marketing* haveriam de realmente ser o contingente de eleitores de fora da capital, cuja população convivia diretamente com as ações da Prefeitura, amplamente divulgadas e enfatizadas através da mídia. Osmar Dias, irmão de Álvaro Dias e candidato ao Senado pelo PP, na condição de Presidente do seu partido, chegou a apresentar denúncia à Polícia Federal no Paraná (sem obter decisão favorável), alegando que a coligação de apoio a Lerner exercia abuso de poder econômico, ao promover o mencionado transporte de eleitores, do interior para a Capital. O fato é que não tardou para que, nas pesquisas de opinião pública, a preferência pelo candidato Jaime Lerner começasse a crescer, de modo a levá-lo à vitória em outubro (primeiro turno).

Ainda com respeito àquela campanha eleitoral, importa assinalar que nela foi empregada a diversificação como técnica de *marketing* político (exemplo dado, na seção 3.2: artigo de Rafael Grecca, então Prefeito de Curitiba – “Governar não é mentir”).⁸⁷

Doutra parte, nos primeiros quatro anos da administração de Jaime Lerner no Governo do Estado foi feita ampla e eficaz utilização de recursos financeiros das empresas estaduais (notadamente Banestado, COPEL e Sanepar) a fim de implementar bem articulada ação de *marketing* político (dados expressivos vieram a público, na campanha eleitoral para a reeleição, em 1998).⁸⁸

Jaime Lerner, em seu afã de conquistar a preferência dos eleitores, sempre teve por norma apresentar-se não como um político – sobretudo como um político semelhante aos demais, em especial aos seus concorrentes, ou adversários. Numa entrevista a uma das principais revistas semanais do país, o título da matéria o contrapõe a Itamar Franco, um dos políticos brasileiros mais notórios, posto que já ascendeu (ainda que por causa do afastamento do titular) à Presidência da República e se encontra no exercício do cargo de Governador de Minas Gerais. Já na primeira linha, porém, foi pespegada em Jaime Lerner a inevitável identificação como político, embora qualificado como diferente. O qualificativo adicionado, com certeza, terá sido

⁸⁷Negando a veracidade de dados estatísticos sobre o crescimento econômico do Paraná (Governo do Estado), o artigo apresentou índices segundo os quais a prosperidade econômica de Curitiba superaria a média do Estado. Para o Prefeito-articulista, “a cidade cresceu, graças à visão estratégica da equipe do Prefeito Jaime Lerner, um planejador eficiente, e uma ação motivadora da prosperidade econômica”. (seção *Tendências/Debates* da Folha de S. Paulo, 29.07.94).

⁸⁸Em caderno dedicado às eleições, foi destacado o montante de tais dispêndios do Governo Jaime Lerner: em quatro anos, foram despendidos R\$ 334,8 milhões. A comparação com os gastos similares do Governo de São Paulo é feita nos seguintes termos: o Paraná, com um quarto da população do Estado vizinho, desembolsou o dobro dos R\$ 162 milhões despendidos, no mesmo período, pelo Governo de São Paulo. (LERNER gasta..., 1998, p. esp.-6). O mesmo jornal registra explicações do Secretário de Comunicação Social do Governo paranaense (Tadeu Lechinski): todas as despesas são amparadas em lei; somente os dispêndios de três empresas estatais (Banestado, COPEL e Sanepar) representam 40% dos R\$ 334,8 milhões; “em nenhum momento as estatais fizeram proselitismo do governo”; a publicidade dessas empresas é mercadológica (Banestado) e de utilidade pública (COPEL e Sanepar); apenas 20% dos R\$ 334,8 milhões foram gastos com publicidade institucional do Governo Lerner. (NADA., 1998, p. esp.-6).

do agrado de Lerner. Na verdade, parece que essa foi, desde o princípio, a intenção de Lerner: ganhar eleições justamente por ser diferente dos políticos em voga no país e, sobretudo, no Paraná. “Depois de três passagens pela Prefeitura de Curitiba, de se reeleger governador e trocar o PDT pelo PFL, ele criou um estilo”- observa o texto introdutório à entrevista. (LERNER, 1999).

A propósito de seu então recente ingresso no PFL (após haver disputado três eleições como candidato do PDT), Lerner respondeu a uma pergunta de forma taxativa: “Eu faço as coisas que sempre fiz, da maneira que sempre pensei.” Seu aditamento foi no mesmo diapasão: “A minha relação com as lideranças é excelente. Eu faço as coisas e não incomodo ninguém.” Ainda no contexto de sua resposta, Jaime Lerner expõe sua avaliação do PFL: “Eu acho um partido extremamente profissional.” Numa autodefinição, insiste em negar sua identidade de político: “Não sou político, mas sou jeitoso.” Os entrevistadores explicitam que, quando o assunto é a Presidência da República, Jaime Lerner “incorpora o político que diz não ser, desconversa, mas admite que, se ‘fizer bem’, se qualifica”.

5.4 FATORES DE REVERSÃO DOS ÍNDICES DE APROVAÇÃO DO GOVERNO LERNER

Nas seções 3.5 e 4.4 foram apresentados resultados de pesquisas sistemáticas de opinião pública a respeito do Governo Jaime Lerner, entre dezembro de 1996 e dezembro de 2000. Observando-se a avaliação do Instituto Datafolha, foi possível efetuar um desdobramento em dois momentos. Na primeira das mencionadas seções, evidenciou-se o início da queda do prestígio. Essa incipiente queda, contudo, não impediu a reeleição de Jaime Lerner já no primeiro turno da eleição para Governador do Paraná, realizada em outubro de 1998. Na seção 4.4, porém, os dados apresentados demonstram uma clara reversão do conceito dos paranaenses em relação ao desempenho do Governador Jaime Lerner, à testa do Poder Executivo estadual.

Deve-se frisar, ainda, que o sentido descendente da curva se mostrou invariável ao longo do período em que foram realizados os levantamentos pelo

Datafolha. A distinção de dois períodos se tornou lógica na medida em que veio a estabelecer-se um nítido contraste, que mais acentuado fica se forem feitas comparações com a avaliação dos desempenhos de outros governadores, em igual período. Essa reviravolta coincide com o segundo mandato (1999-2000). Em dezembro de 2000, o Governo de Lerner despencou para os níveis mais baixos dentre os chefes de Executivo avaliados, quando, no início da avaliação, seu Governo se destacava por ostentar índices de aprovação popular muito elevados (70% de respostas *ótimo/bom*). Não se pode ter dúvida, por conseguinte, que, ademais de fatores prevaletentes na conjuntura nacional em seu todo – afetando os conceitos desde o Presidente da República aos governadores –, o Governo Jaime Lerner reuniu fatores detrimenais específicos e mais ponderáveis.

Por certo, múltiplos são os fatores explicativos das mudanças de avaliação do desempenho governamental. Cabe aqui organizar a apresentação de alguns fatores cujo peso é evidente e inquestionável, sobretudo na medida em que se prestam a ser utilizados pelos adversários, em seus papéis de contendores permanentes e sistemáticos – mesmo nos períodos entre os pleitos eleitorais, com destaque para o âmbito das atividades parlamentares e para os espaços na mídia.

Sobreleva assinalar que alguns fatores são, na verdade, próprios da conjuntura do país, em seu todo. Somam-se a eles, todavia, dificuldades e problemas administrativo-gerenciais que afetam diretamente o Governo Jaime Lerner. Mesmo assim, dentre tais ocorrências algumas são inerentes ao contexto político-econômico nacional, a exemplo das privatizações, da cobrança de pedágio em rodovias, do ajuste fiscal, da alienação do Banestado, já concretizada.⁸⁹

Na seqüência, será feita breve alusão a alguns dos fatores em causa.

⁸⁹A alienação e a privatização da COPEL já se encontram na fase inicial do processo, respaldado em normas aprovadas pela Assembléia legislativa, tal como a que destina 70% da esperada receita da alienação para a formação do fundo de aposentadoria e pensões, cuja administração foi entregue ao Instituto Paraná Previdência.

As indústrias que em geral têm sido instaladas no Paraná, sob ação e incentivos do Governo do Estado, caracterizam-se, em geral, por padrão tecnológico e de produtividade bem superior à média do setor industrial paranaense – ou de padrão de emprego da força de trabalho correlatamente mais baixo do que a média estadual. Assim, os empreendimentos ostentam efeitos incrementais na oferta de empregos não tão significativos quanto o volume dos aportes de capital, ficando praticamente imperceptíveis diante das condições nacionais desfavoráveis no item empregos.

Por outro lado, as diluições nos recolhimentos tributários concedidas a título de incentivo para atrair os mencionados investimentos para o Paraná anulam, na arrecadação do ICMS, efeitos imediatos do incremento do giro comercial.

Os problemas inerentes à chamada crise fiscal são múltiplos e têm peso na opinião pública, ao ser consultada para avaliar o desempenho dos governos, notadamente tendo em vista que tal crise abala estruturalmente o setor público brasileiro, nas suas três esferas, em especial no âmbito dos estados e dos municípios. Cabem ser citados dois dos mais significativos desses problemas relativos às contas estaduais: 1) *despesas de pessoal* – a) situadas acima do teto legal; b) crescimento mais do que proporcional dos dispêndios com os inativos, fazendo aumentar a relação entre os gastos das duas categorias de servidores (inativo e ativo); 2) *contribuições previdenciárias* – criação e/ou aumento de desconto das remunerações e dos proventos de aposentadorias e pensões.

A grave situação de desequilíbrio financeiro tem resultado em contenções de reajustes salariais e, pois, em descontentamentos entre servidores e familiares, com destaque para os professores e policiais.⁹⁰ O mesmo problema de insuficiência dos

⁹⁰O êxito do Plano Real, ao evitar a sistemática e ascendente erosão do poder aquisitivo da moeda, surpreendeu os gestores públicos, particularmente dos Estados, que antes eram beneficiados, de modo especial, com a queda do valor real dos vencimentos dos servidores ativos e dos pagamentos aos inativos e seus dependentes. Com a abrupta e forte queda da inflação, os reajustes salariais deixaram de ter seus efeitos anulados – seja para os funcionários, seja para o Tesouro –, estabelecendo-se um descompasso entre as despesas e as receitas do ICMS. No caso do Tesouro, o descompasso significou incremento dos ônus reais, em relação ao período em que prevaleciam taxas altas e ascendentes de inflação. As receitas tributárias eram beneficiadas por uma espécie de seguro (contra a desvalorização da moeda), porquanto a cobrança do ICMS, pelo critério *ad valorem*, assegurava aumentos correlacionados com as altas nominais dos preços das mercadorias e serviços, sobre cujos valores é calculado o tributo.

recursos arrecadados, relativamente aos dispêndios pretendidos, também tem resultado em contenções nos investimentos, desagradando a população, prefeitos e parlamentares, estes sempre pressionados pelo arraigado clientelismo político brasileiro.

Na mídia – sempre sensível a fatos de tal natureza – pululam notícias e informações a respeito de invasões de propriedades rurais, associadas a medidas de repressão policial, assim como concernentes a assassinatos registrados nos conflitos entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e prepostos dos proprietários, contratados para garantir a segurança das propriedades. Nos diversos órgãos da mídia são propaladas acusações diretas contra o Governo Lerner, em especial contra a Secretaria de Segurança e seus órgãos de execução, no interior do Estado. É importante notar que neste estudo (seção 4.1) já se fez referência à polêmica entre Frei Beto e o Governador Jaime Lerner, em página nobre da *Folha de S. Paulo*. Um evento de longa duração foi o acampamento promovido pelo MST na praça situada defronte ao Palácio Iguazu.⁹¹ Esse demorado acampamento de trabalhadores rurais e seus familiares é sintomático de que a ação do MST provocou descontentamentos nas duas “partes” envolvidas (proprietários rurais e sem-terras).⁹²

Rafael Grecca de Macedo, o expoente na área política dentre os integrantes do círculo mais próximo de Jaime Lerner, viu transformar-se sua festejada ascensão ao

⁹¹Somente após meses foi conseguido o cumprimento de medida judicial garantindo a desocupação. Após essa desconfortável delonga, soldados da polícia estadual executaram a medida, valendo-se, para tanto, de horas antes do amanhecer.

⁹²De um lado, os trabalhadores rurais (autodesignados “sem terra” e, portanto, aspirantes a titulares da propriedade) não protestam, pedindo medidas reparadoras de situações de injustiça, associadas ao pauperismo dominante no meio rural brasileiro, como também reclamam de atos de violência policial. Misturam-se, aí, como alvos, tanto o Governo Federal como o Governo do Estado, com a agravante de que este exerce a tarefa de mobilização policial. Doutro lado, os proprietários reclamam de omissões da polícia, integrada na estrutura da Secretaria de Segurança, cujo titular é um dos auxiliares diretos do Governador do Estado. Alegam que têm direito à garantia de seu direito constitucional de propriedade, violados pelas invasões.

Ministério do Esporte e Turismo num evento politicamente contraproducente, porquanto o colocou na mídia enquanto foco de suspeitas e de acusações.⁹³

Em 1997, Antônio Casemiro Belinati (PFL) – figura maior de um clã que desempenhou papéis estratégicos nas campanhas para eleger e reeleger Jaime Lerner Governador do Estado (1994 e 1998) – voltara à posição de Prefeito de Londrina (PDT), o segundo maior colégio eleitoral do Paraná. No ano 2000, quando ocorreram renhidas batalhas eleitorais nos municípios, Belinati foi afastado do cargo, sob acusações de responsável e/ou conivente com atos de corrupção, na prefeitura e em órgãos da administração indireta de Londrina.⁹⁴ Na parte inicial e mais extensa da mesma matéria jornalística concernente a Belinati são estampadas informações relativas ao ex-Prefeito de Maringá, Jairo Gianoto (sem partido), também acusado de desvio de dinheiro da Prefeitura.⁹⁵

O então Secretário de Segurança e ex-Chefe da Casa Civil, Cândido Manoel Martins de Oliveira (PFL), amigo pessoal de Jaime Lerner, ex-Deputado Estadual e

⁹³Com visível necessidade de preservar o conceito de seu governo, em queda na opinião pública, o Presidente Fernando Henrique Cardoso teve de induzir Grecca a pedir demissão. Em vez de ajudar na elevação do conceito do Governo FHC, o caso Grecca contribuiu para fomentar sua continuada deterioração.

⁹⁴Antônio Belinati não só não conseguiu candidatar-se à reeleição, como chegou a ocorrer, pela primeira vez, vitória de um candidato do PT, segmento aguerrido da oposição aos governos do Estado e federal. No início de fevereiro de 2000, o titular do Segundo Distrito Policial (José Arnaldo Peron Martins) declarava aos órgãos da mídia que previa para breve o encerramento do inquérito aberto para apurar desvio de dinheiro na Prefeitura de Londrina (gestão Belinati). Já havia sido indiciada a maioria dos envolvidos, dentre eles o ex-Prefeito Antônio Casemiro Belinati, cassado justamente sob a pecha de responsável maior pelo desvio. A acusação formal, determinante do inquérito policial e do processo de cassação do mandato de Prefeito, indicia Belinati como participante de um esquema de corrupção montado na Autarquia Municipal do Ambiente (AMA) e na Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (então Comurb). Teria sido apurado “rombo” da ordem de R\$ 16 milhões, mas o valor poderia elevar-se a R\$ 200 milhões. (BELINATI..., 2000, p. 14).

⁹⁵Defendendo-se, o ex-chefe do executivo maringaense acusa seu ex-Secretário da Fazenda (Luís Antônio Paolicchi). Essa foi a estratégia de seu depoimento perante o promotor de Defesa do Patrimônio Público (José Aparecido Cruz). O esquema teria resultado num desvio de R\$ 54 milhões (corrigidos), segundo informação do Tribunal de Contas. Também em Maringá, na eleição de outubro de 2000, foi eleito Prefeito um candidato do PT.

expert em política, foi afastado do cargo, de forma rumorosa e turbulenta, condições em que operam em geral Comissões Parlamentares de Inquérito da Câmara dos Deputados.⁹⁶ Cândido Martins estivera à frente da Casa Civil do Governo Lerner justamente por ser um dos poucos talentos políticos (ou praticamente o único talento político) da equipe de auxiliares diretos do Governador Jaime Lerner, caracterizada sobretudo por componentes apolíticos e/ou técnicos.⁹⁷

Alceni Guerra, membro histórico do PFL, renunciou ao mandato de Prefeito de Pato Branco para assumir o cargo de Chefe da Casa Civil, com a missão de promover a coordenação política, diagnosticada como ponto fraco do Governo Lerner e, como tal, contribuinte para a queda dos índices de aprovação popular. As eleições de outubro-novembro de 2000 se aproximavam e ficou visível o temor de que poderiam ocorrer resultados desfavoráveis a Lerner, ao PFL e aos seus aliados. Deve-se notar que Guerra, no passado, ascendera tanto na política paranaense como no cenário nacional, chegando a Ministro da Saúde, no Governo Collor, como um dos atores políticos mais eminentes do Paraná. Os méritos de sua gestão ficaram grandemente obnubilados, na medida em que seu afastamento do cargo esteve associado a acusações de emprego irregular de recursos públicos e mesmo de atos de corrupção. A sua designação como Chefe da Casa Civil, como elevada função política, não pode ser vista apenas como a incorporação do talento de um experiente político, que hoje ocupa cargo de membro da Comissão Executiva Nacional do PFL e já foi Deputado Federal (além de Ministro). Sua missão diz respeito à melhoria da deteriorada imagem pública do Governo Lerner. Na verdade, porém, chega a haver certa contradição: nenhum governo ganha pontos com a presença de um político que,

⁹⁶A CPI do Narcotráfico chegou a deslocar-se para o Paraná, considerado como uma das mais expressivas áreas-problema do país no tocante ao narcotráfico e ao envolvimento de autoridades e funcionários da segurança pública (polícia).

⁹⁷Cândido Manoel Martins de Oliveira integra clã de prestígio e atuação política no sudoeste do Paraná, sendo que seu irmão, Luís Alberto Martins de Oliveira (PTB), chegou a exercer mandato de Senador, na qualidade de suplente de José Eduardo Vieira (PTB), por duas vezes ministro (nos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso).

com projeção nacional, viu seu nome associado a atos de corrupção, em razão do que perdeu a posição que alcançara no poder federal.⁹⁸

Após as eleições de outubro-novembro de 2000, Jaime Lerner promoveu duas substituições de importantes auxiliares diretos: do Secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, e do Secretário de Comunicação Social, David Campos. São casos revestidos de aspectos peculiares distintos, mas ambos revelaram que os problemas ao nível da cúpula governamental, revelados antes das eleições, foram por estas agravados, ao ponto de que se tornaram insustentáveis as permanências dos dois ocupantes de cargos-chave, seja do ponto de vista das questões administrativo-gerenciais, seja do ponto de vista da imagem pública do governo.⁹⁹

Diante das dificuldades financeiras, Gionédís também se empenhava em diálogos com os deputados e prefeitos, concernentes à liberação de recursos orçamentários para obras destinadas a beneficiar as comunidades do interior.¹⁰⁰

O Deputado Federal Rafael Grecca de Macedo foi convocado para substituir o jornalista David Campos, significando, portanto, um outro e diferente desfalque: na bancada paranaense da Câmara dos Deputados. (A posse do respectivo suplente não asseguraria recursos intelectuais, de retórica e de experiência na vida política comparáveis com os de Grecca). No Congresso Nacional, o Governo Lerner tem tido

⁹⁸Se Jaime Lerner assumiu, mesmo assim, o risco de integrá-lo em sua equipe de auxiliares diretos e em função de relevo, terá sido porque não lhe foi possível encontrar uma solução melhor, no sentido de que se apresentasse isenta de contra-indicações, em particular no tocante à imagem pública do seu governo.

⁹⁹O Secretário da Fazenda, muito ligado a Lerner, por relações pessoais e profissionais, vinha atuando na linha de frente do governo, como um dos responsáveis pelo ajuste fiscal e, em particular, por diálogos cruciais com a alta burocracia federal da área econômica. Giovanni Gionédís conduzia questões como as privatizações de empresas e do equacionamento do ascendente problema financeiro do sistema público estadual de seguridade social, correlato com a ultrapassagem do teto legal referente às despesas com pessoal. Complementando a nota de rodapé anterior, impõe-se observar que a privatização da COPEL, propiciando recursos substanciais para o fundo previdenciário estadual, deverá contribuir para desonerar a folha de pagamento de pessoal dos encargos com as aposentadorias e pensões.

¹⁰⁰A saída de Gionédís implicou a redução da equipe de auxiliares diretos, porquanto seu substituto, o engenheiro Ingo Hubert, assumiu a Secretaria da Fazenda cumulativamente com o cargo de Presidente da COPEL, no qual fora investido desde o início do primeiro governo Lerner (1995).

problemas reiterados em face da atuação dos três senadores pelo Paraná e com interesses muito próprios na chamada batalha eleitoral de 2002: Roberto Requião (PMDB), Álvaro Dias e Osmar Dias (estes dois do PSDB, mas ora na oposição ao Governo Federal). São os três verdadeiros “pesos-pesados” nas trincheiras de combate ao *lernismo*, notadamente no que concerne à conquista do Governo do Estado e das duas vagas de Senador que deverão ser preenchidas no próximo ano.¹⁰¹ Por outro lado, a designação de Grecca para o cargo de Secretário de Estado de Comunicação Social terá de produzir resultados muito positivos, para que a perda de sua presença e atuação no Congresso seja, de alguma forma, compensada.¹⁰²

Nas seções 3.3 e 3.6, foi dada a devida ênfase à participação de Deni Lineu Schwartz na implementação de um dos mais importantes capítulos da “Proposta de Governo”: o *Anel de Integração* (sistema rodoviário).¹⁰³ Múltiplos foram os efeitos negativos dos fatos que envolveram o *Anel de Integração*, utilizado como elemento da campanha eleitoral de 1994, os quais se mostraram ponderáveis no processo de declínio do prestígio do Governo Jaime Lerner, evidenciado pelas pesquisas de opinião pública.

Para completar as análises deste capítulo, julgou-se recomendável colher também o parecer de um experiente analista da vida política paranaense e que se tem mantido como um observador privilegiado da trajetória de Jaime Lerner: o jornalista e

¹⁰¹Nas circunstâncias, o fato de o Governo de Jaime Lerner ter deixado de contar, em Brasília, com um Deputado Federal eleito por uma maciça votação, não pode ser classificado, portanto, como um fator positivo.

¹⁰²Trata-se, no mínimo, de uma incógnita, porquanto não se sabe de nenhuma experiência anterior do Deputado Rafael Grecca como profissional com atuação na implementação de *marketing* político e do uso em geral dos órgãos da mídia. Há que se notar que o desfalque, com o afastamento de um Deputado Federal, afeta o Governo do Estado no plano do poder federal, do qual tanto depende a administração do Estado, diretamente, e no seu crucial e sensível envolvimento político-partidário.

¹⁰³Ocorreram, porém, delongas e frustrações, num projeto complexo, assentado sobre concessões de rodovias federais, a serem transferidas a empresas privadas. Com as delongas havidas, o início da aplicação da cobrança de pedágio aconteceu em plena campanha para a reeleição de Jaime Lerner (julho de 1988). Diante de repercussões negativas na campanha e de críticas dos usuários (pessoas físicas e jurídicas), Jaime Lerner, na condição de Governador-candidato, reduziu em 50% os valores das tarifas contratuais (pedágios). Diante do ato, as concessionárias entraram com ação judicial e, mais à frente, acabaram conseguindo a revogação da medida, pelo Poder Judiciário (começo do ano 2000).

ex-professor Hélio de Freitas Pugliéli.¹⁰⁴ Após condensar a seqüência de fatos e diretrizes mais relevantes, Pugliéli opina que

a imagem e o carisma de Lerner estão alicerçados nessa capacidade de, como ele diz, “fazer acontecer”. E, mais ainda, na capacidade de conseguir repercussão, pois o que “fez acontecer” em Curitiba sempre repercutiu por toda a parte, tornando-se muitas vezes a repercussão mais ampla do que a própria realidade. (...) no segundo mandato (...), Lerner parece ter dificuldades acentuadas em “fazer acontecer”, o que não se pode atribuir somente às dificuldades financeiras do Estado, mas a uma espécie de perda da intuição e da criatividade, pelas quais sempre foi identificado. (PUGLIÉLLI, 2001).

Na análise empreendida nesta seção foram postos em evidência fatores de si mesmos ponderáveis e que têm seus pesos específicos avultados na medida em se adicionam. Têm-se apresentado como difíceis de serem superados, por mais que possam ser eficientes o discurso tecnocrático e o *marketing* político.

¹⁰⁴Hélio de Freitas Pugliéli, jornalista profissional, foi editorialista de três jornais de Curitiba: *O Estado do Paraná*, *Jornal do Estado* e *Indústria & Comércio*. Atualmente, continua como um dos editorialistas da *Gazeta do Povo*. Lecionou nos cursos de Comunicação Social da Universidade Católica do Paraná e da Universidade Federal do Paraná, tendo, nesta última, exercido a direção do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes (aposentou-se em 1996).

CONCLUSÃO

Numa forma resumida, impõe-se aqui explicitar as principais conclusões desta dissertação, centrando-as no seu objeto: estudo de liderança, autoridade e contexto político, tomando como referência o caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001).

Durante o período do autoritarismo e do bipartidarismo (1964-1979), Jaime Lerner, enquanto tecnoburocrata e investido no cargo de Prefeito de Curitiba por duas vezes (1971-1975 e 1979-1983), desempenhou o papel de autoridade, sem haver testado a sua influência como líder político, mediante disputas eleitorais. Sua ascensão àquele cargo decorreu de sua atuação como líder de um grupo de tecnoburocratas que, na administração municipal de Curitiba, trabalhavam no planejamento urbano. O desempenho da citada chefia do Poder Executivo curitibano se caracterizou pelo exercício de um poder político condicionado e limitado, posto que sua investidura foi uma decisão do Governador do Estado e sua permanência no poder conquistado dependia de quem estivesse no papel de Chefe do Poder Executivo estadual.

No início do contexto político democrático – ou seja, desde a primeira eleição para Governador do Estado, em 1982, após a reintrodução do multipartidarismo –, Jaime Lerner se mostrou desejoso de concorrer no pleito, pelo PDS. Desde que viesse a ser eleito, Lerner deixaria de ser apenas um governante cuja autoridade fora fruto de uma delegação, por parte de alguém no controle do poder, em mais alto nível. Assim, o tecnoburocrata, após exercer o mandato de Prefeito, pela segunda vez, por delegação governamental, dispôs-se a transmudar-se em político, desejoso de afirmar sua liderança e, nela apoiado, conquistar diretamente o poder político pela via eleitoral.

Com a queda do situacionismo identificado no PDS e em Ney Braga, secou a fonte de onde emanara o poder de Jaime Lerner (o situacionismo estadual arenista) e na qual ele bebera por duas vezes. Esse dado novo do contexto político paranaense desfavorecia o projeto de afirmação da liderança política, por parte de Jaime Lerner, que acabou deixando o PDS e se filiando ao PDT, comandado nacionalmente por Leonel Brizola. Lerner empreendeu pronunciado deslocamento no espectro político-

ideológico. Quando provocado, dispunha-se a apontar o enquadramento de sua atuação nas linhas ideológico-programáticas da “social democracia trabalhista”.

Na seqüência, a dinâmica da política paranaense se insere na Nova República – instalada pela aliança PMDB-Frente Liberal (dissidência do PDS) –, a qual já em 1985 intensificou o processo de redemocratização, liberalizando o sistema partidário e restabelecendo eleições diretas para prefeitos das capitais, marcadas para novembro daquele ano. Mesmo concorrendo na eleição para Prefeito de Curitiba pela heterodoxa coligação PDT-PFL (implicando os apoios de Leonel Brizola e de Ney Braga), Jaime Lerner foi derrotado pelo candidato do situacionismo peemedebista. (Em 1986, voltando a concorrer pela mesma coligação, agora para Vice-Governador, Lerner sofreu sua segunda derrota eleitoral.). O capital de prestígio acumulado como tecnoburocrata e, sobretudo, como Prefeito de Curitiba, em duas gestões, não lhe foi suficiente. Na verdade, o contexto mostrava um PMDB imbatível, numa conjuntura nacional favorável ao situacionismo, tanto na esfera estadual como na federal.

Com sua primeira vitória eleitoral, em 1988 – para Prefeito de Curitiba –, começou nova etapa da trajetória de Jaime Lerner como ator político. À semelhança de 1985, Lerner voltou a enfrentar um candidato do PMDB, num momento em que o chamado “estelionato” eleitoral do Plano Cruzado criara na opinião pública de todo o país um clima desfavorável ao partido instalado no poder. Desta feita o partido situacionista se mostrava debilitado, tanto na esfera federal quanto na estadual. Eleito, Jaime Lerner passou a somar o exercício da autoridade ao seu prestígio de líder político, no sentido de favorecer a conquista do poder, conforme ocorreu nas eleições seguintes (1992 e 1994). Com esta, alçou-se à posição mais alta do poder, na escala estadual.

A atuação de Lerner também alcançou reflexos em termos de expansão do PDT no Paraná. Em meio ao seu mandato de Governador, todavia, ele deixou o partido, ingressando no PFL. Completando-se o ziguezague político-ideológico, evidenciou-se que o ex-tecnoburocrata avaliava sua inserção partidária sobretudo em função da maior ou menor facilidade para a conquista e/ou manutenção no poder.

Lerner concluiu, expressamente, que o PDT se encontrava em situação difícil quanto a esse desiderato.

Essa segunda mudança radical de partido praticamente coincidiu com o início de queda nos índices de aprovação do Governo Lerner. Mesmo assim, entrosado nacionalmente na coligação pró-Cardoso, Lerner foi reeleito Governador do Estado. Suas três vitórias pessoais agora se somavam a outras três de seus companheiros mais próximos, perfazendo um marca inédita no sistema de poder da política paranaense contemporânea.

Na mudança do PDT para o PFL, pôde-se medir que houve encolhimento do primeiro e expansão do segundo partido, no Paraná. O menor efeito expansivo, em relação ao ingresso anterior no PDT, atesta que, mesmo na chefia do Poder Executivo estadual, Lerner não conseguira assegurar crescimento similar de seu novo partido. Verifica-se que a continuidade do declínio na aprovação popular do Governo Jaime Lerner se mostra associada à realização de tarefas bem maiores e bem mais complexas do que aquelas com as quais lidara, em três gestões como Prefeito de Curitiba.

Alguns importantes fatores, que terão contribuído para a reversão dos índices de aprovação do Governo Lerner, ficaram evidenciados na análise empreendida. Dessa forma, as ameaças ao projeto político de Jaime Lerner se mostram como decorrentes de fatos observados e que se refletem em testes resultantes de pesquisas de opinião pública.

O contexto político nacional – tisonado por condições socioeconômicas desfavoráveis, dentre as quais sobressai o alto nível de desemprego – insere a queda dos índices de aprovação do Governo Lerner no clima geral de insatisfação dos cidadãos com o Governo, encarado de forma globalmente indistinta, no tocante às suas três esferas, embora também sobretudo orientada para a federal. A Nova República fora gestada envolvendo ampla adesão da sociedade, que depositou intensas esperanças no processo eleitoral (*diretas-já*, para Presidente da República). O Governo Sarney representou um frustrante adiamento, por cinco longos anos, da primeira eleição presidencial direta e nele se agravou a inflação, além do que sua tentativa de superação passou pela frustração do Plano Cruzado. A vitória de Collor evidenciou

sobretudo generalizado descontentamento com as classes políticas e com os partidos dominantes. Seguiu-se o período Itamar-Cardoso, no qual o sucesso no controle da inflação ascendente desembocou no êxito político-eleitoral do ex-Ministro da Fazenda, que conseguiu o respaldo de uma nova aliança (PSDB-PFL). Na reeleição de 1998, voltaram a ter peso decisivo os reflexos favoráveis do Plano Real na opinião pública. Acontece que o segundo mandato (iniciado a 01.01.99) coincide com dificuldades econômicas e sociais, somadas a desgastes na aliança partidária. O Brasil sabidamente não é somente uma sociedade economicamente subdesenvolvida, posto que é sobretudo vitimada por profundas desigualdades na distribuição da renda (pessoal, espacial e entre as cidades e o meio rural). A segunda tentativa de democracia eleitoral de massas, sob uma segunda experiência de multipartidarismo (exacerbado), põe em relevo as dificuldades de articulação das correntes e forças políticas (realizadas, no período 1945-1964, mediante a duradoura aliança PSD-PTB e também na ocasional frente selada por Jânio Quadros e pela UDN, em 1960-61).

Ora, Jaime Lerner deixou explicitamente o guarda-chuva do populismo brizolista (o qual lhe proporcionava o manto de certo “esquerdismo” e de aliado do antigo grande alvo do autoritarismo militar) para integrar-se na coalizão arquitetada e mantida por Cardoso (PSDB-PFL), justamente quando ela passou a desgastar-se, num processo que se acentuou no segundo mandato, com reflexos notórios na queda dos índices de aprovação popular. Acresce, ainda, que o Governo Lerner passou a ter seu prestígio erodido pela ação continuada de “minorias intensas”, ou “mais ardentes”, das quais trata Robert DAHL (1996, cap. 4), tais como o MST, os professores e demais funcionários. Noutras palavras, não só a esfera federal do poder tem sofrido deteriorações do prestígio, associadas, na base, aos baixos níveis de renda e de bem-estar sociais e agravadas por fortíssimas desigualdades de renda; o Governo Lerner parece ser até mesmo uma vítima preferencial desse processo de depreciação do capital de prestígio (conforme atesta, entre outros indicadores, o impressionante declínio nos índices de aprovação popular).

O desgaste no exercício duradouro do poder, no caso de Lerner, e a correlata queda de prestígio do líder político, traduzem-se em indícios objetivos de que ele e seus correligionários correm o risco de ver consumir-se a alternância cíclica no poder, inerente ao processo competitivo-eleitoral. Um dado específico consiste no fato de que a queda dos índices de aprovação do governo Lerner é significativamente maior do que as dos demais governadores pesquisados. O seu caso se apresenta, portanto, com facetas singulares relevantes.

Buscou-se, assim, identificar os principais elementos contextuais que influenciaram a carreira de Jaime Lerner, atentando-se, também, para os conceitos de liderança e de autoridade. Os referidos elementos do contexto político contribuíram, com peso, para determinar a sua ascensão e a sua consolidação como líder e como governante. A presente dissertação se posicionou, portanto, contra o senso comum político, ao mostrar que os êxitos de Lerner não dependeram somente das suas características de personalidade, posto que são relevantes as circunstâncias que envolveram a sua trajetória.

REFERÊNCIAS

LIVROS, PUBLICAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS E DISSERTAÇÕES

BOBBIO, Norberto et. al. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Campinas, 2000.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

DAHL, Robert Alan. **Análise política moderna**. Brasília: UnB, 1988.

DAHL, Robert Alan. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DUVERGER, Maurice. **Sociologia política: elementos de ciência política**. Coimbra: Almedina, 1983.

LASSWELL, Harold Dwight; KAPLAN, Abraham. **Poder e sociedade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

LINDHOLM, Charles T. Liderança. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 426-428.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PETRACCA, Orazio M. Liderança. In: BOBBIO et. al. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1997.

WEBER, Max. **Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída**. São Paulo: Abril, 1974.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México, D. F.: Fondo Cultura Económica, 1997.

Brasil

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. Campinas: Papirus, 1998.

CHAIÁ, Vera Lúcia Michalany. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. Ibitinga, SP: Humanidades, 1991.

DÓRIA, Pedro Ricardo. **Energia no Brasil e dilemas do desenvolvimento: a crise mundial e o futuro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-94)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

POWER, Timothy J. Quais são os valores da social-democracia hoje? – Algumas reflexões comparadas sobre a crise de identidade do PSDB. **Revista Brasileira de Políticas Comparadas**, Brasília, v. 11, n. 1, 1998.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 493-535, 1997.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Forma e conteúdo da política: João Trajano Sento-Sé redescreve a saga brizolista. In: SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

Paraná

ALMEIDA, Pedro Washington. **Paraná político de cabo a rabo**. Curitiba: PW Almeida, 1999.

BALHANA, Altiva Pilati; WESTPHALEN, Cecília. **Dicionário histórico-biográfico do Paraná**. Curitiba: Chain: Banco do Estado do Paraná, 1991.

BARTHLEMESS, Verner Artur Conrado. **Paraná: uma filosofia de planejamento**. Curitiba: Kingraf, 2000.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CENEVIVA, Carlos Eduardo. Depoimentos. In: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Memória da Curitiba urbana**, Curitiba, 1990. p. 26-39. (Depoimentos, 7).

COUTO, Isabel Cristina. **Ação política empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990/1998**. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.

DELY, Rafael. Depoimento. In: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, 1990. p. 26-39. (Depoimentos, 2).

DÓRIA, Pedro Ricardo. Energia elétrica, seu preço e a industrialização do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 16, p. 7-17, jan./fev. 1970.

DÓRIA, Pedro Ricardo. Preço da energia elétrica e o desenvolvimento do Paraná: passado recente e perspectiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 34, p. 7-26, jan./fev. 1973.

DÓRIA, Pedro Ricardo. Desenvolvimento do Paraná: desconcentração industrial e o falso dilema agricultura ou indústria. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 65, p. 9-56, out./nov. 1978.

DÓRIA, Pedro Ricardo. Planejamento do suprimento elétrico do Paraná. **Indústria**, Curitiba, v. 5, n. 24, p. 15-44, jan./fev./mar. 1979.

FARIA, Enéas; SEBASTIANI, Sílvio (Orgs.). **Governadores do Paraná: a história por quem construiu a história**. Curitiba: Sistani, 1997.

FORTE NETTO, Luiz. Depoimento. In: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, 1991. p. 53-66. (Depoimentos, 7).

KUNHAVALIK, José Pedro. **Ney Braga: trajetória política e bases do poder**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

LERNER, Jaime. **Proposta de governo: movimento Paraná novos caminhos (PDT-PSDB-PFL-PTB-PV)**. Curitiba: ed. do autor, 1994a.

MENDONÇA, Maí Nascimento (Org.). Cidade Industrial de Curitiba: 25 anos bem empregados. In: [INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA] **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, 1998. (Depoimentos, 9). Na folha de rosto consta PMC.

OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

PAZ, Francisco Moraes. **As artimanhas da política no jogo eleitoral**. Curitiba: Prephacio, 1990.

TANIGUCHI, Cássio. Depoimento. In: INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Memória da Curitiba urbana**. Curitiba, 1990. p. 47-70. (Depoimentos, 9).

FONTES DOCUMENTAIS

ÁLVARO Dias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 abr. 2001. Seção Notas Políticas, p. 11.

APELO religioso. **Folha de S. Paulo**, 28 maio 1994. Caderno 1, p. 1-3.

AS ELEIÇÕES se definem já no primeiro turno. **Folha de S. Paulo**, 11 set. 1994. Caderno Especial, p. 6.

BACELAR FILHO, Romeu Felipe, JUSTEN FILHO, Marçal; MACHADO, L. A. **Ação com procedimento ordinário, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada perante Juiz Federal, tendo como réus: DER, Estado do Paraná, União Federal e DNER**. Curitiba, 12 ago. 1998.

BELINATI indiciado em inquérito policial. **Gazeta do Povo**, 02 fev. 2000, p. 14.

BRAGA, Ney Aminthas de Barros. **Ney Braga: tradição e mudança na vida política: entrevista a Adherbal Fortes de Sá Júnior**. Curitiba, 1996.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988: texto constitucional de 5 de outubro de 1998 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 19/98 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

BRIZOLA ataca Real no Paraná. **Folha de S. Paulo**, 24 jul. 1994. Caderno 1, p. 1-5.

BRIZOLA quer frente entre PDT e PT no Congresso. **Folha de S. Paulo**, 18 nov. 1994. Caderno 1, p. 1-9.

BRIZOLA quer Lerner candidato. **Folha de S. Paulo**, 12 fev. 1997. Caderno 1, p. 1-6.

CIDADE é referência na vanguarda urbana. **Folha de S. Paulo**, 06 jan. 1994, Caderno 6, p. 6-3.

CONY, Carlos Heitor. O grande Arenão. **Folha de S. Paulo**, 19 ago. 1997. Caderno 1, p. 1-2.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Anthony Garotinho no Estado do rio de Janeiro**. Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo César Borges no Estado da Bahia**. Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Espiridião Amin no Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Itamar Franco no Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Jaime Lerner no Estado do Paraná**. Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Jarbas Vasconcelos no Estado de Pernambuco**. Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Joaquim Roriz no Distrito Federal.** Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Mário Covas no Estado de São Paulo.** Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Olívio Dutra no Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Governo Tasso Gereissati no Estado do Ceará.** Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISA. **Avaliação do Presidente Fernando Henrique Cardoso.** Disponível em: <www.uol.com.br/folha/datafolha>. Acesso em: 26 dez. 2000.

DESTINO de governador deve ser o PFL. **Folha de S. Paulo**, 27 ago. 1997. Caderno 1, p. 1-5.

DETERIORAÇÃO de contas tem apoio federal. **Folha de S. Paulo**, 11 jan. 1998. Caderno 2, p. 2-6.

ESTADO será de vanguarda. **Folha de S. Paulo**, 06 out. 1998. Caderno Especial, p. 12.

FHC cancela viagem ao Paraná para evitar desgastes. **Folha de S. Paulo**, 13 set. 1994. Caderno Especial, p. 3.

FREI BETO. Terra semeada de sangue. **Folha de S. Paulo**, 27 nov. 2000. Caderno 1, Seção Tendências/Debates, p.1-3.

GOVERNADOR de GO é o primeiro; do RJ, o último. **Folha de S. Paulo**, 05 jan. 1998. Caderno 1, p. 1-5.

GOVERNADOR esvazia PDT. **Folha de S. Paulo**, 03 set. 1997. Caderno 1, p. 1-13.

GOVERNADOR Jaime Lerner deixa o PDT. **Folha de S. Paulo**, 16 ago. 1997. Caderno 1, p. 1 e 1-4.

GOVERNO reduz o pedágio pela metade. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 jul. 1998.

GRECCA DE MACEDO, Rafael. Governar não é mentir. **Folha de S. Paulo**, 29 jul. 1994. Caderno 1, seção Tendências/Debates, p. 1-3.

HAJA appetite. **Folha de S. Paulo**, 06 maio 1997. Caderno 1, p. 1-4.

JAIME Lerner está perto de se filiar ao PFL. **Folha de S. Paulo**, 11 jul. 1997. Caderno 1, p. 1-11.

JUÍZA decreta no PR prisão de suspeito. **Folha de S. Paulo**, 12 fev. 1998. Caderno 1, p. 1-6.

KRAMER, Dora. Coisas da política. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 abr. 2001. p. 25.

LERNER, a penúltima palavra nos projetos do Estado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 ago. 1983. p. 24.

LERNER, Jaime. Cidade é referência na vanguarda urbana. **Folha de S. Paulo**, 06 jan. 1994b. Caderno 6, p. 6-3.

LERNER desiste da presidência e vai disputar o governo do Paraná. **Folha de S. Paulo**, 14 jan. 1994. Caderno 1, p. 1-11.

LERNER, Jaime. Vergonha nacional. **Folha de S. Paulo**, 07 mar. 1994c. Caderno 1, seção Tendências/Debates, p. 1-3.

LERNER vence eleição já no primeiro turno. **Folha de S. Paulo**, 04 out. 1994. Caderno Especial, p. 16.

LERNER alcança 54,9 % dos votos válidos no Paraná; Dias tem 38,6%. **Folha de S. Paulo**, 06 out. 1994, Caderno Especial, p. 3.

LERNER diz que dará tempo a FHC. **Folha de S. Paulo**, 08 out. 1994. Caderno Especial, p. 3.

LERNER estuda convite para aderir ao PSDB. **Folha de S. Paulo**, 25 mar. 1997. Caderno 1, seção Paineis, p. 1-13.

LERNER diz ter afinidade ideológica com o PSDB. **Folha de S. Paulo**, 25 abr. 1997. Caderno 1, p. 1-5.

LERNER. **Folha de S. Paulo**, 09 maio 1997a. Caderno 1, p. 1-7.

LERNER. **Folha de S. Paulo**, 14 maio 1997b. Caderno 1, p. 1-4.

LERNER afirma que PDT não tem como disputar poder. **Folha de S. Paulo**, 14 jul. 1997. Caderno 1, p. 1-4.

LERNER anuncia que não se filiar ao PFL. **Folha de S. Paulo**, 28 ago. 1997. Caderno 1, p. 1-6.

LERNER não vê contradição. **Folha de S. Paulo**, 22 dez. 1997. Caderno 1, p. 1-9.

LERNER espera decisão de Dias para o Senado. **Folha de S. Paulo**, 29 jun. 1998. Caderno 1, p. 1-6.

LERNER gasta R\$ 334,8 mi em publicidade em 4 anos. **Folha de S. Paulo**, 24 set. 1998. Caderno Especial, p. esp.-6.

LERNER, Jaime. O Estado pulsa forte. **Folha de S. Paulo**, 28 set. 1998. Caderno 1, p. 1-3.

LERNER, Jaime. Renault, o Paraná e o Brasil. **Folha de S. Paulo**, 11 dez. 1998. Caderno 1, p. 1-3.

LERNER, Jaime. Entrevista: o anti-Itamar. **IstoÉ**, São Paulo, v.15, n.33, 17 fev. 1999. p. 5-7.

LERNER sai candidato a presidente em janeiro. **Folha de S. Paulo**, 13 dez. 2000. p. A-8.

LÍDERES querem união de partidos. **Folha de S. Paulo**, 15 fev. 1997. Caderno 1, p. 1-8.

- MIGRAÇÃO Paranaense. **Folha de S. Paulo**, 30 mar. 1997. Caderno 1, seção Painei, p. 1-4.
- MST invade sete agências do Banestado no Paraná. **Folha de S. Paulo**, 26 maio 1998. Caderno 1, p. 1-4.
- NADA de escandaloso, diz secretário. **Folha de S. Paulo**, 24 set. 1998. Caderno Especial, p. esp.-6.
- NO PARANÁ, articulação já está avançada. **Folha de S. Paulo**, 16 jan. 1994. Caderno 1, p. 1-14.
- O ADEUS. **Folha de S. Paulo**, 11 nov. 1994. Caderno 1, seção Contraponto, p. 1-4.
- PALANQUES partidos. **Folha de S. Paulo**, 10 ago. 1994. Caderno 1, p. 1-2.
- PARA Brizola, população já questiona reeleição. **Folha de S. Paulo**, 17 maio 1997. Caderno 1, p. 1-5.
- PARANÁ. **Plano de governo (1994-1998)**. Curitiba, [1994].
- PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes-DER. **Portaria n. 375/98**: revoga a Portaria n. 332/98, autoriza a cobrar pedágio à Empresa Rodovia das Cataratas S.A. Curitiba, 17 jul. 1998.
- PASCOWITCH, Joice. Rincão. **Folha de S. Paulo**, 05 jun. 1994. Caderno 6, p. 6-2.
- PESQUISA dá empate entre Dias e Requião. **Gazeta do Paraná**, Cascavel, 11 abr. 2000.
- PF vai apurar denúncia de abuso de poder econômico contra Lerner. **Folha de S. Paulo**, 29 jul. 1994. Caderno 1, p. 1-10.
- PFL coloca Lerner como candidato a presidente. **Gazeta do Povo**, 13 jan. 2001, p. 1 e 26.
- PR cortará R\$ 35 mi por mês. **Folha de S. Paulo**, 15 nov. 1998. Caderno 1, p. 1-4.
- RENAULT pode receber até US\$ 1,5 bi do PR. **Folha de S. Paulo**, 29 jan. 1998. Caderno 2, p. 2-5.
- REQUIÃO, Roberto. E agora, Paraná? **Folha de S. Paulo**, 29 set. 1998. Caderno 1, p. 1-3.
- REQUIÃO, Roberto. A Renault, o Paraná e as mentiras. **Folha de S. Paulo**, 21 dez. 1998. Caderno 1, p. 1-3.
- RICHA, José. **Depoimento**: 09.01.1992. Curitiba: Fundação Cultural Bamerindus, [1992?] (Projeto Memória Viva do Paraná). Transcrição de 1 fita-cassete. Material sob a custódia da Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado do Paraná.
- ROSSI, Clóvis. Como morrer na praia. **Folha de S. Paulo**, 07 ago. 1994a, Caderno 1, p. 1-2.
- ROSSI, Clóvis. Brizolismo vive ocaso na região Sul. **Folha de S. Paulo**, 07 ago. 1994b, Caderno Especial, p. 7.
- ROSSI, Clóvis. Disputa de Álvaro Dias e Lerner gira em torno do palanque de FHC. **Folha de S. Paulo**, 07 ago. 1994c. Caderno Especial, p. 6.

ROSSI, Clóvis. Lerner amplia confronto entre PSDB e PFL. **Folha de S. Paulo**, 03 set. 1997, Caderno 1, p. 1-13.

ROSSI, Clóvis. Doenças e derrotas atingem presidenciaíveis. **Folha de S. Paulo**, 27 dez. 1998. Caderno 1, p.1-14.

SALOMÃO, Miguel. O Paraná e as montadoras. **Folha de S. Paulo**, 08 mar. 1998a. Caderno 2, p. 2-2.

SALOMÃO, Miguel. O Paraná e a quadratura do delírio. **Folha de S. Paulo**, 23 dez. 1998b. Caderno 1, p. 1-3.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (Paraná). **Anuário estatístico eleitoral do Paraná – n. 1**. Curitiba, 1997.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (Paraná). **Eleições municipais – 1947 a 1988; Resultados Eleitorais – Eleições gerais – 1945 a 1998; Eleições municipais – 2000**. Banco de dados.

UDR culpa Lerner pelo conflito. **Folha de S. Paulo**. 10 fev. 1998. Caderno 1, p.1-8.

VEJA a lista completa dos vereadores e prefeitos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 out. 2000, p. 12-15.

VIEIRA abandona candidatura e vai apoiar FHC. **Folha de S. Paulo**, 08 abr. 1994. Caderno 1, p. 1-6.

VOCÊ é o que consome. **Como gastamos?**, Curitiba, n.2, p.8-9, 5 maio 2001. Suplemento especial da Gazeta do Povo.

ZÉ Gotinha é usado por ex-ministro da saúde. **Folha de S. Paulo**, 08 ago. 1994. Caderno Especial, p. 5.

DEPOIMENTOS CONCEDIDOS PARA A DISSERTAÇÃO

FERNANDES, Velocino Bruck. Curitiba, abril 2001.

MARASSI, Carlos Roberto. Curitiba, abril 2001.

PUGLIÉLLI, Hélio de Freitas. Curitiba, abril 2001.

ZARUCH, Luiz Júlio. Curitiba, abril 2001.